

Índice

Dados da Empresa

5. Composição do Capital	1
--------------------------	---

2. Dfs Individuais

1. Balanço Patrimonial Ativo	2
------------------------------	---

2. Balanço Patrimonial Passivo	4
--------------------------------	---

3. Demonstração do Resultado	7
------------------------------	---

4. Demonstração do Resultado Abrangente	9
---	---

5. Demonstração do Fluxo de Caixa	10
-----------------------------------	----

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019	12
--------------------------------	----

Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018	13
--------------------------------	----

Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017	14
--------------------------------	----

9. Demonstração de Valor Adicionado	15
-------------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	17
---	----

Notas Explicativas	50
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva - Sem Ressalva	149
---	-----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	153
---	-----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	154
--	-----

Dados da Empresa / 5. Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	629.071.608
Preferenciais	0
Total	629.071.608
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	14.648.547	14.617.619	13.629.096
1.01	Ativo Circulante	2.550.116	2.502.151	1.636.213
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	799.491	533.121	191.160
1.01.01.01	Depósitos Bancários	54.162	111.039	28.206
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	745.329	422.082	162.954
1.01.03	Contas a Receber	1.575.692	1.725.455	1.402.888
1.01.03.01	Clientes	1.568.155	1.698.593	1.387.243
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Usuários	1.568.155	1.698.593	1.387.243
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	7.537	26.862	15.645
1.01.04	Estoques	8.362	7.233	5.870
1.01.06	Tributos a Recuperar	166.571	236.342	36.295
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	166.571	236.342	36.295
1.02	Ativo Não Circulante	12.098.431	12.115.468	11.992.883
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.106.797	1.969.128	1.809.366
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	88.371	58.138	55.376
1.02.01.04	Contas a Receber	973	1.343	2.667
1.02.01.04.01	Clientes	973	1.343	2.667
1.02.01.07	Tributos Diferidos	19.012	0	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.012	0	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	295.620	254.913	216.219
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	274.945	227.090	216.219
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	20.675	27.823	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.702.821	1.654.734	1.535.104
1.02.01.10.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.660.411	1.608.905	1.488.668
1.02.01.10.04	Outros Créditos	42.410	45.829	46.436
1.02.03	Imobilizado	80.189	80.058	81.496
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	80.189	80.058	81.496
1.02.03.01.01	Bens de Uso Geral	15.400	14.677	15.522
1.02.03.01.02	Bens de Uso Geral Reavaliado	64.789	65.381	65.974

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.04	Intangível	9.911.445	10.066.282	10.102.021
1.02.04.01	Intangíveis	9.911.445	10.066.282	10.102.021
1.02.04.01.02	Bens Afetos	1.126.769	1.166.072	1.214.867
1.02.04.01.03	Bens Afetos Reavaliados	3.985.364	4.095.535	4.205.834
1.02.04.01.04	Bens Não Afetos	72.708	71.434	73.377
1.02.04.01.05	Bens Não Afetos Reavaliados	3.235.506	3.347.003	3.458.500
1.02.04.01.06	Projetos e Obras em Andamento	1.491.098	1.386.238	1.149.443

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	14.648.547	14.617.619	13.629.096
2.01	Passivo Circulante	889.086	1.350.646	1.315.242
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.260	40.373	49.156
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.260	40.373	49.156
2.01.01.02.01	Ordenados e Salários a Pagar	1.260	40.373	49.156
2.01.02	Fornecedores	65.648	124.055	132.623
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	65.648	124.055	132.623
2.01.03	Obrigações Fiscais	52.644	88.742	200.512
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	51.550	87.597	199.691
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	41.217	132.793
2.01.03.01.02	IRRF a Recolher	26.528	24.904	23.203
2.01.03.01.03	Retenção PIS/COFINS/CSLL	3.861	2.317	3.958
2.01.03.01.04	COFINS e PASEP s/Faturamento	21.161	19.151	39.729
2.01.03.01.05	Contribuições a Recolher - Outras	0	8	8
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	126	6
2.01.03.02.01	ICMS	0	126	6
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.094	1.019	815
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	1.094	1.019	815
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	173.841	129.477	157.422
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	95.596	51.210	79.480
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	95.596	51.210	79.480
2.01.04.02	Debêntures	78.245	78.267	77.942
2.01.04.02.01	Em Moeda Nacional	78.245	78.267	77.942
2.01.05	Outras Obrigações	273.956	410.680	269.974
2.01.05.02	Outros	273.956	410.680	269.974
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	31.167	0	0
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	35.333	197.692	66.446
2.01.05.02.04	Parcelamento Especial - PAES	0	926	3.462
2.01.05.02.05	Parcelamento REFIS IV	40.937	39.637	38.255

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.01.05.02.06	Parcelamentos Outros	77.279	75.126	85.756
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	89.240	97.299	76.055
2.01.06	Provisões	321.737	557.319	505.555
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	321.737	557.319	505.555
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	200.768	202.804	183.111
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	120.969	354.515	322.444
2.02	Passivo Não Circulante	6.481.811	5.444.028	6.353.911
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	466.185	573.570	622.855
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	407.696	437.151	408.177
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	407.696	437.151	408.177
2.02.01.02	Debêntures	58.489	136.419	214.678
2.02.01.02.01	Em Moeda Nacional	58.489	136.419	214.678
2.02.02	Outras Obrigações	320.956	332.027	341.204
2.02.02.02	Outros	320.956	332.027	341.204
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	26.944	11.012	0
2.02.02.02.03	Parcelamento Especial - PAES	0	0	895
2.02.02.02.04	Parcelamento - REFIS IV	191.805	225.205	255.352
2.02.02.02.05	Parcelamento - Outros Credores	102.207	95.810	84.957
2.02.03	Tributos Diferidos	35.297	192.572	652.277
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	35.297	192.572	652.277
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	151.911	609.829
2.02.03.01.02	COFINS e PASEP Diferidos	35.297	40.661	42.448
2.02.04	Provisões	5.659.373	4.345.859	4.737.575
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.510.738	2.551.433	2.671.153
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	125.724	143.111	137.312
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	2.359.685	2.369.482	2.463.506
2.02.04.01.06	Juros - Obrigações Financeiras	17.011	37.049	66.919
2.02.04.01.07	Retenção Salarial - MS575/91	606	1.638	1.638
2.02.04.01.08	Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro	7.712	153	1.778

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.04.02	Outras Provisões	3.148.635	1.794.426	2.066.422
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Atuariais	3.148.635	1.794.426	2.066.422
2.03	Patrimônio Líquido	7.277.650	7.822.945	5.959.943
2.03.01	Capital Social Realizado	2.586.987	1.993.917	1.794.586
2.03.02	Reservas de Capital	13.964	13.964	13.964
2.03.02.07	Doação de Bens	2.037	2.037	2.037
2.03.02.08	Auxílio para Obras	11.927	11.927	11.927
2.03.04	Reservas de Lucros	1.790.942	1.434.184	848.350
2.03.04.01	Reserva Legal	183.901	132.753	91.134
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.607.041	1.301.431	757.216
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.885.757	4.380.880	3.303.043

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.123.007	5.433.386	4.767.410
3.01.01	De Serviços de Abastecimento de Água	4.175.394	3.673.128	3.469.971
3.01.02	De Serviços de Coleta de Esgotos	2.186.383	1.972.582	1.797.284
3.01.03	Deduções da Receita Bruta	-238.770	-212.324	-499.845
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.267.306	-2.034.664	-1.936.475
3.02.01	Pessoal	-876.437	-896.919	-894.289
3.02.02	Material	-116.666	-110.495	-92.823
3.02.03	Serviços de Terceiros	-991.249	-742.116	-663.977
3.02.04	Gerais	-6.445	-9.205	-8.892
3.02.05	Depreciações e Amortizações	-276.509	-275.929	-276.494
3.03	Resultado Bruto	3.855.701	3.398.722	2.830.935
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.805.109	-2.008.709	-2.347.430
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.606.326	-1.009.198	-1.114.877
3.04.01.01	Pessoal	-19.896	-27.996	-27.825
3.04.01.02	Material	-413	-7.840	-2.331
3.04.01.03	Serviços de Terceiros	-109.458	-120.226	-129.089
3.04.01.04	Gerais	-255	-4.978	-1.226
3.04.01.05	Perda de Crédito da Atividade	-1.476.304	-848.158	-954.406
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-472.261	-441.837	-404.527
3.04.02.01	Pessoal	-207.925	-188.512	-217.997
3.04.02.02	Material	-3.399	-1.768	-3.420
3.04.02.03	Serviços de Terceiros	-161.270	-159.922	-157.591
3.04.02.04	Gerais	-99.667	-91.635	-25.519
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16.570	99.611	51.727
3.04.04.01	Demais Receitas Operacionais	16.570	99.611	51.727
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-743.092	-657.285	-879.753
3.04.05.01	Provisões	-727.516	-647.837	-870.289
3.04.05.02	Despesas Fiscais	-9.223	-3.884	-4.112
3.04.05.03	Outras Despesas	-6.353	-5.564	-5.352

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.050.592	1.390.013	483.505
3.06	Resultado Financeiro	76.402	72.165	24.403
3.06.01	Receitas Financeiras	204.358	192.368	230.775
3.06.02	Despesas Financeiras	-127.956	-120.203	-206.372
3.06.02.01	Juros Internos	-58.353	-65.357	-98.072
3.06.02.02	Juros Passivos	-67.675	-52.881	-86.108
3.06.02.03	Multas e Acréscimos Moratórios	-589	-483	-21.008
3.06.02.04	Outras Despesas	-1.339	-1.482	-1.184
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.126.994	1.462.178	507.908
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-104.060	-629.799	-228.145
3.08.01	Corrente	-143.912	134.725	-381.561
3.08.02	Diferido	39.852	-764.524	153.416
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.022.934	832.379	279.763
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.022.934	832.379	279.763
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,62610	1,32319	0,44472
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,62610	1,32319	0,44472

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	1.022.934	832.379	279.763
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.325.282	5.342	-240.952
4.02.01	Ajuste de Ganhos e Perdas Atuariais - PRECE	-102.678	439.591	-283.787
4.02.02	Ajuste de Ganhos e Perdas Atuariais - Cedae Saúde	-1.350.290	-437.607	-86.492
4.02.03	Ajuste de Ganhos e Perdas Atuariais - Prêmio de Aposentadoria	-3.385	3.886	5.200
4.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	131.071	-528	124.127
4.03	Resultado Abrangente do Período	-302.348	837.721	38.811

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	856.433	720.190	298.823
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.640.687	3.179.948	2.661.054
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.126.994	1.462.178	507.908
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	276.509	275.929	276.494
6.01.01.03	Juros e Variação Monetária de Financiamentos	58.353	65.357	98.072
6.01.01.04	Juros Passivos s/Parcelamentos	67.675	27.139	18.103
6.01.01.05	Juros e Atualização Monetária s/Outras Obrigações	1.928	25.742	89.013
6.01.01.06	Baixa de Bens do Imobilizado	0	98	144
6.01.01.07	Provisões para Contingências	538.122	408.401	647.834
6.01.01.08	Provisão para Passivo Atuarial	209.567	239.768	233.797
6.01.01.09	Provisão para Devedores Duvidosos	1.476.304	848.158	954.406
6.01.01.10	Recuperação de Despesas	0	-64.213	-17.705
6.01.01.11	Rendimentos de Títulos e Valores Mobiliários	-1.584	-4.036	-16.057
6.01.01.12	Atualizações de Depósitos Judiciais	-72.139	-83.108	-114.514
6.01.01.13	Atualização Monetária do Contas a Receber	-41.042	-21.465	-16.441
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.530.484	-2.294.296	-1.989.344
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-1.306.666	-1.147.119	-1.147.035
6.01.02.02	Estoques	-1.129	-1.363	1.846
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	69.771	-199.671	-29.579
6.01.02.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	20.633	-37.129	62.103
6.01.02.05	Contas a Receber de Partes Relacionadas	-40.707	-27.823	-2.398
6.01.02.06	Outros Créditos	22.744	-10.610	-3.909
6.01.02.07	Empreiteiros e Fornecedores	-46.266	16.322	-85.805
6.01.02.08	Salários a Pagar	-39.113	-8.783	10.098
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	17.684	143.942	18.164
6.01.02.10	Parcelamentos Tributários	-41.265	-32.196	-40.757
6.01.02.11	Outros Parcelamentos	-42.231	-26.749	14.181
6.01.02.12	Provisões Encargos Trabalhistas	-2.076	19.792	398
6.01.02.13	Provisões para Contingências	-547.919	-502.425	-494.191

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	-48.687	-6.529	39.704
6.01.02.15	Provisão Passivo Atuarial	-545.257	-473.955	-332.164
6.01.03	Outros	-253.770	-165.462	-372.887
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-197.868	-100.429	-281.059
6.01.03.02	Juros Pagos	-55.902	-65.033	-91.828
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-150.452	-234.231	2.033
6.02.01	Aquisição de imobilizado/Intangível	-121.803	-235.129	-159.930
6.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-28.649	898	161.963
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-439.611	-143.998	-287.851
6.03.01	Amortização de Financiamentos	-138.605	-187.197	-283.226
6.03.02	Recebimentos de Financiamentos CEF - CCB	73.133	109.643	85.442
6.03.03	Pagamentos de Dividendos	-197.691	-66.444	-90.067
6.03.04	Pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio	-176.448	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	266.370	341.961	13.005
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	533.121	191.160	178.155
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	799.491	533.121	191.160

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.993.917	13.964	1.434.184	0	4.380.880	7.822.945
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.993.917	13.964	1.434.184	0	4.380.880	7.822.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	593.070	0	-593.070	-242.947	0	-242.947
5.04.01	Aumentos de Capital	593.070	0	-593.070	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-35.332	0	-35.332
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-207.615	0	-207.615
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.022.934	-1.325.282	-302.348
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.022.934	0	1.022.934
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.325.282	-1.325.282
5.05.02.06	Ajustes Atuarial	0	0	0	0	-1.325.282	-1.325.282
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	949.828	-779.987	-169.841	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	728.840	-728.840	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	169.841	0	-169.841	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	51.147	-51.147	0	0
5.07	Saldos Finais	2.586.987	13.964	1.790.942	0	2.885.757	7.277.650

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.794.586	13.964	848.350	0	3.303.043	5.959.943
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.794.586	13.964	848.350	0	3.303.043	5.959.943
5.04	Transações de Capital com os Sócios	199.331	0	-199.331	-197.690	0	-197.690
5.04.01	Aumentos de Capital	199.331	0	-199.331	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-197.690	0	-197.690
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	832.379	-273.007	559.372
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	832.379	0	832.379
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-273.007	-273.007
5.05.02.06	Ajuste Atuarial	0	0	0	0	-273.007	-273.007
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	785.165	-634.689	1.350.844	1.501.320
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	593.070	-593.070	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	150.476	0	-150.476	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	41.619	-41.619	0	0
5.06.05	Efeito Imunidade	0	0	0	0	1.501.320	1.501.320
5.07	Saldos Finais	1.993.917	13.964	1.434.184	0	4.380.880	7.822.945

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.349.922	13.964	780.219	0	3.669.007	5.813.112
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.349.922	13.964	780.219	0	3.669.007	5.813.112
5.04	Transações de Capital com os Sócios	444.664	0	-270.200	-66.444	0	108.020
5.04.01	Aumentos de Capital	444.664	0	-270.200	0	0	174.464
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-66.444	0	-66.444
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	279.763	-240.952	38.811
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	279.763	0	279.763
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-240.952	-240.952
5.05.02.06	Ajuste de Atuarial	0	0	0	0	-240.952	-240.952
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	338.331	-213.319	-125.012	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	199.331	-199.331	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	125.012	0	-125.012	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	13.988	-13.988	0	0
5.07	Saldos Finais	1.794.586	13.964	848.350	0	3.303.043	5.959.943

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	4.947.789	5.160.039	4.338.230
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.361.777	5.645.710	5.267.255
7.01.02	Outras Receitas	62.317	362.487	25.381
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.476.305	-848.158	-954.406
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.897.984	-1.582.211	-1.659.499
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-106.344	-96.705	-81.452
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.303.783	-1.099.916	-950.974
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-487.857	-385.590	-627.073
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.049.805	3.577.828	2.678.731
7.04	Retenções	-278.589	-278.010	-280.830
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-278.589	-278.010	-280.830
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.771.216	3.299.818	2.397.901
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	204.358	192.368	230.775
7.06.02	Receitas Financeiras	204.358	192.368	230.775
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.975.574	3.492.186	2.628.676
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.975.574	3.492.186	2.628.676
7.08.01	Pessoal	1.187.897	1.148.224	1.156.378
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.060.589	965.826	946.461
7.08.01.02	Benefícios	73.231	127.899	145.802
7.08.01.03	F.G.T.S.	54.077	54.499	64.115
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	553.860	1.341.040	929.513
7.08.02.01	Federais	545.721	1.338.298	926.960
7.08.02.02	Estaduais	1.139	1.496	701
7.08.02.03	Municipais	7.000	1.246	1.852
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	210.884	170.543	263.022
7.08.03.01	Juros	155.663	119.542	209.751
7.08.03.02	Aluguéis	55.221	51.001	53.271
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.022.933	832.379	279.763
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	207.615	0	0

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.04.02	Dividendos	35.332	197.690	66.444
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	779.986	634.689	213.319



RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sumário

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
2. DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS	6
3. CENÁRIO ECONÔMICO	7
4. SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO	7
5. SITUAÇÃO HÍDRICA NO RIO DE JANEIRO	9
6. PERFIL DA COMPANHIA E ÁREA DE ATUAÇÃO	10
7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	11
8. INDICADORES OPERACIONAIS	12
9. DESEMPENHO FINANCEIRO	12
10. ESTRUTURA DO ENDIVIDAMENTO	15
11. GOVERNANÇA CORPORATIVA	17
12. AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS IMPLEMENTADOS	24
13. PROGRAMA DE OBRAS	28
14. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE	32
15. AGRADECIMENTOS	33

**RESULTADOS DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Prezados senhores Acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE de 2019 em cumprimento às disposições legais e estatutárias.

O ano de 2019 foi de muito trabalho e desafios para a CEDAE. A companhia investiu em capacitação profissional, racionalizou custos, mudou sistemas e alcançou metas importantes na melhoria dos serviços oferecidos à população dos 64 municípios atendidos. Obras importantes saíram do papel em diferentes regiões do Estado. Os investimentos se traduziram, inclusive, na redução do número de vazamentos e das queixas sobre falta d'água.

O foco em eficiência também está refletido nos resultados financeiros. Apesar do cenário de adversidade econômica dos últimos anos no Estado do Rio de Janeiro e no país, a companhia fechou o ano com lucro líquido acumulado de R\$ 1.022.934, o maior da história da companhia, 22,9% acima do registrado em 2018. A dívida líquida caiu 42,5%, de R\$ 830.153 em 2018, para R\$ 477.326 em 2019. A CEDAE repassou R\$ 374.137 ao caixa do Governo do Estado do Rio de Janeiro, acionista majoritário da companhia. Foram R\$ 197.689 a título de dividendos e R\$ 176.448 de juros de capital próprio.

Tanto na Região Metropolitana, quanto no Interior, as equipes trabalharam em muitas frentes para ampliar o abastecimento de água para a população. As obras do Programa de Abastecimento de Água da Baixada Fluminense avançaram. Em Belford Roxo, a CEDAE está investindo R\$ 81 milhões em tubulações, bombas e reservatórios e melhorias para ampliar quatro sistemas de abastecimento. Também estão sendo licitados R\$ 174 milhões em obras para levar mais água a São João do Meriti e Nova Iguaçu.

No total, com este programa, a CEDAE vai investir R\$ 3,4 bilhões na Baixada Fluminense. Os recursos incluem a nova Estação de Tratamento de Água - ETA Novo Guandu, que terá vazão de 12 mil litros por segundo. Serão 1.500 km de redes de distribuição e mais de 300.000 ligações prediais, que vão beneficiar mais de 3 milhões de pessoas nos municípios de Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias e Japeri.

Também na Baixada Fluminense, uma das regiões mais carentes de saneamento básico, avançaram as intervenções do pacote de R\$ 7,8 milhões para melhorar o abastecimento de água em parte do município de Queimados e em Austin, Nova Iguaçu. As obras vão beneficiar diretamente cerca de 4 mil habitantes.

**RESULTADOS DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

São Gonçalo também foi alvo de importantes investimentos. Entre as localidades recebendo assentamento de tubulação estão o bairro Arrastão, Monjolos e Pita. Em alguns locais, as obras já começaram a mudar a vida da população. É o caso do Maricá, onde a CEDAE está nas ruas desde fevereiro de 2019 fazendo novas ligações e matrículas. Desde então, foram milhares de pessoas beneficiadas e dezenas de quilômetros de rede assentados. Em Ponta Negra, distrito de Maricá, estão sendo feitos investimentos de R\$ 5 milhões em intervenções que incluem, entre outros, a complementação da Estação de Tratamento de Água e assentamento de redes distribuidoras e adutoras.

No interior, destaque para Paraíba do Sul e Itaperuna. Os dois municípios receberam redes de tubulações; além da instalação de novas ligações hidrometradas. A CEDAE também fez a manutenção e reformou estruturas para atender cada vez melhor a população do Estado do RJ e permitir que os funcionários trabalhem em boas condições. A lista de serviços já realizados e ainda sendo feitos é longa, variada, e contempla a maioria dos municípios atendidos pela Companhia no Interior.

Estações de Tratamento de Água como a ETA Conrado, em Miguel Pereira; a ETA de Carapebus e a ETA de Italva, são algumas das unidades que passaram por intervenções. Em Vassouras, a Sala de Operações para captação de água bruta foi completamente reformada. Em Piraí, o reservatório metálico passou por manutenção. Na ETA Rio Dourado, responsável pelo abastecimento de água das cidades de Rio das Ostras e do distrito de Barra de São João, em Casimiro de Abreu, foi feita a retirada do lodo.

Além de dar andamento às obras já iniciadas, a CEDAE fechou contratos em 2019 para ampliação dos sistemas de abastecimento. Ao longo do ano, foram firmados termos para melhorias no abastecimento de água em Rio Bonito, Itaboraí, Magé e parte da Zona Oeste do município do Rio.

Desde o início de 2019, a CEDAE também empreendeu mudanças internas para dar mais agilidade aos serviços prestados. Uma delas foi no Setor de Manutenção, que vinha acumulando um crescimento de demandas abertas. A companhia notificou, multou e rompeu o contrato com a empresa então responsável pelo conserto de vazamentos. O trabalho, em novos moldes e com novos prestadores de serviço, conseguiu diminuir drasticamente o número de pendências na Região Metropolitana: de 14.582 em junho para 598 em outubro.

Outro eixo de ação da companhia para a melhoria da qualidade dos serviços prestados foi o combate a ligações clandestinas de água. Em 2019, a equipe de Segurança Patrimonial da CEDAE flagrou 1.547 fraudes no sistema de abastecimento da Região Metropolitana. Vale ressaltar que ligações clandestinas danificam a rede, causam vazamentos, reduzem a pressão no sistema e prejudicam a chegada de água aos outros usuários.

**RESULTADOS DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A companhia também avança em ações de cunhos sociais e ambientais. Além de incentivar a inserção de adolescentes e pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com o Programa Jovem Aprendiz, a CEDAE é a empresa que mais emprega mão de obra carcerária no Brasil. Em 2019, um novo convênio com a Fundação Santa Cabrini dobrou o número de pessoas em cumprimento de pena que passaram a ter uma oportunidade de voltar ao mercado de trabalho. Agora, cerca de mil apenados realizam serviços como limpeza e conservação de prédios e recuperação ambiental dos mananciais hídricos.

A ação faz parte do Replantando Vida, programa socioambiental da Companhia que, além de dar oportunidade de trabalho, geração de renda e capacitação a apenados, também traz benefícios para o Estado do Rio de Janeiro. A cada três dias de trabalho, o beneficiado com o programa tem redução de um dia em sua pena. Eles recebem remuneração pelo serviço prestado, auxílio para transporte e alimentação. A economia para os cofres públicos chega a R\$ 15 milhões.

O Programa Replantando Vida mantém sete viveiros onde são cultivadas atualmente mudas de 150 espécies da Mata Atlântica, usadas na recuperação de matas ciliares, nascentes e outras áreas das bacias hidrográficas do Estado do Rio. A capacidade de produção é de 1,8 milhões de mudas por ano. Além de suprir as demandas dos projetos internos, os viveiros da CEDAE apoiam projetos de Educação Ambiental em todo o Estado e cumprem a função de núcleo de educação ambiental, com atividades nos centros de visitação da companhia.

Junto à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a CEDAE está estudando a reutilização do lodo que sobra da operação das Estações de Tratamento da Água como ingrediente para a produção de blocos de cimento. A ação faz parte do projeto CEDAE Reúsa: Desafios e Oportunidades. Em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a companhia já utiliza o lodo das Estações de Tratamento de Esgoto como adubo em ações de reflorestamento.

Em 2019, a CEDAE também ampliou a comunicação com seus clientes. Acreditando no potencial das mídias sociais como ferramenta de transparência e fonte de informações para a população, a companhia criou páginas em quatro redes sociais. Em agosto, a Companhia estreou suas páginas no Facebook e Twitter. Em novembro, a Companhia iniciou as atividades no Instagram e, em dezembro, foi inaugurado o canal no YouTube. As páginas têm, em comum, a divulgação de conteúdos sobre as iniciativas da empresa, a história da CEDAE, além da interação com os clientes.

Também em dezembro, a Nina, atendente virtual da empresa, começou a operar no site da CEDAE. Por lá, é possível reportar casos de vazamento de água ou esgoto, solicitar ajuda para tirar a segunda via da conta, entre outros. O início das atividades da Nina faz parte dos investimentos que vêm sendo feitos para viabilizar operações dos parâmetros de Indústria 4.0.

**RESULTADOS DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Ouvidoria esteve ainda mais perto da população durante todo o ano, participando das ações de Ouvidorias Itinerantes promovidas por órgãos como a Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, a Agenesra e o Procon. Além de tirar dúvidas, a equipe ouviu sugestões e solicitações dos consumidores.

O foco em eficiência e nas melhores práticas de gestão, com ações administrativas e investimentos em infraestrutura renderam reconhecimento à Cedae. Em 2019, a CEDAE foi escolhida, pelo segundo ano consecutivo, como a Melhor Empresa de Infraestrutura do Brasil no ranking 'Melhores e Maiores de 2019', da Revista Exame. De acordo com o ranking Valor 1000, divulgado em 2019 pelo jornal Valor Econômico, a CEDAE é a quarta maior empresa no setor de água e saneamento do Brasil. O levantamento avalia as maiores empresas do país em 25 setores da economia.

Com o projeto Ação Pela Integridade, a Cedae foi a vencedora de uma das quatro categorias do I Prêmio Controle na Vanguarda, da Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. A companhia ficou em primeiro lugar em "Aprimoramento das políticas e procedimentos destinados à promoção da integridade e prevenção da corrupção". O reconhecimento reflete o avanço da companhia nas boas práticas de Governança Corporativa estimulando em toda a Companhia o uso de instrumentos como Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Compliance.

Para 2020, a expectativa é de novas conquistas. A companhia está fazendo, por exemplo, o maior investimento em hidrômetros da sua história, com 420 mil novos equipamentos residenciais, que serão instalados em novas ligações de água e em imóveis cuja cobrança ainda é feita por estimativa. Desta forma, o cliente passará a pagar exatamente o que consumir. Os mais de 7 mil empregados, colaboradores e prestadores de serviço da Cedae têm consciência de suas responsabilidades e da importância do trabalho que executam para a saúde, dignidade e qualidade de vida da população. Todos sabem o tamanho deste desafio. Afinal, ainda há muito a ser feito. O Estado do Rio de Janeiro e o Brasil sofrem com um histórico lamentável no que diz respeito ao saneamento básico. São 35 milhões de brasileiros em pleno século 21 sem acesso à água tratada. Outros 100 milhões sem coleta de esgoto (47,6% da população) e apenas 46% do esgoto gerado no País são tratados.

A Cedae conta com profissionais qualificados e comprometidos, que trabalham com seriedade e não medem esforços para reverter esse quadro. É preciso cumprir com excelência o papel de destaque que cabe à CEDAE no desenvolvimento sustentável dos municípios fluminenses.

Cordialmente,
Renato Espírito Santo
Presidente



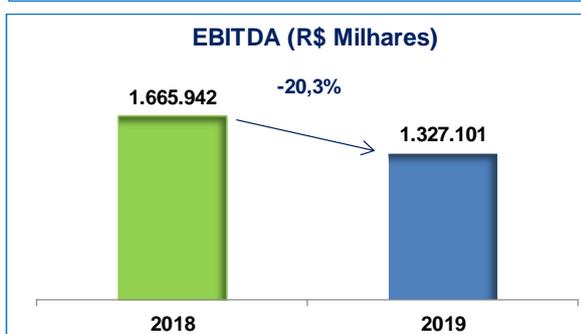
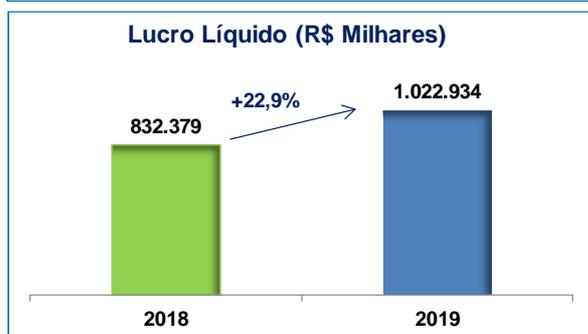
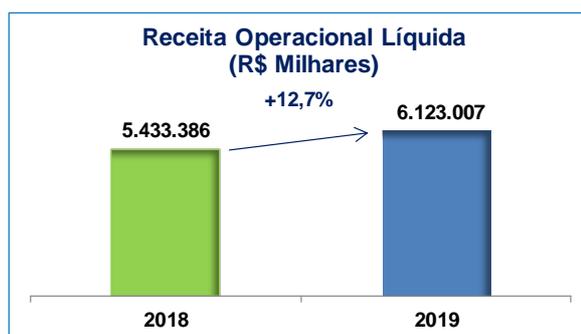
RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Descrição – R\$ Milhares	2019	2018	Var. %
Receita Operacional Bruta	6.361.777	5.645.710	12,7%
Receita Operacional Líquida	6.123.007	5.433.386	12,7%
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	1.050.592	1.390.013	-24,4%
Resultado Financeiro Líquido	76.402	72.165	5,9%
EBITDA	1.327.101	1.665.942	-20,3%
Lucro Líquido	1.022.934	832.379	22,9%



Indicadores Financeiros

Descrição – R\$ Milhares	2019	2018	Var. %
Ativo Total	14.648.547	14.617.619	0,2%
Caixa/ Aplicações Financeiras/ Equivalentes	799.491	533.121	50,0%
Patrimônio Líquido	7.277.650	7.822.945	-7,0%
Dívida Financeira Líquida (Nota explicativa 5.2)	(159.465)	169.926	-93,8%
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	(0,12)	0,10	-20,0%



RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. CENÁRIO ECONÔMICO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,1% em 2019, é o terceiro ano seguido de expansão após a recessão do biênio 2015/16. O relatório de inflação do Banco Central do Brasil de dezembro de 2019 e o *World Economic Outlook* do Fundo Monetário Internacional (FMI) de janeiro de 2020 informam que devido às reformas aprovadas pelo governo, o crescimento esperado do PIB em 2020 foi revisto de 1,8% para de 2,2%. Apesar da melhora nas perspectivas, o crescimento do produto brasileiro deve continuar abaixo do mundial, o FMI projeta que o mundo cresça 3,3% em 2020, frente a elevação estimada de 2,9% em 2019.

Quanto à inflação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano de 2019 elevação de 4,31%, superando por pouco o centro da meta de 4,25%, mas dentro da faixa de variação admitida de 1,5 ponto percentual. Segundo o relatório Focus do Banco Central de 07 de janeiro de 2020, o mercado espera que o IPCA seja de 3,25% para 2020.

A meta da taxa SELIC apresentou uma trajetória de queda durante o ano de 2019, fechando o ano em 4,5% a.a. Na primeira reunião de 2020, o Comitê de Política Monetária (COPOM) diminuiu a taxa básica de juros para 4,25 a.a., foi o quinto corte consecutivo. O mercado, segundo o já citado relatório Focus, espera que a meta da Taxa Selic ao fim de 2020 seja de 4,25%, permanecendo na mínima histórica.

O desemprego é uma das piores faces da crise que atingiu o Brasil nos últimos anos, de acordo com a PNAD Contínua a taxa de desocupação no Brasil é de 11,2% no trimestre móvel encerrado em janeiro de 2020, o que representa uma queda de -0,8 p.p., em relação ao mesmo trimestre de 2018.

Além da situação do país, é válido destacar a conjuntura do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), área de atuação da CEDAE. O ERJ está se recuperando lentamente da crise iniciada em 2015, segundo os dados IBGE, o PIB do ERJ diminuiu em -2,8%, -4,4% e -1,6%, em 2015, 2016 e 2017 respectivamente. Já para o período recente o quadro é crescimento fraco em 2018 e 2019 de acordo com Nota Técnica da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). O desemprego atinge ainda 1,287 milhão de pessoas no estado fluminense, a PNAD contínua ainda informa que a taxa de desocupação foi de 14,5% no terceiro trimestre de 2019.

4. SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

**RESULTADOS DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O panorama do setor de saneamento não pode ser entendido sem ressaltar a influência do PLANASA (Plano Nacional de Saneamento Básico) instituído no início da década de 70 e que durou até meados dos anos 80. O plano era sustentado pelo Sistema Financeiro do Saneamento (SFS) e operado pelas Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs) cuja criação foi estimulada em todos os Estados da federação.

As CESBs, como a CEDAE, têm área de abrangência regional e são formadas para atender a diversos municípios. Elas contrastam com as empresas locais, que são serviços municipais (públicos ou privados) que atendem a apenas um município, mas que eventualmente podem atender a municípios próximos. Ainda hoje as CESBs são os principais prestadores dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos.

Com o fim do PLANASA, as décadas de 90 e 2000 foram marcadas por intensos debates sobre a criação da estrutura regulatória do setor. Desse modo a lei 11.445 de 2007, Lei Nacional do Saneamento Básico (LNSB), juntamente com o Decreto Federal nº 7.217 de 21 de junho de 2010 formam o marco regulatório do setor que tem como objetivo principal a universalização dos serviços de abastecimento de água potável e coleta e tratamento de esgotos.

A LNSB definiu como princípios básicos, além da universalização, para a elaboração de políticas de saneamento: i) incentivo à saúde pública; ii) proteção ambiental; e iii) participação e controle social.

Os investimentos no setor possuem duas fontes principais de recursos: i) Recursos Onerosos: provenientes dos fundos financiadores - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), gerido pela Caixa Econômica Federal, e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), gerido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); ii) Recursos Não Onerosos: oriundos do Orçamento Geral da União (OGU), e de orçamentos dos Estados e Municípios.

Além das fontes tradicionais citadas, as Companhias do setor vêm acessando o mercado de capitais para obter uma maior captação de recursos. Desde 2007 a CEDAE vem captando recursos junto ao mercado de capitais por meio da emissão de debêntures. Destaca-se ainda que, ao final de 2014, a Companhia estruturou duas novas operações: a emissão de Cédulas de Crédito Bancário junto à CAIXA, cujos recursos serão voltados para investimentos na ampliação da capacidade de abastecimento de água para a Baixada Fluminense; e a captação por meio de debêntures de infraestrutura junto ao BNDES, direcionada a investimentos na renovação da rede e redução de perdas.

No Rio de Janeiro, área de atuação da Companhia, a CEDAE se destacou por uma opção espontânea e acordada com o Governo do Estado para a firmação de protocolo com vistas ao estabelecimento de convênio com a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do



RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA no final do ano de 2012. A firmação representa importante avanço na direção da implantação de um marco regulatório para o setor de saneamento básico no Estado.

O principal desafio a ser enfrentado pelo setor de saneamento se refere à coleta e o tratamento de esgoto. Segundo os dados do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS), em 2018 apenas 53,2% dos esgotos gerados no Brasil foram coletados e destes, 74,5% foram tratados.

Outra característica relevante do setor são as elevadas perdas de água na distribuição que, segundo o SNIS, atingiram 38,5% no Brasil. Apesar das perdas sempre acontecerem em qualquer sistema de abastecimento de água, o índice ainda é bastante elevado e deve ser diminuído por meio de melhor gestão por parte das operadoras.

5. SITUAÇÃO HÍDRICA NO RIO DE JANEIRO

O período crítico da escassez hídrica na região sudeste ocorreu nos anos de 2014 e 2015. Durante o ano de 2016, os níveis dos reservatórios de Santa Branca, Paraibuna, Jaguari, Funil, pertencentes ao sistema de geração de energia do rio Paraíba do Sul, foram recuperados em função da resolução da ANA – Agência Nacional de Água e melhor período chuvoso.

No ano de 2019, a curva de armazenamento de água do volume equivalente permaneceu próxima a do ano de 2018. Contudo, ao final do ano de 2019, ocorreu um acréscimo no volume dos reservatórios de modo a superar a curva de armazenamento de água nos meses finais de 2018.

Desta forma, podemos dizer que o ano de 2019 não apresentou ameaças de crise hídricas e observou-se a perfeita manutenção da produção cujos sistemas têm como fonte o rio Paraíba do Sul e o rio Guandu. Salienta-se que ao longo de todo o ano de 2019 não houve redução na defluência na transposição para o rio Guandu e conseqüentemente o sistema de produção de água do Guandu não foi afetado por diminuição da oferta hídrica.

Os outros sistemas de abastecimento como o Imunana-Laranjal, cuja fonte de água provém dos rios Macacu e Guapiaçu, também não foram afetados por diminuição da oferta hídrica. No interior do Estado, entretanto, alguns sistemas de abastecimento foram impactados negativamente durante o período de seca.

A CEDAE continua a participar ativamente dos Comitês de Bacias Hidrográficas em todo o Estado, além de fazer parte do GTAHO (Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica do rio Paraíba do Sul). Outrossim, vem atuando para reduzir perdas e

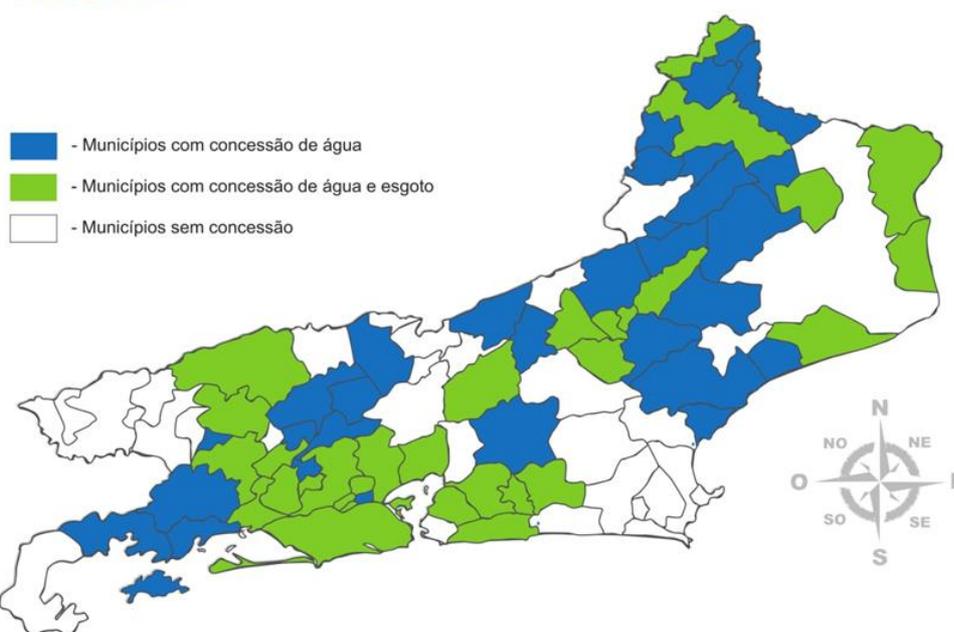
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

fazendo campanhas de educação ambiental e conscientização para o uso racional da água com o objetivo de garantir a segurança operacional e se preparar para eventuais déficits hídricos no futuro. Além disso, contribui também ao participar de reuniões e discussões com a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade para o fortalecimento das políticas públicas no que tange à Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro.

6. PERFIL DA COMPANHIA E ÁREA DE ATUAÇÃO

A CEDAE é uma empresa de economia mista, sediada no município do Rio de Janeiro, tem como acionista majoritário o Governo do Estado do Rio de Janeiro e presta serviços de fornecimento de água potável, coleta, tratamento e disposição final de esgotos.

Responsável por aproximadamente 77% de nossa Receita Bruta, o município do Rio de Janeiro, é o 2º maior PIB do Brasil, conforme dados mais recentes do IBGE. O Contrato de Programa do Município do Rio de Janeiro foi assinado em 2007 e prevê a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo período de 50 anos, prorrogáveis por mais 50, observadas as condições contratuais. Nossos demais Contratos de Programa possuem prazos médios de vigência de 30 anos, com renovação automática por mais 30.

**Mapa do Estado do Rio de Janeiro**



RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Atualmente temos 695 acionistas minoritários com 0,0004% da totalidade das ações, e o Estado do Rio de Janeiro como acionista majoritário possui 99,9996%.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA



7.1. Distribuição de Dividendos

No Exercício Social de 2019, a Companhia obteve Lucro Líquido de R\$ 1.022.934. Baseada no Estatuto Social da Companhia e na Lei Federal 6.404/76, e com base nos resultados do ano de 2019, a Companhia calculou a Reserva Legal, o Lucro Líquido Ajustado e o Dividendo Obrigatório, conforme descrito na tabela abaixo:

Lucro Líquido do Exercício – 2019	
(-) Reserva Legal (5%) (R\$ Milhares)	51.147
(=) Lucro Líquido Ajustado (R\$ Milhares)	971.787
Dividendos Obrigatórios (25%) (R\$ Milhares)	242.947
*Saldo a distribuir em forma de Dividendos	35.332
JCP apurado no exercício	207.615
Quantidade de ações ordinárias	629.072



RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valor dos dividendos por ação ordinária (R\$) 0,39

*JCP imputado ao Dividendo Obrigatório, conforme política de dividendos da Companhia.

8. INDICADORES OPERACIONAIS

Informações Operacionais	2019	2018	Var. %
Índice de Atendimento de Água (%)	87,99	87,05	1,08
Índice de Atendimento de Esgoto (%)	36,86	36,82	0,11
População Atendida com Abastecimento de Água (Em Milhões de Hab.)	12,47	12,27	1,63
População Atendida com Coleta de Esgoto (Em Milhões de Hab.)	3,88	3,85	0,78
Ligações de Água (Em Milhares)	2.025,24	1.982,02	2,20
Ligações de Esgoto (Em Milhares)	474,49	472,93	0,33
Hidrometração (%)	67,98	68,35	-0,55

9. DESEMPENHO FINANCEIRO

9.1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

O aumento da receita de serviços proporcionou um acréscimo da receita operacional bruta da Companhia, que totalizou R\$ 6.361.777 em 2019 (R\$ 5.645.710 em 2018), aumento de 12,7% (ou R\$ 716.067) em relação ao montante registrado no ano anterior.

9.2. REAJUSTES TARIFÁRIOS

Em 2019, a CEDAE aplicou reajustes em suas tarifas com o efeito percebidos pelos consumidores de 4,86% para as tarifas praticadas em todas as categorias com exceção dos clientes enquadrados na tarifa social.

9.3. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Em 2019, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 5.072.415, aumento de 25,5% (ou R\$ 1.029.042) em relação a 2018.

A composição dos custos e despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Descrição - R\$ Milhares	2019	2018	Var. %
1. Pessoal	1.104.258	1.113.427	-0,8%



RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. Material	120.478	120.103	0,3%
3. Serviços de Terceiros	1.261.977	1.022.264	23,4%
4. Despesas Gerais	106.367	105.818	0,5%
5. Depreciações e Amortizações	276.509	275.929	0,2%
6. Provisão para Devedores Duvidosos	1.476.304	848.158	74,1%
7. Provisões Contingências	538.122	408.401	31,8%
8. Provisão Atuarial	209.509	239.845	-12,6%
9. Outras despesas/receitas operacionais	(21.109)	(90.572)	-76,7%
Despesas e Custos Operacionais	5.072.415	4.043.373	25,5%

Os itens que mais contribuíram para o aumento dos custos e despesas da CEDAE no ano de 2019 em comparação com 2018 foram:

- **Provisão para Devedores Duvidosos:** o aumento se deu em função da inadimplência nos parcelamentos e também devido ao acréscimo da receita operacional bruta, a inadimplência é aumentada proporcionalmente de forma direta ao aumento da receita.
- **Serviços de Terceiros:** A elevação de 23,4% refere-se principalmente ao aumento dos gastos com energia elétrica.
- **Provisões Contingentes:** : Aumento de 31,8% em razão da entrada em execução de processos antigos com valor relevantes.

9.4. GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)

Em 2019, a CEDAE apresentou geração operacional consolidada de caixa de R\$ 1.327.101 contra R\$ 1.665.942 em 2018, ou seja, uma redução de 20,3% (ou R\$ 338.841) ocorrida em função do decréscimo do resultado operacional.

Descrição - R\$ Milhares	Exercício		
	2019	2018	Var. %
(=) EBIT	1.050.592	1.390.013	-24,4%
<i>Margem EBIT (%)</i>	17,2%	25,6%	-32,8%
(+) Depreciação e amortização	276.509	275.929	0,2%
(=) EBITDA	1.327.101	1.665.942	-20,3%
<i>Margem EBTIDA (%)</i>	21,7%	30,7%	-29,3%

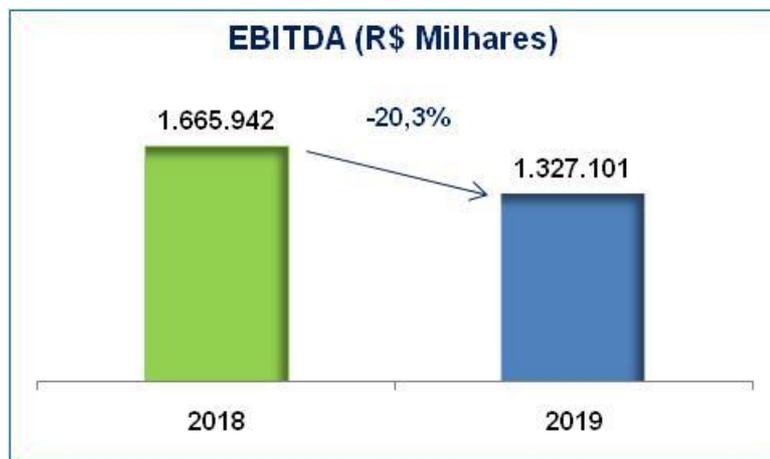
O comportamento do EBITDA da CEDAE no ano pode ser assim demonstrado:



RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



9.5. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) em 2019 apresentou uma receita financeira líquida de R\$ 76.402, contra receita financeira líquida de R\$ 72.165 em 2018, ou seja, uma melhora de R\$ 4.237 em relação ao exercício anterior, devido basicamente à redução dos juros internos e ao aumento dos rendimentos das aplicações financeiras.

9.6. LUCRO LÍQUIDO

A CEDAE registrou lucro líquido de R\$ 1.022.934 em 2019, representando um aumento de 22,9% em relação ao lucro de R\$ 832.379 registrado em 2018. Esse aumento decorre principalmente pela imunidade tributária

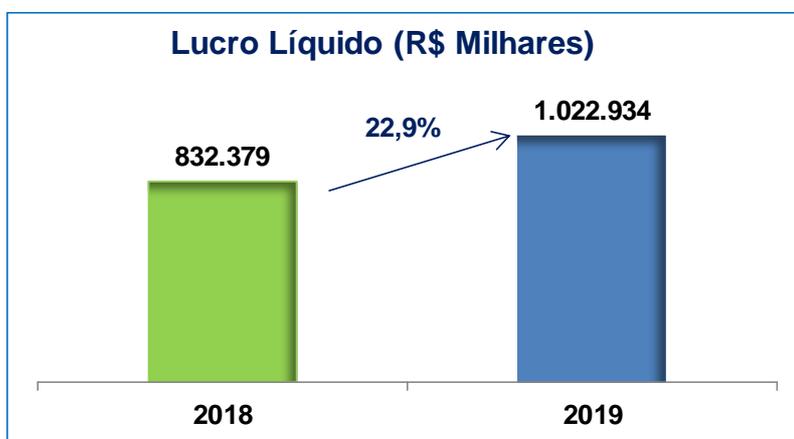
Composição do Lucro Líquido R\$ Milhares	Exercício		
	2019	2018	Var. %
(+) Resultado antes do resultado financeiro	1.050.592	1.390.013	-24,4%
(+/-) Resultado financeiro	76.402	72.165	5,9%
(-) Contribuição Social e Imposto de Renda	(104.060)	(629.799)	-83,5%
(=) Lucro Líquido	1.022.934	832.379	22,9%



RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

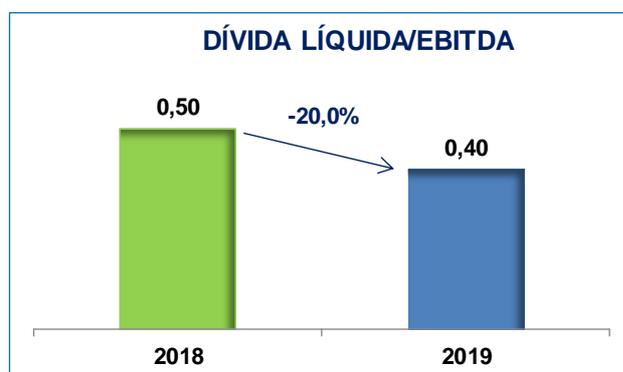
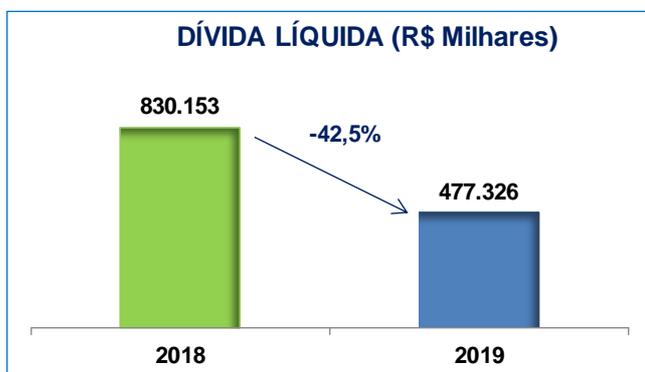
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



10. ESTRUTURA DO ENDIVIDAMENTO

Descrição - R\$ Milhares	2019	2018	Var. %
Empréstimos e Financiamentos	640.026	703.047	-9,0%
Passivo Atuarial*	636.791	660.227	-3,5%
Total da Dívida Bruta	1.276.817	1.363.274	-6,3%
Disponibilidade	799.491	533.121	50,0%
Total da Dívida Líquida	477.326	830.153	-42,5%
EBITDA	1.327.101	1.665.942	-20,3%
Dívida Líquida/EBITDA	0,4	0,5	-20,0%
PL	7.277.650	7.822.945	-7,0%
Dívida Líquida/PL	0,07	0,11	-36,4%

*Refere-se à Dívida da Prece nota 19 das notas explicativas (31/12/2019).





RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Emissão de Cédula de Crédito Bancário – CCB FGTS

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia assinou com a Caixa Econômica Federal a CCB nº 433.257-52 no valor de R\$1.076.596 (1ª tranche), em 23 de dezembro de 2015, a CCB nº 441.050-71 no valor de R\$1.390.817 (2ª tranche) e em 30 de junho de 2017, a CCB nº 441.054-75 no valor de R\$ 570.087 (3ª tranche). Esses valores referem-se às três tranches da operação de crédito de R\$3.037.500 que está sendo captada junto à Caixa Econômica Federal, e será utilizada na ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense e na construção do Complexo Guandu 2, que consiste na implantação de uma nova estação de tratamento de água com produção de 12 mil litros por segundo, com elevatória de água tratada, linha de recalque (tubulação que abastece o reservatório) e reservatório com capacidade para armazenar 57 milhões de litros de água potável.

Esses recursos também serão utilizados para a construção, nos diversos municípios da baixada fluminense, de 17 novos reservatórios e reforma de outros nove que hoje estão fora de operação. Na região ainda serão construídas 16 elevatórias de grande porte e assentados 95 quilômetros de adutora para abastecer os reservatórios, e outros 760 quilômetros de tronco e redes distribuidoras, além da instalação de dezenas de milhares de novas ligações domiciliares. Cabe salientar que todas as tranches estão em fase de desembolso.

O prazo para o desembolso dos recursos é de 12 meses da data da assinatura das referidas cédulas, sendo permitida a sua prorrogação. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo constituído deste financiamento é de R\$ 452.082 (R\$ 385.940 em 31 de dezembro de 2018).

Segue abaixo uma breve descrição dos demais empréstimos e financiamentos da Companhia:

➤ 5ª Emissão de Debêntures – BNDES/BNDESPAR

Objeto	Financiar o projeto de implantação de novas redes de abastecimento de água na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro
Saldo devedor em 31/12/2019 (R\$ milhares)	R\$ 71.884
Juros	1ª Série: TJLP + 2,75% a.a. e 2ª Série: Selic x 2,75% a.a.
Vencimento	2025

➤ 6ª Emissão de Debêntures da CEDAE

Objeto	Financiamento de capital de giro e outras atividades usuais da Companhia.
Saldo devedor em 31/12/2019 (R\$ milhares)	R\$ 64.850
Juros	CDI + 2,74% a.a.
Vencimento	2020

**RESULTADOS DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS➤ **CAIXA – CCB FINISA**

Objeto	Resgate antecipado da totalidade das debêntures da 4ª Emissão
Saldo devedor em 31/12/2019 (R\$ milhares)	R\$ 51.210
Juros	CDI + 3,01% a.a.
Vencimento	2020

➤ **CAIXA – CCB FGTS 1ª Tranche**

Objeto	Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense
Saldo devedor em 31/12/2019 (R\$ milhares)	R\$ 418.771
Juros	TR + 8,5% a.a.
Vencimento	2038

➤ **CAIXA – CCB FGTS 2ª Tranche**

Objeto	Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense
Saldo devedor em 31/12/2019 (R\$ milhares)	R\$ 30.219
Juros	TR + 8,5% a.a.
Vencimento	2039

➤ **CAIXA – CCB FGTS 3ª Tranche**

Objeto	Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense
Saldo devedor em 31/12/2019 (R\$ milhares)	R\$ 3.092
Juros	TR + 8,7% a.a.
Vencimento	2041

11. GOVERNANÇA CORPORATIVA



RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A CEDAE, alinhada com a sua missão de prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário que contribuam para melhoria da qualidade de vida da população Fluminense e do desenvolvimento socioeconômico, com rentabilidade, visando à satisfação da sociedade, dos clientes e dos acionistas, busca continuamente o aperfeiçoamento das suas práticas de Governança Corporativa e para isso, dedicou esforços em 2019 para adequar e aperfeiçoar suas atividades dentro dos padrões exigidos pela Lei nº 13.303/2016, Decreto Estadual nº 46.188/2017, Código Brasileiro de Governança Corporativa, que entre outras, aprimora os aspectos de governança das Sociedades de Economia Mista.

Utilizando-se das melhores práticas e referenciais de mercado, a CEDAE busca tornar-se uma empresa qualificada, transparente, ágil e moderna, capaz de fornecer subsídios às tomadas de decisões e atender com eficiência às crescentes demandas dos usuários, do mercado e do governo.

Dentre as principais medidas adotadas em 2019, destacam-se:

- Atualização do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE;
- Realização de treinamento voltado aos Administradores, Conselheiros e Diretores;
- Verificação de integridade dos licitantes vencedores de certames da Companhia e de outros contratados;
- Análise de conformidade dos atos submetidos à Diretoria Executiva, totalizando 222 atos analisados;
- Realização de Benchmarking com empresas do setor de saneamento, nacionais e internacional;
- Aprovação pelo Conselho de Administração das Políticas de Relacionamento com Fornecedores, Relacionamento com Agentes Públicos, brindes e Presentes e Política de Indenidade;
- Formação de 3 (três) Auditores Internos Lead Implementer ISO 37001:2017;
- Apresentação de Termo de Referência para adequação e a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), na CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgoto, suas subsidiárias e controladas, em atendimento aos requisitos contemplados na lei;
- Contratação de sistema GRC para apoio a tomada de decisão dos gestores, com foco na gestão de riscos e conformidade. Assim como, a viabilização da realização de diligências para mitigação dos riscos de fraude e corrupção inerentes aos relacionamentos com terceiros através da contratação de um sistema de Background Check;
- Divulgação do 2º Relatório de Sustentabilidade da CEDAE, elaborado referenciado nas Diretrizes da GRI (Global Reporting Initiative) e as atividades e o desempenho da Companhia no exercício 2018, nos aspectos econômicos, sociais e ambientais; e



RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Fortalecimento do relacionamento institucional com as partes interessadas e da cultura ética da Companhia através dos projetos “Você faz Parte do Time” e “Ação pela Integridade”. Como resultado dessas ações, a Companhia sagrou-se vencedora do I Prêmio “Controle na Vanguarda” da Controladoria Geral do Estado, Categoria IV – Aprimoramento das Políticas e Procedimentos Destinados à Promoção da Integridade e Promoção da Corrupção, com a prática “Ação pela Integridade”.

Programa de Compliance

O Programa de Compliance da CEDAE está estruturado de modo que os agentes de governança sejam responsáveis por assegurar que toda a empresa esteja em conformidade com os seus princípios e valores, refletidos em políticas, procedimentos de controle e normas internas, e com as leis e os dispositivos regulatórios a que se sujeita. Além disso, o Programa foca em medidas de prevenção, detecção e remediação de ações de má conduta e desvios éticos.

Em 2019, foram desenvolvidos diversos trabalhos voltados para o fortalecimento das diretrizes emanadas da Alta Administração, principalmente o desenvolvimento dos normativos e procedimentos internos.

Na perspectiva da cultura de integridade, foram desenvolvidos e priorizados os projetos de comunicação da conduta desejada e esperada de cada colaborador.

Sob o ponto de vista da conformidade, em 2019 foram analisados 9 (nove) processos de prestação de contas solicitados pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE/RJ, totalizando R\$ 488.145.316,97 e 2 (dois) processos de tomada de contas no montante de R\$ 53.234.036,44. Além disso, 264 atos unilaterais, bilaterais e multilaterais foram informados à Corte de Contas.

Canal de Ética

Criado em novembro de 2018, o Canal de Ética é a mais importante fonte de informação para a identificação de desvios em relação à legislação vigente, ao Código de Ética e Conduta, como também às Políticas e Procedimentos da Companhia.

O uso do Canal de Ética deve ser feito sob o princípio da boa-fé, ou seja, não se tolera o uso do canal para fazer intrigas, calúnias, relatar mentiras propositadamente ou retaliação de qualquer natureza.

Por isso, o Canal de Ética e todos os processos relativos a ele devem ser efetivos, para poder contribuir para o alcance do sucesso da Integridade.

Assim, todos os administradores, colaboradores e parceiros de negócio devem utilizá-lo, sempre que suspeitarem ou souberem de algo contrário aos princípios da ética e integridade.

**RESULTADOS DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O recebimento e classificação das denúncias é realizado por um canal externo denominado Contato Seguro, o qual assegura o anonimato dos denunciantes, denunciados e eventuais testemunhas, bem como o sigilo do conteúdo denunciado.

Já as atividades de estruturação e supervisão do Canal de Ética é realizado pela Comissão de Ética e Conduta, um órgão autônomo da Companhia, composta por empregados, que tem por missão analisar e tomar decisões, dentro de suas competências, sobre as situações investigadas.

O principal objetivo dessa Comissão é promover a cultura de ética na CEDAE, direcionando políticas e procedimentos necessários para mitigar comportamentos que possam comprometer a reputação de todos os setores da empresa, combatendo fraudes e irregularidades, a fim de evitar prejuízos tanto financeiros como de imagem para Companhia.

Das 189 denúncias recebidas em 2019 pela Comissão de Ética e Conduta da CEDAE, mais de 60% apresentam baixo risco as atividades da Companhia. Como resultado, a Comissão de Ética propôs em cerca de 50% dos seus relatórios aplicação de sanções, como advertência, suspensão e demissões com justa causa, além de ações remediadoras, como por exemplo, avaliação funcional, implementação de políticas inibitórias da prática do assédio moral e sexual, do preconceito e da discriminação.

Grande marco da Comissão de Ética no último ano foi a normalização do fluxo do recebimento e tratamento das denúncias, bem como a proposição da Política de Consequências e Não-Retaliação, visando estabelecer compromissos corporativos de combate à corrupção, aos conflitos de interesses e outras infrações e orientar a aplicação de consequências às ações e condutas em desacordo com o Código de Ética e Conduta da CEDAE e as normas internas e legais, e ainda, com o objetivo de estabelecer requisitos gerais para tomada de decisão, envolvendo medidas disciplinares adequadas.

As denúncias sobre transgressão ao Código de Ética, ocorrências de fraude, corrupção, atos ilícitos, ou sobre outras questões que possam acarretar prejuízos aos princípios e interesses da nossa Companhia, podem ser realizadas por qualquer interessado, por meio do canal de denúncias:

- <https://www.cedae.com.br/canaldeetica>
- <https://contatoseguro.com.br/pt/cedae>, e, ainda:
- E-mail da Comissão de Ética: comissaodeetica@cedae.com.br
- Ouvidoria: 0800 031 6032
- Sac: 0800 28 21 195
- Central de atendimento ao surdo–mudo: 0800 28 23 059
- Pessoalmente ou por carta dirigida ao Presidente da Comissão de Ética: Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro CEP 20.210-030



RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Gestão de Riscos e Controles Internos

A CEDAE priorizando a busca contínua pelo aprimoramento e implantação das melhores práticas de mercado, realizou, dentre outras atividades:

- Revisão das premissas adotadas para classificação dos riscos – aprovada pela Diretoria executiva;
- Elaboração de Nova Matriz dos Riscos Estratégicos – Aprovada pelo Conselho de Administração;
- Elaboração da Matriz de Risco por Diretoria – Aprovada pela Diretoria executiva;
- Aculturação de Governança na empresa – através de palestra, material explicativo e informação no site da Companhia;
- Solicitação de Ponto Focal às Diretorias para melhor comunicação, responsabilização e tratamento dos riscos;
- Levantamento dos riscos com maior cobertura em virtude da inclusão de gestores como assessores e gerentes, além dos Diretores: Foram identificados **218** Riscos e **732** Fatores de Riscos, a abrangência na elaboração do risco de 2019/2020 foi **1.453%** maior.

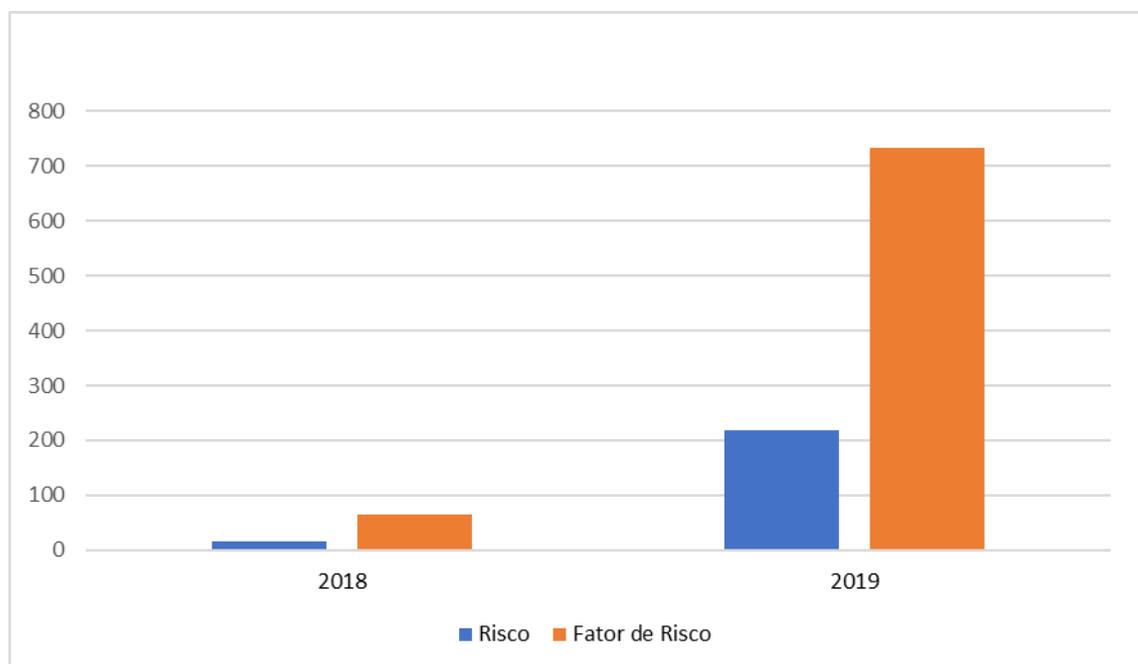
Vide gráfico demonstrativo:



RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Auditoria Interna

A auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, criada para agregar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a atingir seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

A Auditoria interna evoluiu de uma abordagem convencional para uma baseada em riscos, ou seja, passou a estar focada nos riscos que envolvem o negócio da companhia e não somente nos controles internos que envolvem os processos, de modo que os trabalhos realizados sejam focados nos processos mais significativos, considerando o seu grau de classificação do risco. Atualmente, a Auditoria Interna tem uma postura mais proativa e preventiva e realiza testes mais focalizados nos controles que minimizam os riscos relevantes.

A missão da Auditoria Interna é aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliação (**assurance**), assessoria (**advisory**) e conhecimento (**insight**) objetivos baseados em riscos.

Dentre as melhorias de processos e controles implementados em 2019 a partir das recomendações da Auditoria Interna, destacam-se:

**RESULTADOS DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- **Gestão de grandes de clientes** - monitoramento e acompanhamento especial dos 100 (cem) maiores clientes. A média do faturamento mensal dos cem maiores clientes representou o montante aproximado de R\$ 30 milhões em 2019.
- **Gestão de bens imóveis** – criação de procedimento de vistorias contínuas nos imóveis, com elaboração de cronograma anual por ordem de relevância e materialidade, como localização, valor e ocupação. Foram levantados 301 (duzentos e sessenta e dois) imóveis, incluindo locados, vazios, elevatórias, reservatórios, represas. Até o momento 82 destes foram vistoriados pelos próprios colaboradores da área patrimonial.
- **Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho** - a área responsável pelo SESMT (Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho), formalizou o chamado Book de EPI e de EPC (disponível na Intranet), o qual consiste em um manual que reúne todas as informações pertinentes à utilização dos EPIs e EPCs tais como situações de uso, conservação, periodicidade de troca, especificações aplicáveis e códigos para requisição.
- **Segregação de funções:**
 - Controle de perfis de acesso em específicas telas no sistema SASB
 - Controle de pagamentos das condenações judiciais

Dentre as ações adotadas em 2019, destaca-se:

Organização do **XIV Encontro Anual de Auditoria Interna e Governança Das Empresas de Saneamento**. O evento contou com a participação de representantes de 19 empresas do ramo de saneamento, como Sabesp, Sanepar, Copasa e Embasa, além de funcionários de consultorias e membros do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil). As sessões foram divididas em três painéis: Auditoria Interna e LGPD; Governança Corporativa, Gestão de Riscos e Conformidade; e Anticorrupção. Aconteceu no Rio, de 12 a 14 de novembro de 2019.

A partir das recomendações da Auditoria Interna, surgem planos de ação a serem implementados pelas áreas auditadas. Segue o status de acompanhamento dos planos de ação em 2019:

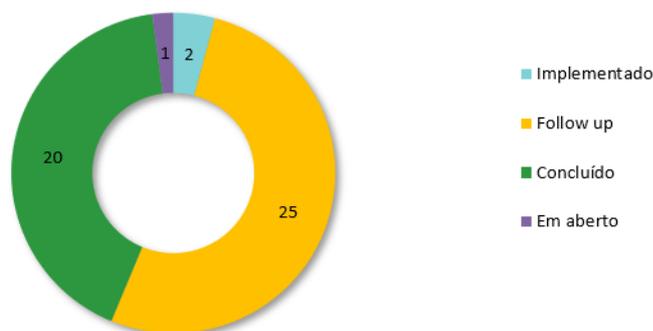


RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Visão geral planos de ação



Planos de Ação acordados	Ações Concluídas	Percentual de ações concluídas
48	20	42%

Legenda:

Implementado: Plano de ação implementado pela área, mas não validado pela AI

Concluído: Plano de ação implementado pela área e validado pela AI

Follow up: Plano de ação definido, mas não implementado

Em aberto: Ainda não há plano de ação definido pela área

12. AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS IMPLEMENTADOS

12.1 AÇÕES VOLTADAS PARA A MELHORIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE TRATAMENTO E COLETA DE ESGOTO

CEDAE realiza pacote de obras em Macaé

Com um pacote de obras, que inclui a instalação de um novo painel de controle e de novas bombas de captação, a CEDAE recuperou a capacidade de produção da Estação de Tratamento de Água de Santana, em Macaé. A próxima etapa será a conclusão do tanque de contenção do ácido fluorsilícico, iniciando a fluoretação da água, antiga reivindicação dos moradores.



RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ampliação do sistema de abastecimento de água em Rio Bonito

A CEDAE assinou contrato para a realização de obras de ampliação do sistema de abastecimento de água em Rio Bonito. As obras incluem: i) o assentamento de 2.170 metros de rede de distribuição; ii) 1.280 metros de adutora e tronco distribuidor de água tratada; iii) 1.500 novas ligações domiciliares; iv) reforma de reservatório com capacidade de 500 m³; e v) construção de elevatória de água com incremento da vazão em 27 l/s.

Mais Água para Itaboraí

O Governo do Estado do Rio de Janeiro assinou, por meio da CEDAE, termo de cooperação para ampliar o sistema de abastecimento de Porto das Caixas, em Itaboraí. As principais características do projeto são as seguintes: i) construção de módulo metálico com capacidade de tratamento de 70 l/s; ii) ampliação da vazão da ETA de Porto das Caixas de 260 l/s para 330l/s; e iii) assentamento de 7.700 metros de tubulações de distribuição de água.

Ampliação do abastecimento em Magé

O contrato para a retomada das obras do plano de ampliação do sistema de abastecimento de água de Magé foi assinado pela CEDAE em dezembro de 2019. O objetivo do plano é aumentar a produção de água e aprimorar o abastecimento na sede do município e estender a rede aos bairros do Centro, Roncador, Piedade, Vila Mara, BNH, Tênis Clube, Canal e Barbuda. Cerca de 100 mil pessoas deverão ser beneficiadas nesta primeira etapa do projeto. As obras estão orçadas em mais de R\$ 8 milhões e serão concluídas em até 18 meses após a data de início.

12.2 AÇÕES VOLTADAS PARA O MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Programa socioambiental da CEDAE dobra número de apenados

O Governo do Estado, por meio da CEDAE, assinou com a Fundação Santa Cabrini em 21/10/19, a contratação de mais 500 apenados do sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro. São homens e mulheres que atuarão em setores administrativos, operacionais, serviços de copa, limpeza e conservação de prédios, produção de uniformes e recuperação ambiental dos



RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

mananciais hídricos. Com os novos contratados, a Companhia passará a ter em seus quadros um total de 1 mil pessoas em cumprimento de pena.

A ação faz parte do Replantando Vida, programa socioambiental da CEDAE que tem como objetivo dar oportunidade de trabalho e capacitação a pessoas em cumprimento de pena. O principal mérito do Programa é a sua capacidade de ressocialização, seja em áreas administrativas ou em um dos sete viveiros florestais mantidos pela Companhia em todo o Estado do Rio. Juntos, eles têm capacidade instalada de produção de 1,8 milhão de mudas por ano – todas elas produzidas pelos próprios apenados do Replantando Vida.

CEDAE e UERJ em parceria pela sustentabilidade

A Cedae e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) assinaram esta semana Convênio de Cooperação para iniciar pesquisas relacionadas ao projeto ‘CEDAE REUSA: Desafios e Oportunidades’, que visa o reaproveitamento dos efluentes residuários das estações de tratamento de água e esgotos (ETAs e ETEs).

Técnicos da Companhia vão desenvolver – junto a professores e alunos dos cursos de Engenharia Ambiental e Civil da UERJ – estudo para verificar a possibilidade de utilização do lodo oriundo das ETAs do Guandu, Laranjal, Cordeiro, Porto das Caixas, Rio Dourado e Moneratt como matéria prima para a produção de artefatos de cimento. O estudo também será estendido às águas residuais das ETEs Alegria, Penha, Pavuna e Sarapuí para uso industrial e na construção civil.

O convênio, que tem duração prevista de dois anos, não terá custo para a Companhia e faz parte do Programa Cedae Ambiente (PCA), que prevê a execução de projetos visando a responsabilidade socioambiental e a sustentabilidade nas atividades desenvolvidas pela Companhia.

12.3 OUTRAS AÇÕES RELEVANTES

Cedae conquista mais uma vez o prêmio ‘melhor empresa de infraestrutura’, da Exame

Pelo segundo ano consecutivo, a CEDAE conquistou o prêmio de ‘Melhor Empresa de Infraestrutura’ no ranking ‘Melhores e Maiores de 2019’, da Exame. A cerimônia de premiação aconteceu na noite desta segunda-feira (26/08), na Sala São Paulo, no centro da capital paulista.



RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A seleção da CEDAE como a melhor empresa no setor de Infraestrutura levou em consideração informações como o crescimento das vendas líquidas, lucro líquido, patrimônio líquido, margem das vendas, rentabilidade e riqueza gerada por empregado, entre outros.

As ‘Melhores & Maiores de 2019’ é um amplo levantamento das companhias brasileiras que mais se destacaram em 20 setores da economia, além da empresa do ano e a destaque do Agronegócio. A análise traz ainda os indicadores setoriais e por estado, além de rankings de cada segmento.

Esta é a terceira vez que a CEDAE é contemplada. No ano passado, a Companhia também foi escolhida como a ‘Melhor Empresa de Infraestrutura’; em 2017, conquistou a quarta posição.

Cedae ganha prêmio de governança corporativa

A CEDAE conquistou o I Prêmio “Controle na Vanguarda”, da Controladoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro (CGE-RJ), com a iniciativa “Ação pela Integridade”, na Categoria IV – “Aprimoramento das políticas e procedimentos destinados à promoção da integridade e prevenção da corrupção”.

O projeto idealizado pela CEDAE reúne medidas para o fortalecimento da cultura empresarial e institucional da Companhia, com palestras sobre Assédio Corporativo, Gestão de Contratos e Adequações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A partir delas foi produzido conteúdo lúdico com vídeos interativos exibidos nas dependências internas da Companhia e no site com orientações dos personagens Seu Lei e Dona Norma sobre medidas contra a corrupção.

CEDAE premiada com o Selo Resgata

A CEDAE recebeu o Selo Resgata pelo trabalho que realiza de inserção de apenados no mercado de trabalho. O prêmio é uma ação do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ) que reconhece a responsabilidade social de empresas, órgãos públicos e empreendimentos com a causa da ressocialização de egressos do sistema prisional. É a segunda vez consecutiva que a companhia é contemplada com o prêmio.

**RESULTADOS DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**13. PROGRAMA DE OBRAS**

INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO COM RECURSOS DOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL	SALDO EM 2020 (EM R\$ MIL)
REGIÃO METROPOLITANA	460.794
REGIÃO BAIXADA FLUMINENSE	3.167.296
LESTE FLUMINENSE	477.210
INTERIOR DO ESTADO	293.669
TOTAL GERAL	4.398.969

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$ Mil
RIO DE JANEIRO			
Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Paquetá	24.500	Obra contratada em fase inicial	10.606
Ampliação do sistema de abastecimento de água da Zona Oeste, Santa Cruz, Guaratiba e Outros	600.000	Saldo da obra sendo relicitado	120.510
Ampliação do sistema de abastecimento de água tratada da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	872.533	Saldo da obra sendo relicitado	94.007
Serviços de reforma dos decantadores da ETE Barra	-	Previsão de término set/21	10.350
Obra de esgotamento sanitário da Bacia Aroazes	24.811	Obra em fase de compromissamento para elaborar homologação	7.247
Projeto básico de esgotamento sanitário para reuso dos sistemas de tratamento da região hidrográfica do Guandu	-	Em fase de licitação	7.330
Obras de rede de interligações da Bacia do Anil - Jacarepaguá	5.746	Obra em fase de compromissamento para elaborar homologação	5.174

**RESULTADOS DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Modernização da elevatória de esgotos de São Conrado, respectivo recalque e emissão por gravidade	250.000	Saldo da obra sendo relicitado	14.270
SISTEMA ALEGRIA			
Complementação do tronco coletor Faria Timbó	456.000	Obra será realizada pelo PSAM	0
Complementação do tronco coletor Manguinhos e saneamento da Maré	900.000	Aguardando definição de recursos	111.600
Complementação do tratamento secundário da ETE Alegria	1.500.000	Aguardando definição de recursos	79.700
REGIÃO METROPOLITANA - TOTAL			460.794

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$ Mil
BELFORD ROXO			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de Belford Roxo	120.000	Previsão de término SET/2020	75.571
Recuperação da rede coletora e reforma da elevatória de esgotamento sanitário do Lote XV	32.000	Atendendo TCE para atualizar orçamento	34.291
Melhoria na rede de distribuição de água em diversas localidades do município de Belford Roxo	16.457	Em fase de licitação	24.958
Ampliação do sistema de abastecimento de água de Miguel Couto	156.902	Habilitação das empresas publicada	103.065
DUQUE DE CAXIAS			
Ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água tratada da localidade de Campos Elíseos	58.000	Previsão de término jul/20	10.410
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de Duque de Caxias	58.000	Previsão de término mar/21	654.496
Serviços de reforma das elevatórias de esgotos Olavo Bilac, Vila Centenário e Jardim Leal	55.380	Previsão de término set/20	4.977

**RESULTADOS DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Melhoria na rede de distribuição de água em diversas localidades do município de Duque de Caxias	34.029	Em fase de licitação	55.841
ITAGUAÍ / SEROPÉDICA			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de Seropédica e Itaguaí	106.111	Saldo da obra sendo relicitado	18.035
JAPERI			
Complementação das obras do sistema de abastecimento de água da Japeri	106.349	Contrato Publicado - Aguardando elaborar Ordem de Início	25.125
MAGÉ			
Ampliação do sistema de água tratada da cidade de Magé - Mauá e Suruí	95.814	Saldo da obra sendo relicitado	
NOVA IGUAÇU			
Melhoria do abastecimento para a localidade de Grão Pará	102.000	Previsão de término mar/20	4.330
Complementação da rede distribuidora de água na área de abrangência dos reservatórios Cabuçu Alto e Baixo	24.409	Habilitação das empresas publicada	76.247
QUEIMADOS			
Implantação e ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de Queimados	137.962	Concluído	0
Complementação do sistema de abastecimento de água no município de Queimados	93.231	Atendendo TCE para atualizar orçamento	51.199
SÃO JOÃO DE MERITI			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de São João Meriti	267.455	Licitada - Aguardando habilitação das empresas	98.585
DIVERSOS MUNICÍPIOS			
Recuperação do sistema de coleta e transportede esgotos sanitários da Pavuna	288.000	Habilitação das empresas publicada	21.567
Sistema de coleta e transporte de esgotos sanitários de Sarapuí	127.200	Obra licitada. Elaborando empenho para executar contrato	23.203

**RESULTADOS DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sistema integrado de abastecimento de água de Jardim Esplanada, Jardim Alvorada, Brasília, Posse e JK nos municípios de Nova Iguaçu e Mesquita	957.402	Contrato sendo rescindido	64.096
Proteção da tomada d'água do Guandu	15.000.000	Aguardando definição de recursos	84.800
Reforço no sistema de abastecimento de água de Nilópolis e outros	102.161	Contrato sendo rescindido	36.500
Ampliação da rede de distribuição de água e ligações prediais	900.000	Previsão de término mar/21	200.000
Construção de novo sistema de produção de água na Baixada Fluminense	3.900.000	Projeto executivo com previsão de término mar/20	1.500.000
BAIXADA FLUMINENSE - TOTAL			3.167.296

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$ Mil
ITABORAÍ			
Novo sistema de produção de água tratada de Itaboraí	332.927	Aguardando recursos do Programa Avançar Cidades	448.958
MARICÁ			
Implantação do sistema de abastecimento de água de Ponta Negra e Sede	5.600	Previsão de término mar/20	5.172
RIO BONITO			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de Rio Bonito	10.000	Obra iniciada	5.890
SÃO GONÇALO			
Ampliação do sistema de abastecimento de água com a construção de reservatórios, tronco alimentador e tronco distribuidor no bairro de Monjolos	66.247	Licitada - Em fase de homologação	17.190
LESTE FLUMINENSE - TOTAL			477.210



RESULTADOS DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$ Mil
BARRA DO PIRAI			
Ampliação do sistema de abastecimento de água na Sede do município de Barra do Pirai	95.000	Licitação sobrestado	16.160
ITAPERUNA			
Sistema de abastecimento de água do município de Itaperuna	82.500	Saldo da obra sendo relicitado	19.040
Implantação de sistema de esgotamento sanitário do município de Itaperuna	82.500	Saldo da obra sendo relicitado	49.060
MACAÉ			
Ampliação do sistema de produção de água tratada para o município de Macaé	243.967	Aguardando recurso do Programa Avançar Cidades	209.409
INTERIOR DO ESTADO - TOTAL			293.669

14. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos auditores independentes, esclarecemos que nossa política de relacionamento com os auditores independentes, relativa à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor.

A Ernst & Young auditores Independentes s/s foi contratada para os serviços de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Destacamos que em 2019 a Ernst & Young auditores Independentes s/s não prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações financeiras.

**RESULTADOS DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**15. AGRADECIMENTOS**

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, por meio de sua Diretoria Executiva, dedica seus agradecimentos ao acionista controlador desta empresa, o Estado do Rio de Janeiro, aqui representado nas figuras do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Wilson Witzel, e do Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, Cláudio Castro. Aos senhores acionistas minoritários, representados nos colegiados pelos seus representantes legais, agradecemos a confiança depositada nesta Diretoria na condução da administração dos negócios da companhia.

O reconhecimento pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal da CEDAE do trabalho realizado por esta Diretoria nos estimula a avançar sempre. A todos, o nosso muito obrigado. Aos entes financiadores da Companhia e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, ressaltamos que os recursos aportados nos projetos desta companhia tornaram possível a realização de investimentos e obras fundamentais para a expansão contínua dos serviços de saneamento prestados pela CEDAE. Portanto, também devemos nossa reverência às instituições aqui citadas: Caixa Econômica Federal (CAIXA); Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM); BNDES; e BNDESPAR.

Por fim, e mais especialmente, nos dirigimos à população do Estado do Rio de Janeiro para dizer que nossos mais de 5 mil empregados estão imbuídos de experiência, compromisso, responsabilidade e esforço na condução das atividades da Companhia. Nosso principal objetivo é fazer chegar aos consumidores, serviços cada vez melhores de água e esgoto em nossa área de concessão. Desta forma, o progresso social, ambiental e econômico de nosso estado perpassa todas as nossas atividades e é a diretriz master da CEDAE.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE ("CEDAE" ou "Companhia") foi constituída em 1º de agosto de 1975 como sociedade anônima de economia mista domiciliada no Brasil, através da incorporação das entidades controladas pelo Estado do Rio de Janeiro: Empresa de Águas do Estado da Guanabara ("Cedag"), Empresa de Saneamento da Guanabara ("Esag") e Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro ("Sanerj"). Atualmente, sediada na Cidade do Rio de Janeiro na Avenida Presidente Vargas, nº 2.655, Cidade Nova, a Companhia é vinculada atualmente à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança (SECCG) e tem como acionista controlador o Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia atua no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, mediante delegação do Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Estado do Rio de Janeiro") e nos municípios através de convênios, sendo suas principais atividades:

- (i) Captação, tratamento, adução e distribuição da água;
- (ii) Coleta, tratamento e destinação de esgotos sanitários;
- (iii) Realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes;
- (iv) Execução do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara ("PDBG") que é um programa do Estado do Rio de Janeiro, envolvendo diversos órgãos estaduais, cabendo à CEDAE o papel de executora das obras de esgotamento sanitário com recursos financeiros do Estado do Rio de Janeiro, de fontes externas ou internas; e
- (v) Execução do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes ("PSBJ") com recursos provenientes de diversos programas financeiros do Estado do Rio de Janeiro, como Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano ("Fecam") e Fundo Estadual de Saúde ("FES"), ou com recursos da CEDAE.

Dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia opera os serviços de abastecimento de água em 64 municípios, dentre esses com contrato para prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 municípios. Na maioria desses municípios, as operações decorrem de contratos firmados por 30 anos, com renovação automática por mais 30 anos.

A Administração prevê que os serviços prestados a municípios que não possuem contratos de concessão vigentes terão essa situação regularizada, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgotos nessas localidades municipais. A assinatura de tais contratos de concessão depende da implementação por parte dos municípios do Plano Municipal de Saneamento Básico, instrumento que estabelece as diretrizes para a prestação dos serviços públicos de saneamento tais quais requerido pela Lei Federal nº 11.445/2007 e das respectivas aprovações à Lei Autorizativa em âmbito municipal do referido plano.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 31 de dezembro de 2019, apresentam-se vencidas as concessões relacionadas a seguir e que estão em fase de negociação com os municípios, sendo que os serviços não sofreram interrupção (Nota 2.7.2).

Município	Serviços
Angra dos Reis	Água
Cachoeiras de Macacu	Água
Cambuci	Água
Miracema	Água
Porciúncula	Água e esgoto
Quissamã	Água e esgoto
São João da Barra	Água e esgoto
Teresópolis	Água e esgoto

Em 31 de dezembro de 2019, o valor contábil do intangível utilizado nos oito municípios em negociação totalizava R\$204.057 (R\$210.098 em 2018), tendo gerado receita de R\$115.271 (informação não auditada pelos auditores independentes) em 2019 (R\$102.806 em de 2018) (Nota 11).

Os contratos de concessão estipulam um direito de cobrar dos clientes os serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo estabelecido nestes. A Companhia possui, na maior parte dos seus contratos, um direito de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ou de prorrogar o contrato até a efetiva quitação da indenização por parte dos municípios.

Nos contratos em que não está prevista tal indenização (cinco contratos na totalidade), existe a obrigatoriedade do Poder Concedente prorrogar o prazo de concessão pelo tempo necessário para que a Companhia recupere o investimento efetuado. No caso do contrato firmado com o Município do Rio de Janeiro, não existe previsão de indenização. Contudo, o contrato possui validade de 50 anos, prazo inferior à vida útil dos bens relacionados à concessão e prevê renovação automática pelo mesmo período, a qual a opção de não exercer renovação deve ser manifestada até dois anos antes do fim da vigência do contrato.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

As concessões em termos de número de economias (*) são:

	Município	Concessões de água e esgotamento sanitário		
		Número de economias (*)	Início	Término
1	Rio de Janeiro	2.296.722	2007	2057
2	São Gonçalo	253.018	2008	2028
3	Nova Iguaçu	183.035	2004	2034
4	Duque de Caxias	168.296	2008	2038
5	São João de Meriti	120.557	2011	2041
6	Belford Roxo	90.918	2009	2039
7	Macaé	73.148	2011	2041
8	Rio das Ostras	52.491	2011	2061
9	Nilópolis	51.758	2008	2038
10	Mesquita	36.133	2008	2038
11	Itaperuna	33.621	2008	2038
12	Itaguaí	31.677	2011	2041
13	Queimados	30.512	2009	2039
14	Marica	26.949	2008	2028
15	Valença	25.852	2009	2039
16	Itaboraí	25.052	2012	2042
17	Magé	17.982	2000	2030
18	Paraíba do Sul	15.170	2008	2038
19	Vassouras	13.981	2008	2048
20	Seropédica	13.918	2009	2039
21	Mangaratiba	13.174	2013	2043
22	Japeri	11.908	2009	2039
23	São Fidelis	11.710	2008	2038
24	Rio Bonito	11.237	2011	2031
25	Bom Jesus do Itabapoana	10.786	2011	2041
26	Miguel Pereira	10.037	2009	2039
27	Pirai	9.851	2009	2029
28	Itaocara	8.705	2010	2035
29	Paracambi	8.572	2008	2038
30	Cordeiro	8.563	2001	2031
31	Pinheiral	8.245	2008	2048
32	São Francisco do Itabapoana	8.056	2002	2032
33	Paty do Alferes	7.489	2008	2038
34	Bom Jardim	6.988	2001	2031
35	Casimiro de Abreu (**)	6.253	2008	2038
36	Sapucaia	6.173	2010	2035
37	Cantagalo	6.168	2009	2039
38	Rio Claro	4.813	2008	2038
39	Natividade	4.705	2008	2038
40	Aperibé	4.155	2010	2040

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Município	Concessões de água e esgotamento sanitário		
	Número de economias (*)	Início	Término
41 Italva	3.875	2012	2042
42 Cardoso Moreira	3.547	2002	2027
43 Duas Barras	3.388	2001	2031
44 Macuco	3.041	2002	2032
45 Eng. Paulo de Frontin	3.018	2008	2048
46 Tanguá	2.944	2008	2033
47 Barra do Pirai	2.839	2006	2036
48 Laje do Muriaé	2.496	2013	2043
49 Sumidouro	1.905	2009	2039
50 São Sebastião do Alto	1.759	2002	2032
51 Santa Maria Madalena	1.741	2009	2039
52 São José de Ubá	1.694	2009	2039
53 Carapebus	1.508	2008	2038
54 Saquarema (***)	1.506	2008	2048
55 Trajano de Moraes	1.332	2000	2030
56 Varre-Sai	1.192	2009	2039

(*) Economia é uma unidade predial, caracterizada segundo o artigo 96 do Decreto Estadual do Rio de Janeiro nº 553/1976, para efeito de cobrança (informação não auditada).

(**) No Município de Casimiro de Abreu, a Companhia mantém contrato apenas com o Distrito de Barra de São João.

(***) No Município de Saquarema, a Companhia mantém contrato apenas com o Distrito de Jaconé.

Em 5 de janeiro de 2007, foi sancionada a Lei Federal nº 11.445/2007, estabelecendo as diretrizes nacionais e princípios fundamentais à prestação dos serviços, como o controle social, a transparência, o comando de integração das infraestruturas de saneamento básico na gestão de recursos hídricos, bem como o comando para a articulação do setor com as políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional, habitação, combate e erradicação da pobreza, promoção da saúde e proteção ambiental, dentre outras correlatas. Essas diretrizes visam, também, à melhoria da qualidade de vida com eficiência e a sustentabilidade econômica, possibilitando a adoção de soluções graduais e progressivas, coerentes à capacidade de pagamento dos clientes.

Conforme disposto no Decreto Estadual nº 45.344/2015, a CEDAE, está submetida à fiscalização e regulação de suas atividades por parte da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro ("Agenera"). A primeira revisão quinquenal tarifária da Companhia se dará em 2020, sendo que o primeiro reajuste tarifário sob regulação ocorreu parcialmente em agosto de 2016, com seu complemento em janeiro de 2017, o segundo reajuste tarifário ocorreu parcialmente em julho de 2017 com seu complemento em outubro de 2017 e o terceiro reajuste ocorreu parcialmente em junho de 2018, com seu complemento em novembro de 2018, ambos submetidos e aprovados pela Agenera, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, conforme preceitua o referido Decreto. No dia 27 de agosto de 2019 foi aprovado o reajuste parcial de 4,8676% sobre a tarifa atualmente praticada, com vigência a partir de 1º de outubro de 2019.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

No dia 26 de janeiro de 2017, o Estado do Rio de Janeiro assinou o Termo de Compromisso com o Governo Federal que envolve, entre outros assuntos, a possibilidade da obtenção de empréstimos bancários por parte do Controlador, oferecendo como garantia ações da Companhia por ele detidas.

Em novembro de 2017, o banco BNP Paribas foi o vencedor do leilão para emprestar R\$2,9 bilhões ao Estado do Rio de Janeiro, que ofereceu como garantia até 50% das ações da Companhia. Salientamos que tal evento não alterou as operações da Companhia ou seu controle até o momento.

Conforme divulgado na Nota 17, em 19 de junho de 2018, transitou em julgado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Cível Ordinária nº 2757/RJ, de autoria da Companhia. Nessa ação a CEDAE requereu imunidade tributária nos termos do artigo 150, VI "a" da Constituição Federal, por ser entendimento de seus Administradores e consultores jurídicos e legais que a Companhia, por ter como único acionista o Governo do Estado do Rio de Janeiro e prestar serviços de utilidade pública, estava imune a impostos por se equiparar a um ente público. O êxito obtido pela Companhia lhe assegurou a imunidade a impostos e, a partir da data do trânsito em julgado, a Administração deixou de apurar e recolher os impostos federais; baixando os valores a eles relacionados, sejam impostos a recuperar, recolher ou diferidos, uma vez que não existirá base de cálculo para apuração e realização desses impostos. Deve-se observar que a imunidade foi concedida à CEDAE no pressuposto desta ter como único acionista o Estado do Rio de Janeiro e que tal imunidade poderá ser revista, e perdida, caso terceiros passem a deter participação no capital da Companhia. Os saldos correlatos a esse assunto e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras estão sumariados na Nota 17.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 30 de março de 2019, aprovou a emissão dessas demonstrações financeiras.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos e determina a classificação no reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros

2.3.1. *Classificação*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado (Nota 5.5).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.2. *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida).
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumento de dívida).
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento.
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.2. *Mensuração subsequente*--Continuação

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de dívida)

A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.2. *Mensuração subsequente*--Continuação

c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)--Continuação

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificadas pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.3. *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro é desreconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; (ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativos a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.3.4. *Impairment de ativos financeiros*

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.4. *Impairment de ativos financeiros*--Continuação

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor.
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria.
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira; ou

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.4. *Impairment de ativos financeiros*--Continuação

- O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em valor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

b) Passivos financeiros

2.3.5. *Classificação*

Os passivos financeiros são empréstimos e financiamentos e debêntures, empreiteiros e fornecedores, outros parcelamentos e outras contas a pagar. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

2.3.6. *Mensuração subsequente*

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito nos tópicos abaixo:

2.3.7. *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Ao passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

2.3.8. *Empréstimos e financiamentos*

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

2.3.8. *Empréstimos e recebíveis*--Continuação

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 13.

2.3.9. *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.10. *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A Companhia também classifica os créditos a receber do controlador como ativo não circulante, em decorrência de acordo firmado com o acionista controlador para liquidação desses créditos através de dação de bens intangíveis.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

2.5. Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de águas e esgotos são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de realização e estão classificados no ativo circulante. Os estoques consumidos são baixados ao resultado pelo custo médio das aquisições.

2.6. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são contabilizados no ativo não circulante e atualizados monetariamente para fazer face às contingências da Companhia.

2.7. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível--Continuação

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado por reavaliação efetuada em 2006, que foi incorporada ao custo do intangível quando da adoção inicial dos novos CPCs em 2010 para os casos de ativos qualificáveis. Ativo qualificável é um ativo que demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para utilização ou venda. A CEDAE estabeleceu que esse período deve ser superior a 12 meses. Esse período foi definido considerando o prazo de término das obras, pois a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, o que equivale a um ano fiscal da Companhia.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada a partir do momento que este é disponibilizado para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são amortizadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado, conforme os critérios mencionados na Nota 11.

As doações recebidas de órgãos públicos para permitir à Companhia a prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto são registradas no intangível em contrapartida à receita. Em 2019, a Companhia não recebeu doações de intangíveis.

Os projetos de obras em andamento são registrados pelo valor de custo e estão principalmente relacionados com projetos de construção contratados junto a terceiros, que são executados pela Secretaria de Estado do Ambiente - SEA com responsabilidade financeira do Estado do Rio de Janeiro.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível--Continuação

2.7.1. Contratos de concessão

A infraestrutura utilizada pela CEDAE relacionada aos contratos de concessão é considerada controlada pelo Município quando:

- (i) O Município controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço;
- (ii) O Município controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão;
- (iii) Os direitos da CEDAE sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos são contabilizados como intangível como bens afetos a concessão, uma vez que a CEDAE tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os consumidores devem pagar pelos serviços da CEDAE; ou
- (iv) A Companhia ainda considera como intangível, bens não afetos (bens que são utilizados em conjunto por mais de um município, não sendo individualmente afetos a nenhum município) a concessão, a captação e as estações de tratamento, bem como suas respectivas adutoras de água.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que esse trabalho gere benefícios econômicos futuros.

A grande maioria dos contratos de concessão de serviços da Companhia firmados com os municípios é regulada por acordos de concessão de serviço, nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão (que historicamente se opera através de renovação das concessões), que nesse caso é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis definida pela Administração, quais sejam: infraestruturas de água e esgoto 2%; equipamentos 10%; equipamentos de transportes 20%; móveis e utensílios 10% e outros ativos 4%.

No entanto, o direito de receber caixa previsto nos contratos de concessão não é incondicional, pois, em todos os contratos, existe a opção de prorrogação do prazo ao final da concessão por parte dos municípios. Dessa forma, a Companhia não reconhece em seu balanço patrimonial qualquer ativo financeiro relacionado às indenizações futuras.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível--Continuação

2.7.1. Contratos de concessão--Continuação

Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil, o que ocorrer primeiro.

2.7.2. Contratos em processo de renovação

A Companhia possui oito contratos em processo de renovação com os municípios, dos quais quatro deles (Miracema, Porciúncula, São João da Barra e Teresópolis) apresentam previsão de recebimento de indenização ao final do contrato, conforme composição abaixo apresentada:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Teresópolis	161.475	166.339
São João da Barra	1.847	1.892
Miracema	938	954
Porciúncula	179	191
	<u>164.439</u>	<u>169.376</u>

A Companhia vem prestando serviços aos outros quatro municípios (Angra dos Reis, Cachoeiras de Macacu, Cambuci e Quissamã) ao longo dos anos, apesar desses serviços não estarem suportados por contratos. A Companhia não tem expectativa de interrupção dos serviços que estão sendo prestados para esses municípios. Os ativos intangíveis relacionados à prestação desses serviços estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil dos bens. O montante de tais ativos é apresentado da seguinte forma (Nota 11.i):

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cachoeiras de Macacu	27.532	28.285
Angra dos Reis	7.922	8.143
Cambuci	2.717	2.806
Quissamã	1.447	1.488
	<u>39.618</u>	<u>40.722</u>

A Companhia tem a expectativa de que os referidos contratos sejam renovados a partir de 1º de janeiro de 2021 e vem recorrentemente trabalhando para esse propósito.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível--Continuação

2.7.3. Licenças de uso de software

As licenças de uso de software e de sistemas de gestão empresarial adquiridas quando há existência de saldo são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil, e as despesas associadas são reconhecidas no resultado quando incorridas.

2.8. Imobilizado

Demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, reduzido das depreciações de bens do imobilizado calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 12.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela diferença entre a contraprestação recebida e a receber denominada na venda com o valor contábil e são incluídos no resultado.

2.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, denominados de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A Companhia considera sua operação pela interligação das redes como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), dado que a Companhia realiza subsídio cruzado conforme previsto pela Lei Federal nº 11.445/2007, e em sua avaliação não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Empreiteiros e fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

2.11. Salários e encargos sociais

Representado, substancialmente, pelos valores de salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes são derivados de apropriação por competência (*accruals*) e são divulgados como parte das contas a pagar.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

2.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem as parcelas correntes e diferidas desses tributos.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

Os tributos sobre renda que se encontram dentro do escopo do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro são: o Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") que estão reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesses casos, os tributos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas Leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável oferece margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que for provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável, e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Benefícios a empregados

a) Obrigações de aposentadoria

Os custos com planos de pensão Prece I, Prece II, Prece III e Prece CV são administrados pela Previdência Complementar ("Prece"), o plano de assistência médica Caixa de Assistência Médica dos Servidores da CEDAE ("CAC") e prêmio de aposentadoria são registrados com base em modelos atuariais em consonância com os requerimentos estabelecidos nas práticas contábeis.

A Companhia reconhece de forma imediata em outros resultados abrangentes os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais.

a.1) *Plano de Benefício Definido ("BD")*

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido (Prece I, II e Prece CV - optantes por renda vitalícia) utiliza modelos com atribuição que geralmente desdobra eventos individuais ao longo da vida estimada dos funcionários no plano. A política da Companhia é de financiar seus planos de aposentadoria com base em recomendações atuariais e em consonância com a legislação e os regulamentos aplicáveis.

As receitas ou despesas líquidas de aposentadoria são calculadas utilizando-se as premissas do início de cada exercício. Essas premissas são definidas ao final do exercício anterior e incluem as taxas de retorno de longo prazo esperadas nos ativos do plano, taxas de desconto e aumentos de taxas salariais. Um conjunto de taxas históricas reais, taxas esperadas e dados externos são utilizados pela Companhia para determinar as premissas usadas nos modelos atuariais. Quando os cálculos resultam em benefícios para a Companhia, o reconhecimento do ativo fica limitado ao total líquido de qualquer serviço passado não reconhecido e ao valor presente de qualquer reembolso do plano ou reduções das contribuições futuras do plano.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Benefícios a empregados--Continuação

a) Obrigações de aposentadoria--Continuação

a.2) *Plano de Contribuição Definida ("CD")*

Para o plano de contribuição definida (Prece III e CV), a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos benefícios a empregados (Nota 19).

a.2.1) Plano de Contribuição Variável ("CV")

O Plano Prece CV surgiu da necessidade de se equacionar o Plano Prece I, de caráter de benefício definido que apresentava déficits contínuos. Nesse plano, a contribuição é definida previamente e o benefício é calculado de acordo com a reserva acumulada até a aposentadoria do participante. Esse plano foi desenvolvido com base nas últimas tendências do mercado de previdência com características mais seguras e exposição a menos riscos.

No Plano Prece CV, o benefício é desvinculado do plano do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), o que significa que a renda de aposentadoria e os critérios para elegibilidade aos benefícios independem das mudanças da previdência oficial.

A renda de aposentadoria será resultante do saldo acumulado das contribuições do participante e da patrocinadora, creditadas em contas individuais em nome de cada participante. O participante ativo poderá realizar contribuições adicionais e esporádicas com o objetivo de aumentar a sua reserva individual e, conseqüentemente, sua renda futura de aposentadoria.

O plano oferece, ainda, diferentes modalidades de percepção dos benefícios de aposentadoria que poderão ser resgatados nos modelos de renda vitalícia, por prazo determinado ou ainda por prazo indeterminado com ou sem pensão, à escolha do participante no momento de sua aposentadoria.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Benefícios a empregados--Continuação

a) Obrigações de aposentadoria--Continuação

a.3) *Plano de assistência médica*

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido quando o funcionário permanece trabalhando até a idade de aposentadoria e cumpre um período de trabalho mínimo de 35 anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários qualificados.

a.4) *Prêmio de aposentadoria*

A Companhia, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, pagará aos empregados que venham preencher os pré-requisitos para aposentadoria, requerendo-a no prazo máximo de 90 dias da data de aquisição do direito por motivo de aposentadoria e respectivo desligamento, um prêmio aposentadoria no valor correspondente à proporção de tempo de serviço prestado à CEDAE, considerando a data de admissão existente no registro do empregado. De acordo com os critérios estabelecidos no referido acordo, o valor do prêmio para o empregado beneficiado será equiparado ao seu piso salarial nas seguintes proporções de tempo de serviço trabalhado, efetivamente, na Companhia e antecessoras:

- (i) 10 pisos salariais àquele que possua 30 ou mais anos de serviço.
- (ii) Aquele que possua 10 ou mais anos e menos de 30 anos de serviço será computado 0,33 pisos salariais, para cada ano completo de serviço.

2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O Valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica "dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício na medida em que ocorra. Os programas contínuos, tais como os promovidos pelo Instituto Estadual do Ambiente (“Inea”), são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

2.17. Reconhecimento da receita

a) Prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou pela coleta de esgoto. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre elas, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi mensurado e faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os serviços são fornecidos; (ii) a receita pode ser mensurada com segurança; (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas ou custos, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados, e estão refletidas no resultado do exercício em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

b) Tributos sobre receitas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (“Pasep”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“Cofins”) de forma cumulativa, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente. O faturamento dos órgãos e empresas governamentais são tributáveis quando da liquidação das faturas.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Reconhecimento da receita--Continuação

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

Os ativos e passivos decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

2.19. Apresentação de informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos tomadas pela Administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Dessa forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto, uma vez que o controle gerencial da Companhia é o conjunto das atividades de água e de esgoto. Outro fator considerado é a venda a uma base de clientes geograficamente dispersa, o que não permite uma análise segmentada dessa natureza. A mensuração de desempenho e apuração das informações por um único segmento está consistente com as práticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, uma vez que a Administração utiliza essas informações para analisar o desempenho da Companhia.

2.20. Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)

Estas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de seu conjunto de demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.20. Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Continuação

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos considerados no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.21. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações dos fluxos de caixa estão sendo apresentadas separando as seguintes atividades:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalente de caixa; e
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novos pronunciamentos e interpretações

3.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 11 - Contratos de Seguro:

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 0 Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (IFRS 4) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novos pronunciamentos e interpretações--Continuação

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios-- Continuação

avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

Alterações ao CPC 26(R1): Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade”. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 31 de dezembro de 2019

As normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

CPC 6 - Operações de Arrendamento Mercantil:

A alteração do CPC 6 foi aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e estará vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após essa data. O CPC 6 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novos pronunciamentos e interpretações--Continuação

CPC 6 - Operações de Arrendamento Mercantil:-- Continuação

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia avaliou os impactos da norma e concluiu, considerando as características de seus contratos vigentes, que a revisão do CPC 6 não traz alterações para o tratamento contábil dado aos seus contratos vigentes, pois os contratos atuais se enquadram na regra de exceção arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor e outros contratos se enquadram como serviços.

Além disso, foram identificados contratos onde o fornecedor possui direitos substantivos de substituição do bem e, dessa forma, o contrato não está no alcance o CPC 6.

Diante do apresentado, a Companhia entende que não teve impacto relevante em sua posição financeira e/ou seu desempenho financeiro.

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento Tributos sobre o Lucro:

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro quando houver incerteza acerca de uma determinada transação ou circunstância em relação à incidência do IRPJ e da CSLL. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nessa interpretação.

Na avaliação da Administração da Companhia não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para apuração e reconhecimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativo e Judiciais.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novos pronunciamentos e interpretações--Continuação

3.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 31 de dezembro de 2019--Continuação

CPC 48 – Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa

De acordo com o CPC 48, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal aberto”(critério SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 33 (R1) – Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando ocorre alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período anual coberto nas demonstrações financeiras, a Companhia deve determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício, refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento. A Companhia deve também apurar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido.

As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não houve nenhuma alteração, restrições ou liquidações no plano durante o exercício.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

4.1. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise da rubrica "Contas a receber de clientes", e de acordo com a prática contábil estabelecida na Nota 8.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

4.1. Estimativas e premissas--Continuação

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa--Continuação

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão

A Companhia registra ativos intangíveis decorrentes de contrato de concessão de acordo com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e com a ICPC 01 (R1). A Companhia estima o valor de mercado das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil. Informações adicionais sobre a contabilização dos ativos intangíveis estão demonstradas na Nota 11. Adicionalmente, a Companhia não registra ativo financeiro de potencial indenização futura pelo retorno dos ativos de infraestrutura ao Poder Concedente ao final dos contratos, uma vez que entende que tais contratos serão renegociados para períodos futuros e a Companhia não terá direito aos valores de indenização.

O reconhecimento do valor de mercado dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas. O uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil dos ativos intangíveis também requer um significativo nível de premissas e estimativas, e o uso de diferentes premissas, estimativas e mudanças futuras pode afetar a vida útil dos ativos intangíveis e pode ter um impacto relevante no resultado das operações.

c) Provisão para redução ao valor recuperável

A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

4.1. Estimativas e premissas--Continuação

c) Provisão para redução ao valor recuperável--Continuação

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os ativos imobilizados e os intangíveis resultantes de contratos de concessão relacionados aos sistemas de água e esgoto.

A avaliação do *impairment* dos ativos imobilizado e intangível exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, que não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste, taxas de crescimento futuro, para fins de extrapolação, vida útil remanescente dos ativos e/ou prazo de duração do contrato de concessão, entre outros fatores.

Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

A Companhia também utiliza como premissa uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de avaliação de *impairment* (Nota 2.9).

Caso a taxa de desconto utilizada pela Companhia (8,39%) tivesse um incremento ou um decréscimo de um ponto percentual, teríamos a seguinte situação, conforme demonstrado a seguir:

2019

	Cenário WACC	
	7,39%	9,39%
Valor contábil dos ativos imobilizado e intangível	8.500.536	8.500.536
Fluxo de caixa descontado	41.829.173	22.836.154
Provisão de perda (<i>impairment</i>)	-	-

Não foram identificadas evidências de necessidade de reconhecimento de *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

4.1. Estimativas e premissas--Continuação

d) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para os planos de pensão, estão a taxa de desconto, a taxa de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de desconto deve ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, além de ser utilizada para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade como por exemplo debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações dos planos de pensão.

Adicionalmente, a Companhia avalia os ativos existentes para cobertura das obrigações atuariais a valor justo ao fim de cada exercício quando da preparação da sua avaliação atuarial.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

A Companhia utilizou para o cálculo atuarial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as tábuas de mortalidade, específica por sexo, descritas na Nota 19.

e) Provisões

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas, cíveis e previdenciárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos nossos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

4.1. Estimativas e premissas--Continuação

e) Provisões--Continuação

A Companhia constitui provisão para processos cuja probabilidade de perda é provável e o valor possa ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O registro de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.

g) Receitas não faturadas

As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil, tendo por base o consumo médio dos três últimos meses, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos captados a taxas variáveis de juros, sendo esses valores projetados.

A tabela abaixo mostra os empréstimos, financiamentos e outros parcelamentos mantidos pela Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	2019	2018
Taxa Referencial ("TR")	452.082	385.940
Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP")	58.489	60.175
Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("SELIC")	13.395	24.789
Certificado de Depósitos Interbancários ("CDI")	116.060	232.143
Índice Nacional de Preço ao Consumidor ("INPC")	636.791	660.227

b) Risco de crédito

De acordo com a Legislação Estadual de Saneamento, o devedor é o imóvel ocupado e, portanto, todos os valores devidos são atrelados aos imóveis correspondentes e, caso essas dívidas não sejam liquidadas, ficam imputadas em suas matrículas. A Companhia só pode proceder à baixa da dívida após a constatação da inexistência do imóvel por meio de vistoria no local. O cadastro de clientes da Companhia é permanentemente atualizado através de vistorias realizadas pelas lojas comerciais e o setor de cadastro acompanha diariamente todas as alterações efetuadas em seu banco de dados.

O risco de crédito decorre de contas correntes, aplicações financeiras e depósitos judiciais mantidos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os riscos de crédito são monitorados pela Companhia da seguinte forma:

b.1) *Cientes públicos*

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para créditos vencidos há mais de 180 dias de responsabilidade dos órgãos federais, estaduais e municipais (Nota 8).

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito--Continuação

b.2) *Demais clientes*

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para débitos vencidos há mais de 90 dias de responsabilidade dos demais clientes (Nota 8).

b.3) *Exposição ao risco de crédito*

Em 31 de dezembro de 2019, a exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação dessas demonstrações financeiras é de R\$2.674.698, (R\$2.291.195 em 2018) composto pelo valor contábil dos títulos de dívida classificados como equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras e contas a receber de clientes na data do balanço representando 18% do total do ativo e 31% do patrimônio líquido (Notas 6 a 8).

c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, dos empréstimos de instituições financeiras do Governo Federal e dos financiamentos nos mercados locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender as suas despesas de capital e operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)	Total
Em 31 de dezembro de 2019 (i)					
Empréstimos e financiamentos	248.118	256.922	959.229	4.197.036	5.661.305
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	113.284	58.373	126.941	652.487	951.085
Empreiteiros e fornecedores	65.648	-	-	-	65.648
Outras contas a pagar	89.241	-	-	7.710	96.951
Em 31 de dezembro de 2018 (i)					
Empréstimos e financiamentos	207.592	250.258	901.940	5.285.982	6.645.772
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	397.896	115.237	89.650	382.096	984.879
Empreiteiros e fornecedores	124.055	-	-	-	124.055
Outras contas a pagar	97.301	-	-	151	97.452

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

- (i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos financiamentos e parcelamentos.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em convenção da Administração da Companhia, de modo a garantir uma análise adequada dos fluxos de pagamentos das principais obrigações ao longo do tempo.

Conforme demonstrado na tabela acima e detalhado na Nota 13, a Companhia vem buscando alinhar a sua geração de caixa às suas necessidades de desembolso e, ações concretas vêm sendo adotadas pela Administração, como a captação de recursos através de diversas operações financeiras, e que resultou em uma redução nas taxas de juros e consequente alongamento dos prazos de pagamento.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a CEDAE monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (considerando os de curto e os de longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os índices de alavancagem financeira são calculados da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Total dos empréstimos (Nota 13)	640.026	703.047
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(799.491)	(533.121)
Dívida líquida	(159.465)	169.926
Total do patrimônio líquido	7.277.650	7.822.945
Capitalização total	8.568.054	7.992.871
Índice de alavancagem financeira (dívida líquida/patrimônio líquido)	2%	2%

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.3. Classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

A Nota 5.5 apresenta a definição da classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo para os principais ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

5.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e aplicações financeiras têm seus valores de mercado idênticos ou muito próximos aos saldos contábeis.

Empréstimos e recebíveis

Incluem recebíveis, depósitos judiciais, saldos com fornecedores, bem como empréstimos e financiamentos e debêntures, ambos em moeda nacional.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A gestão desses instrumentos é efetuada pela Administração por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicação de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.5. Definição da classificação dos níveis hierárquicos dos instrumentos financeiros

Em dezembro de 2019		Nível hierárquico	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Mensurado pelo custo amortizado	%	Valor justo	%
Ativos conforme balanço patrimonial			887.862	6%	3.497.194	23%	4.385.056	29%
	Caixa e equivalentes de caixa (NE 6)	Nível 2	799.491	5%	-	-	799.491	5%
	Títulos e valores mobiliários (NE 7)	Nível 2	88.371	1%	-	-	88.371	1%
	Contas a receber de clientes (NE 8)	Nível 2	-	-	1.786.836	12%	1.786.836	12%
	Depósitos judiciais (NE 16)	Nível 2	-	-	1.660.411	11%	1.660.411	11%
	Outros créditos	Nível 2	-	-	49.947	-	49.947	-
Passivos financeiros			-	-	1.071.510	6%	1.071.510	6%
	Empréstimos e financiamentos e debêntures (NE 13)	Nível 2	-	-	640.026	4%	640.026	4%
	Empreiteiros e fornecedores	Nível 2	-	-	65.648	-	65.648	-
	Outros parcelamentos (NE 20)	Nível 2	-	-	179.486	1%	179.486	1%
	Outros contas a pagar (NE 18)	Nível 2	-	-	186.350	1%	186.350	1%
Em dezembro de 2018		Nível hierárquico	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Mensurado pelo custo amortizado	%	Valor justo	%
Ativos conforme balanço patrimonial			591.259	4%	3.381.532	23%	3.972.791	27%
	Caixa e equivalentes de caixa (NE 6)	Nível 2	533.121	4%	-	-	533.121	4%
	Títulos e valores mobiliários (NE 7)	Nível 2	58.138	-	-	-	58.138	-
	Contas a receber de clientes (NE 8)	Nível 2	-	-	1.699.936	12%	1.699.936	12%
	Depósitos judiciais (NE 16)	Nível 2	-	-	1.608.905	11%	1.608.905	11%
	Outros créditos	Nível 2	-	-	72.691	-	72.691	-
Passivos financeiros			-	-	1.220.650	9%	1.220.650	9%
	Empréstimos e financiamentos e debêntures (NE 13)	Nível 2	-	-	703.047	5%	703.047	5%
	Empreiteiros e fornecedores	Nível 2	-	-	124.055	1%	124.055	1%
	Outros parcelamentos (NE 20)	Nível 2	-	-	170.936	1%	170.936	1%
	Outros contas a pagar (NE 18)	Nível 2	-	-	222.612	2%	222.612	2%

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.6. Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou sujeitos à provisão para deterioração pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch Ratings e Standard & Poor's), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	2019	2018
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (Nota 6)	799.491	533.121
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	88.371	58.138
	887.862	591.259
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 16)	1.660.411	1.608.905

O risco de crédito das contas a receber da Companhia encontra-se detalhado na Nota 5.1.b.

A avaliação de *rating* das instituições financeiras custodiantes dos ativos de conta corrente, depósitos bancários e depósitos judiciais é assim apresentada:

	Fitch Ratings	Moody's	Standard & Poor's
Bradesco	AAA	Ba1	BB-
Banco do Brasil S.A.	AA	Ba2	BB-
Caixa Econômica Federal	AA	Ba2	BB-
Itaú Unibanco S.A.	AAA	Ba2	BB-
Banco Santander	-	Ba1	BB-

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação**5.7. Análise de sensibilidade**Cenário I

Instrumentos financeiros	Indexador	Projetada para 31 de março de 2020		
		Valor de risco provável	Taxa maior em 25%	Taxa maior em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	749.380	752.064	754.748
Total		749.380	752.064	754.748
Passivo financeiro				
Debêntures (5ª emissão - 1ª série)	TJLP	59.220	59.402	59.585
Debêntures (5ª emissão - 2ª série)	Selic	13.543	13.580	13.617
Debêntures (6ª emissão)	CDI	65.793	66.028	66.264
CCB - Finisa	CDI	51.955	52.141	52.327
CCB - Subcréditos	TR	452.082	452.082	452.082
Prece	INPC	643.809	645.563	647.318
Total		1.286.402	1.288.796	1.291.193

A seguir é apresentado o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia. São apresentados dois cenários nos termos da Instrução da CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos ativos e passivos financeiros convertidos a uma taxa projetada para 31 de março de 2020 com apreciação de 25% e 50% no Cenário I e 25% e 50% de deterioração no Cenário II, conforme tabela abaixo.

Referências para passivos financeiros - Cenário I	Taxa projetada para 31 de março de 2020	Aumento da taxa em	
	2020	25%	50%
CDI - trimestral	1,45%	1,81%	2,17%
TR - trimestral	0,00%	0,00%	0,00%
IPCA - trimestral	0,88%	1,10%	1,32%
INPC - trimestral	1,10%	1,38%	1,65%
TJLP - trimestral	1,25%	1,56%	1,87%
Selic - trimestral	1,11%	1,39%	1,66%

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação**5.7. Análise de sensibilidade--Continuação**Cenário II

Instrumentos financeiros	Indexador	Projetada para 31 de março de 2020		
		Valor de risco provável	Taxa menor em 25%	Taxa menor em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	749.380	746.696	744.012
Total		749.380	746.696	744.012
Passivo financeiro				
Debêntures (5ª emissão - 1ª série)	TJLP	59.220	59.037	58.854
Debêntures (5ª emissão - 2ª série)	Selic	13.543	13.506	13.469
Debêntures (6ª emissão)	CDI	65.793	65.557	65.321
CCB - Finisa	CDI	51.955	51.769	51.582
CCB - Subcréditos	TR	452.082	452.082	452.082
Prece	INPC	643.809	642.054	640.300
Total		1.286.402	1.284.005	1.281.608

Referências para passivos financeiros - Cenário II	Taxa projetada para 31 de março de 2020	Redução da taxa em	
		25%	50%
CDI - trimestral	1,45%	1,09%	0,73%
TR - trimestral	0,00%	0,00%	0,00%
IPCA - trimestral	0,88%	0,66%	0,44%
INPC - trimestral	1,10%	0,83%	0,55%
TJLP - trimestral	1,25%	0,94%	0,62%
Selic - trimestral	1,11%	0,83%	0,55%

Essas análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia. Tais valores quando de sua liquidação poderão apresentar valores diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e contas movimento	54.162	111.039
Aplicações financeiras	745.329	422.082
	<u>799.491</u>	<u>533.121</u>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por fundos de investimentos, que possuem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações da Companhia buscam rentabilidade compatível com as variações da CDI.

As aplicações financeiras representam recursos a serem utilizados para fazer face ao pagamento das obrigações de curto prazo, com possibilidade de resgate imediato, pronta conversão em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, exceto os recursos dados em garantia (Nota 7).

Esses ativos financeiros incluem somente valores em moeda nacional.

7. Títulos e valores mobiliários

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Não circulante		
Fundo de investimento imobiliário Caixa Cedae (Fiicc)	42.750	40.392
Fundo de Investimento Imobiliário - Banco do Brasil ("Fiicc")	9.525	10.392
Bradesco - DEB. 5º Res. - BNDES GOVPP	7.644	7.225
Outros	28.452	129
	<u>88.371</u>	<u>58.138</u>

As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras, classificadas nas rubricas de "Caixa e equivalentes de caixa" e títulos e valores mobiliários, totalizaram R\$45.688 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$19.949 em 2018) (Nota 24.b).

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contas a receber faturadas	14.052.647	12.878.064
Parcelamentos (a)	452.058	474.931
	<u>14.504.705</u>	13.352.995
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8.4)	<u>(14.431.552)</u>	(12.955.248)
	73.153	397.747
Consumo a faturar (b)	1.495.975	1.302.189
Contas a receber de clientes	<u>1.569.128</u>	1.699.936
	<u>1.568.155</u>	1.698.593
Circulante	973	1.343
Não circulante (c)	<u>1.569.128</u>	1.699.936

- (a) Saldos renegociados de clientes. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre a totalidade do saldo do cliente que possui qualquer das parcelas de seu contrato de renegociação inadimplente. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre o saldo de parcelamento de débitos é de R\$127.023 (R\$161.233 em 2018).
- (b) Serviços prestados até o encerramento do exercício, cuja medição será realizada pela Companhia no mês subsequente. A Companhia realiza estimativa individual para cada ponto de medição com base na média aritmética das três últimas faturas e provisiona o montante global.
- (c) Parcelamento de longo prazo de créditos a receber da cliente Supervia - Concessionária de Transporte Ferroviário S.A., com previsão de término para 2020 e Casa de Portugal com previsão de término para 2028.

8.1. Créditos junto aos municípios

Para os 34 municípios que renovaram convênio nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007, a Companhia pretende conceder perdão dos débitos que totalizam R\$139.006 em 31 de dezembro de 2019 (R\$123.260 em 2018), que foram provisionados em sua totalidade. Para os demais municípios, a provisão foi constituída para os débitos em aberto há mais de 180 dias, no montante de R\$421.268, em 31 de dezembro de 2019 (R\$343.064 em 2018).

8.2. Créditos junto ao Estado do Rio de Janeiro

Entre 8 de agosto de 2007 e 30 de dezembro de 2015, o Estado do Rio de Janeiro e a CEDAE celebraram sete termos de acordo com objetivo de realizar compensação entre saldos em aberto entre as partes.

Em 30 de dezembro de 2015, foi celebrado um novo Termo de Encontro de Contas para compensação entre as partes, dos dividendos devidos pela CEDAE ao Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$109.325 referente ao exercício de 2014, em contrapartida, as contas a receber na prestação de serviços de distribuição de água e tratamento de esgoto para órgãos ligados ao Estado do Rio de Janeiro de R\$49.325, em que o saldo remanescente a favor do Estado do Rio de Janeiro de R\$60.000 foi pago em pecúnia.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes--Continuação**8.2. Créditos junto ao Estado do Rio de Janeiro--Continuação**

Em 31 de dezembro de 2019, as obras que estão sendo efetuadas pelo Estado do Rio de Janeiro para quitação de dívidas por meio do Encontro de Contas estão abaixo relacionadas e o saldo a receber está apresentado líquido dos valores faturados das obras, cuja baixa tem como contrapartida a rubrica "Obras em andamento" no intangível (Nota 11).

	Valor total da obra	Custo incorrido	Atualização monetária	Saldo (Nota10)	Previsão de conclusão
Ampliação do sistema de água do Parque Fluminense	13.930	(12.481)	230	1.679	Concluído
Implantação do sistema de abastecimento de água de Inoã e Itaipuaçu	62.385	(70.348)	(1.262)	(9.225)	Concluído
Ampliação do sistema de abastecimento de água do Bairro de Campo Grande	19.018	(25.942)	(1.098)	(8.022)	Concluído
Ampliação do sistema de abastecimento de água da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	209.326	(171.269)	6.035	44.092	Rescindido fevereiro 2017
Ampliação do sistema de abastecimento da Zona Oeste bairros de Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e outros	228.138	(50.589)	28.154	205.703	Rescindido dezembro 2018
Valores em reconhecimento de dívida	414	-	65	479	
	533.211	(330.629)	32.124	234.706	

Considerando que a quitação da respectiva dívida ocorrerá através do recebimento das obras em andamento relativas aos contratos de concessão mantidos pela Companhia, aliado ao fato do histórico recente de obras recebidas do Estado do Rio de Janeiro, a Administração considera provável tanto a finalização quanto o recebimento das obras no prazo de cinco anos estabelecido no acordo. O Estado do Rio de Janeiro não efetuou quitação até 31 de dezembro de 2019, contudo, a CEDAE efetuou o ajuste relativo ao 1º aditivo ao Termo de Encontro de Contas, em sua CLÁUSULA SEGUNDA, Parágrafo Terceiro no montante de R\$32.124 (R\$10.871 em 2018).

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes--Continuação**8.3. Créditos junto aos órgãos federais**

Foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa para os débitos dos órgãos federais vencidos há mais de 180 dias no valor de R\$221.269 em 31 de dezembro de 2019 (R\$191.762 em 2018) (Nota 8.4).

8.4. Composição de contas a receber de clientes por idade

A composição por idade das faturas a receber brutas e líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	2019	%	2018	%
A vencer	513.672	3,54	561.513	4,21
Vencidas em até 30 dias	184.316	1,27	161.129	1,21
Vencidas de 31 a 60 dias	161.248	1,11	155.262	1,16
Vencidas de 61 a 90 dias	83.560	0,58	105.960	0,79
Vencidas de 91 a 180 dias	370.295	2,55	316.245	2,37
Vencidas mais de 180 dias	13.191.614	90,95	12.052.886	90,26
	14.504.705	100,00	13.352.995	100,00
	2019	%	2018	%
A vencer	168.788	21,63	400.138	23,54
Vencidas em até 30 dias	182.805	10,23	159.812	9,40
Vencidas de 31 a 60 dias	159.685	8,94	153.955	9,06
Vencidas de 61 a 90 dias	82.382	4,61	104.015	6,12
Vencidas de 91 a 180 dias	31.462	1,76	29.933	1,76
Valores a faturar	944.006	52,83	852.083	50,12
	1.569.128	100,00	1.699.936	100,00

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adota o seguinte critério para constituição de provisão para risco de crédito:

- Saldos vencidos há mais de 90 dias junto a terceiros.
- Saldos vencidos há mais de 180 dias junto a órgão da Administração Pública, incluindo o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro.
- Saldos em aberto de clientes inadimplentes, independentemente de se estão incluídos nos dois critérios anteriores.

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais das contas a receber.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes--Continuação**8.4. Composição de contas a receber de clientes por idade--Continuação**

A segregação das contas a receber entre órgãos da Administração Pública e terceiros, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontra-se detalhada a seguir:

	2019				
	Administração Pública			Terceiros	Total
	Federal	Estadual	Municípios		
A vencer	4.911	2.536	7.189	499.036	513.672
Vencidos em até 30 dias	5.643	8.210	13.973	156.490	184.316
Vencidos de 31 a 60 dias	3.186	4.628	11.532	141.902	161.248
Vencidos de 61 a 90 dias	1.067	155	6.123	76.215	83.560
Vencidos de 91 a 180 dias	4.545	56	30.907	334.787	370.295
Vencidos há mais de 180 dias	221.269	52.619	551.824	12.365.902	13.191.614
	240.621	68.204	621.548	13.574.332	14.504.705

	2018				
	Administração Pública			Terceiros	Total
	Federal	Estadual	Municípios		
A vencer	3.997	7	5.613	551.896	561.513
Vencidos em até 30 dias	4.934	45	10.480	145.670	161.129
Vencidos de 31 a 60 dias	3.018	52	9.654	142.538	155.262
Vencidos de 61 a 90 dias	1.409	52	7.517	96.982	105.960
Vencidos de 91 a 180 dias	8.699	148	24.268	283.130	316.245
Vencidos há mais de 180 dias	191.762	52.192	458.431	11.350.501	12.052.886
	213.819	52.496	515.963	12.570.717	13.352.995

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser demonstrada da seguinte forma:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	(12.107.090)
Constituição (Nota 23)	(1.128.321)
Reversão (Nota 23)	280.163
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(12.955.248)</u>
Constituição (Nota 23)	(1.655.976)
Reversão (Nota 23)	179.672
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(14.431.552)</u>

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Outros

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pasep/COFINS a recuperar (a)	35.297	40.661
Valores a receber por cessão de funcionários (b)	16.646	14.808
Despesas antecipadas (c)	4.961	4.961
	56.904	60.430
Provisão para perdas	(14.494)	(14.601)
	42.410	45.829

- (a) Calculados sobre os créditos a recuperar de insumos quando do diferimento do faturamento a órgãos públicos.
- (b) Refere-se aos valores a serem reembolsados pelos órgãos da Administração Pública Estadual e Municipal, pela cessão de funcionários por parte da Companhia. A Companhia possui provisão para perda sobre a totalidade dos valores a serem reembolsados pelos órgãos municipais no valor de R\$9.533 e órgãos estaduais no valor de R\$7.113 em 31 de dezembro de 2019 (R\$9.641 e R\$5.167, respectivamente, em 2018), em virtude da falta de expectativa por parte da Companhia em relação à recuperação desses créditos.
- (c) O valor é referente a contrato de publicidade assinado em 2008, provisionado para perda em sua totalidade, em virtude da falta de expectativa da Companhia de recuperação desses créditos.

10. Transações com partes relacionadas**i) Transações e saldos**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía os seguintes saldos com o acionista Controlador, o Estado do Rio de Janeiro, e órgãos relacionados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo		
Circulante		
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	15.801	622
Valores a receber por cessão de funcionários (b)	7.113	5.167
	22.914	5.789
Não circulante		
Créditos a receber de obras do Estado do Rio de Janeiro (Nota 8.2)	234.706	213.453
Adiantamento ao Controlador (c)	40.239	13.637
Cedae Saúde (h)	20.675	27.823
	295.620	254.913
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	52.403	51.873
	370.937	312.575

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Transações com partes relacionadas--Continuaçãoi) Transações e saldos--Continuação

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Passivo		
Circulante		
Prece (e)	(111.526)	(352.273)
Cedae Saúde (e)	(9.443)	(2.242)
	<u>(120.969)</u>	<u>(354.515)</u>
Não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital (d)	(26.944)	(11.012)
Prece (e)	(526.878)	(567.155)
Cedae Saúde (e)	(1.150.692)	(1.185.191)
	<u>(1.704.514)</u>	<u>(1.763.358)</u>
Saldo líquido	<u>(1.454.546)</u>	<u>(1.805.298)</u>
Resultado		
Passivo atuarial (Nota 19)	(209.567)	(239.709)
Serviços de abastecimento de água e esgoto (f)	81.748	97.406
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(52.619)	(52.192)
Instituto Estadual do Ambiente ("Inea") (g)	(41.432)	(41.203)
	<u>(221.870)</u>	<u>(235.698)</u>
Outros resultados abrangentes		
Ganhos (perdas) atuariais - Prece e Cedae Saúde (Nota 19)	(2.059.673)	(734.391)

- (a) Contas a receber de órgãos estaduais são valores a receber pela prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, em termos e condições praticados com terceiros não relacionados.
- (b) Valores a receber por cessão de funcionários são relativos aos empregados cedidos a outros órgãos estaduais (Nota 9.b).
- (c) Refere-se a adiantamento de repasse financeiro ao Estado do Rio de Janeiro para execução através da Seobras, de obras de modernização e ampliação do abastecimento de água e do sistema de esgotamento do Estado. Alinhadas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esses ativos serão transferidos à Companhia quando da sua conclusão, conforme Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia em 20 de abril de 2011.
- (d) Os créditos para futuro aumento de capital foram decorrentes de pagamentos efetuados diretamente pelo Estado do Rio de Janeiro, de obras com saneamento básico, contratados pela CEDAE.
- (e) Os saldos do passivo atuarial com a Prece e Cedae Saúde estão devidamente demonstrados na Nota 19.
- (f) Refere-se à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, nos mesmos termos negociais efetuados com terceiros.
- (g) Refere-se a valores pagos ao Inea pela retirada de água dos rios e mananciais, para utilização no processo operacional da Companhia.
- (h) Aporte financeiro efetuado pela Companhia nos meses de fevereiro e agosto de 2018 com finalidade de suprimento de caixa.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Transações com partes relacionadas--Continuaçãoii) Remuneração do pessoal-chave da Administração e da governança

O pessoal-chave da Administração e da governança inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê de Auditoria e o chefe da auditoria interna. A remuneração paga e a pagar está demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e encargos sociais	4.769	7.688
Plano de assistência médica	136	1.001
Planos de aposentadoria e pensão	45	163
Outros	128	198
	<u>5.078</u>	<u>9.050</u>

Esses valores foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2019.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

11. Intangível e ativo de contrato

	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil	
			2019	2018
Contratos em negociação para renovação	272.236	(68.180)	204.056	210.098
Contratos programas	216.490	(53.028)	163.462	168.233
Contratos concessão	1.221.380	(318.155)	903.225	927.920
Município do Rio de Janeiro	5.405.362	(1.389.423)	4.015.939	4.135.101
Intangíveis não afetos	4.362.944	(1.229.370)	3.133.574	3.238.592
Marcas e patentes	126	(35)	91	100
Ativo de contrato (Obras em andamento)	1.491.098	-	1.491.098	1.386.238
	<u>12.969.636</u>	<u>(3.058.191)</u>	<u>9.911.445</u>	<u>10.066.282</u>

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível e ativo de contrato--Continuação

	2018	Adições (*)	Baixa	Amortização	Créditos fiscais	Transferências	2019
Contratos em negociação para renovação (i)	210.098	52	-	(6.094)	-	-	204.056
Contratos programas (ii)	168.233	-	-	(4.771)	-	-	163.462
Contratos concessão (iii)	927.920	408	-	(25.418)	315	-	903.225
Município do Rio de Janeiro (iv)	4.135.101	9.535	-	(130.441)	1.744	-	4.015.939
Intangíveis não afetos (v)	3.238.592	2.354	-	(108.890)	18	1.500	3.133.574
Marcas e patentes	100	-	-	(9)	-	-	91
Ativo de contrato (Obras em andamento) (vi)	1.386.238	106.360	-	-	-	(1.500)	1.491.098
	10.066.282	118.709	-	(275.623)	2.077	-	9.911.445

	2017	Adições (*)	Baixa	Amortização	Créditos fiscais	Transferências	2018
Contratos em negociação para renovação (i)	216.192	-	-	(6.094)	-	-	210.098
Contratos programas (ii)	173.004	-	-	(4.771)	-	-	168.233
Contratos concessão (iii)	953.008	-	-	(25.403)	315	-	927.920
Município do Rio de Janeiro (iv)	4.263.488	-	(34)	(130.097)	1.744	-	4.135.101
Intangíveis não afetos (v)	3.346.809	215	(2)	(108.854)	18	406	3.238.592
Marcas e patentes	77	30	-	(7)	-	-	100
Ativo de contrato (Obras em andamento) (vi)	1.149.443	237.309	-	-	-	(514)	1.386.238
	10.102.021	237.554	(36)	(275.226)	2.077	(108)	10.066.282

(*) As adições ocorridas no exercício de 2019 totalizaram R\$118.254 com recursos próprios, (R\$237.554 em 31 de dezembro 2018 sendo R\$3.721 com recursos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM e R\$233.833 com recursos próprios).

A Companhia opera contratos de concessão que preveem a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, e coleta, e tratamento de esgotamento sanitário. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público. Os contratos preveem que os bens relacionados à prestação de serviços serão revertidos aos municípios ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia operava em 64 municípios no Estado do Rio de Janeiro. Na maior parte desses municípios o período de concessão é de 30 anos (Nota 1).

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa.

Os intangíveis estão assim classificados:

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível e ativo de contrato--Continuação

(i) Contratos em negociação para renovação

Até 31 de dezembro de 2019, permaneciam em fase de negociação oito contratos de concessão com municípios, sem prejuízo da continuidade da prestação de serviço. O valor contábil do intangível utilizado nestes municípios totalizava R\$272.237 em 31 de dezembro de 2019 (R\$210.098 em 2018) e os encargos de amortização desses municípios durante o exercício findo nessa data foram de R\$6.094 (R\$6.094 em 2018). Os contratos de concessão preveem que os bens afetos à distribuição serão revertidos aos municípios no final do prazo, mediante indenização pelo valor residual ou valor de mercado de acordo com o estipulado em cada contrato ou a prorrogação da vigência do contrato (Nota 1).

A Companhia vem trabalhando recorrentemente para a obtenção de resultados positivos no processo de renovação dos contratos de programas junto aos municípios que ainda não renovaram seus contratos com a CEDAE (Nota 2.7.2).

(ii) Contratos de programa - investimentos realizados

Referem-se às renovações dos contratos celebrados nas décadas de 70 e 80, denominados de concessão, através de contratos de programa nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007, que tem por objeto a prestação de serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em que a Companhia detém concessão dos bens existentes, adquiridos ou construídos durante a vigência destes contratos que estão sendo amortizados pela vida útil dos bens relacionados. Ao final dos contratos de programa, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o Poder Concedente opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iii) Contratos de concessão

Os contratos de concessão e de programa preveem que os bens de distribuição serão revertidos ao município ao final do período contratual, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Ao final dos contratos de concessão, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o município opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível e ativo de contrato--Continuação

(iv) Município do Rio de Janeiro

No Município do Rio de Janeiro foi celebrado o Termo de reconhecimento recíproco de direitos e obrigações que constitui um ato jurídico perfeito firmado pelo Estado, Município e CEDAE para a gestão associada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 50 anos, automaticamente renovável por mais 50 anos.

Como parte desse termo, a Companhia tem a obrigação, em conjunto com o Município do Rio de Janeiro, de instalar, em suas respectivas áreas de atuação, de forma gradual e progressiva, sistemas de esgotamento sanitário pelo método de separadores absolutos, substituindo a utilização das galerias de águas pluviais e canais de drenagem pluvial para transporte de efluentes provenientes de unidades de tratamento de esgotos, que permanecerá em caráter transitório e sem quaisquer ônus. A Administração da Companhia cumprirá essa obrigação até o término do referido termo, previsto para o ano de 2057. Os bens estão sendo amortizados durante o tempo de vida útil.

(v) Intangíveis não afetos às concessões (adutoras e outros)

Referem-se à infraestrutura necessária à execução dos serviços prestados em comum a todos os contratos de concessão, a qual, conseqüentemente, não pode ser individualmente vertida a nenhum município ao final do contrato de concessão. Essa infraestrutura em comum fica de forma vitalícia sob contrato de concessão, uma vez que os prazos dos contratos com os municípios não convergem.

(vi) Obras em andamento – Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2019, as obras em andamento referem-se, principalmente, a novos projetos e são representados por redes e ligações de tratamento de água no valor de R\$1.193.868, sistema de coleta e tratamento de esgoto no valor de R\$295.520 e materiais a distribuir R\$1.710 (R\$1.093.543, R\$290.985 e R\$1.710, respectivamente, em 2018).

(vii) Reavaliação

A Companhia optou pela isenção do custo atribuído, conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, mantendo, assim, os seus bens do imobilizado, transferidos posteriormente para o intangível, pelos valores reavaliados na data-base de 2006. Em virtude do exposto, a Companhia reclassificou, em 1º de janeiro de 2009, o valor integral da reserva de reavaliação para outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível--Continuação

(vii) Reavaliação--Continuação

Foram realizados, por amortização ou baixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os montantes de R\$169.841 (R\$150.476 em 2018) de outros resultados abrangentes, registrados em contrapartida da conta de "Lucros acumulados", deduzidos dos efeitos tributários (Nota 21.f).

Em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e contribuição social registrada no passivo não circulante decorrente desse acréscimo patrimonial de R\$513.877 (R\$530.675 em 2018) (Nota 17).

12. Imobilizado

	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	
				2019	2018
Terrenos	-	58.476	-	58.476	58.476
Edificações	4	19.486	(8.600)	10.886	11.605
Máquinas, equipamentos e instalações	10	15.388	(8.314)	7.074	5.316
Móveis e utensílios	10	3.592	(2.984)	608	724
Computadores	20	7.637	(5.421)	2.216	2.839
Veículos	20	2.818	(2.808)	10	33
Benfeitorias	2	1.222	(587)	635	678
Máquinas, tratores e similares	20	1.248	(964)	284	387
		109.867	(29.678)	80.189	80.058

As movimentações do ativo imobilizado durante os exercícios de 2019 e 2018 estão demonstradas a seguir:

	2018	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Transferências	2019
Terrenos	58.476	-	-	-	-	-	58.476
Edificações	11.605	-	-	(719)	-	-	10.886
Máquinas, equipamentos e instalações	5.316	2.888	-	(1.130)	-	-	7.074
Móveis e utensílios	724	55	-	(171)	-	-	608
Computadores	2.839	151	-	(774)	-	-	2.216
Veículos	33	-	-	(23)	-	-	10
Benfeitorias	678	-	-	(47)	4	-	635
Máquinas, tratores e similares	387	-	-	(103)	-	-	284
	80.058	3.094	-	(2.967)	4	-	80.189

	2017	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Transferências	2018
Terrenos	58.476	-	-	-	-	-	58.476
Edificações	12.324	-	-	(719)	-	-	11.605
Máquinas, equipamentos e instalações	5.481	866	(48)	(983)	-	-	5.316
Móveis e utensílios	773	145	(13)	(181)	-	-	724
Computadores	3.493	7	-	(769)	-	108	2.839
Veículos	56	-	-	(23)	-	-	33
Benfeitorias	722	-	-	(48)	4	-	678
Máquinas, tratores e similares	171	278	-	(62)	-	-	387
	81.496	1.296	(61)	(2.785)	4	108	80.058

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuaçãoa) Ativos dados em garantia

A Companhia não possui ativos imobilizados dados como garantia em operações realizadas com terceiros.

b) Imóveis pendentes de regularização

Conforme apresentado no laudo de avaliação dos peritos (exercício-base 2005), a Companhia possui a posse de 581 imóveis, no valor de R\$115.583 e de 85 terrenos no valor de R\$55.803, pendentes de legalização. Somente quando da regularização desses imóveis é que tais ativos serão reconhecidos contabilmente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, o valor de mercado desses ativos totalizava R\$171.386.

c) A depreciação acima não está apresentada com os efeitos de redução ocorridos através do benefício de recuperação de créditos fiscais de Psep e Cofins baseados nas Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003.

13. Empréstimos e financiamentos

	2019	2018	Vencimento	Taxa
Debêntures - quinta emissão (a)	71.884	84.964	2025	1ª Série: TJLP + 2,75% a.a.
Debêntures - sexta emissão (a)	64.850	129.722	2020	2ª Série Selic + 2,75% a.a.
Financiamento - CCB - Finisa (b)	51.210	102.421	2020	CDI + 2,74% a.a.
Financiamento - CCB FGTS 1ª Tranche (c)	418.771	358.829	2038	CDI + 3,01% a.a.
Financiamento - CCB FGTS 2ª Tranche (c)	30.219	27.111	2039	8,5% + TR a.a.
Financiamento - CCB FGTS 3ª Tranche (c)	3.092	-	2041	8,5% + TR a.a.
	640.026	703.047		

	2019	2018
Circulante	173.841	129.477
Não circulante	466.185	573.570
	640.026	703.047

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos-- Continuação

Os empréstimos e financiamentos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") foram captados para aplicação em ampliação de redes de águas e esgotos sanitários, como também para ampliação de estações de tratamento, incidindo sobre eles as taxas de juros demonstradas acima. A movimentação dos empréstimos em 31 de dezembro de 2019 é dada como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo em 1º de janeiro	703.047	780.277
Captações	73.133	109.643
Juros e variação monetária, líquidos dos custos de captação	2.451	324
Amortizações	(138.605)	(187.197)
Saldo em 31 de dezembro	<u>640.026</u>	<u>703.047</u>

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas, têm os seguintes vencimentos:

	<u>2019</u>
2021	46.475
2022	13.165
2023	387.549
2024 em diante	18.996
	<u>466.185</u>

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(a) Debêntures

Quinta emissão

Em 17 de abril de 2015, o Conselho de Administração aprovou a estruturação da quinta emissão de debêntures no valor de R\$113.088 em quantidade de mil debêntures simples, nominativas, de valor nominal unitário de R\$113 não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia real por meio de colocação privada, mediante a subscrição exclusiva do BNDES das debêntures da primeira série e subscrição exclusiva pela BNDES Participações S.A. - BNDESPAR das Debêntures da segunda série. A emissão ocorreu em 15 de junho de 2015.

Essa emissão de debêntures tem por objetivo financiar o projeto de implantação de novas redes de abastecimento de água na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de redução de perdas e consumo de energia. Destacamos que, embora a data da emissão seja em junho de 2015, por conta de atendimentos aos condicionantes contratuais, a primeira subscrição por parte do BNDES e BNDESPAR foi realizada em 23 de outubro de 2015, no valor total de R\$45.236, sendo R\$31.432 referente à primeira série e R\$13.804 referente à segunda série.

Em 13 de julho de 2016, foi realizada subscrição de mais uma tranche de R\$58.044, sendo R\$40.865 da primeira série e R\$17.179 da segunda série.

A emissão possuía carência de 24 meses, encerrados em 15 de junho de 2017, com pagamento de juros trimestrais. A amortização será feita por meio de 96 parcelas mensais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2017, e a última em 15 de junho de 2025.

As debêntures farão jus a juros remuneratórios da seguinte forma:

- (i) 1ª série: TJLP + 1,00% + 1,75%;
- (ii) 2ª série: SELIC x (1,00% + 1,75%).

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(a) Debêntures--Continuação

Sexta emissão

Em 18 de novembro 2015, o Conselho de Administração aprovou a estruturação da sexta emissão de debêntures no valor de R\$200.000 (duzentos milhões) em quantidade de 200 (duzentas) debêntures simples de valor nominal unitário de R\$1.000 (um milhão de reais) não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional por meio de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da CVM nº 476/2009. A emissão ocorreu em 17 de dezembro de 2015.

A emissão possuía carência de 23 meses, encerrados em 29 de novembro de 2017, com pagamento de juros mensais. A amortização será feita por meio de 37 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira com vencimento em 29 de dezembro de 2017 e a última em 29 de dezembro de 2020. As debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias dos DIs *over* extragrupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculados e divulgados pela B3, acrescida exponencialmente de *spread* de 2,74% ao ano. A entrada dos recursos da operação ocorreu em 29 de dezembro de 2015.

Existe previsão de antecipação dos vencimentos contratuais para as emissões de debêntures caso a Companhia venha a apresentar a dívida líquida dividida pelo lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações ("LAJIDA"), maior que 3,5, a ser apurada anualmente pelo agente fiduciário. A Companhia está em conformidade com esse *covenant*, visto que apresentava em 31 de dezembro de 2019 um índice de 0,12 (0,38 em 2018).

(b) Emissão de Cédula de Crédito Bancário - CCB nº 449.982-71 (CCB Finisa)

Em 8 de janeiro de 2015, a Companhia assinou com a Caixa Econômica Federal (CEF) a Cédula de Crédito Bancário (CCB) nº 449.982-71 (CCB Finisa) no valor de R\$204.841, bem como seu respectivo aditamento em 9 de dezembro de 2015. Essa CCB teve por objetivo o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 4ª Emissão.

Em 18 de dezembro de 2015, o desembolso dos recursos desta cédula de crédito bancário foi realizado em parcela única. A emissão possuía carência de 12 meses, encerrados em 15 de dezembro de 2016, com pagamento de juros mensais. A amortização será feita por meio de 48 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira parcela com vencimento em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (b) Emissão de Cédula de Crédito Bancário - CCB nº 449.982-71 (CCB Finisa)--Continuação

Essa CCB fará jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor da referida cédula, equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias dos DIs over extragrupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculados e divulgados pela B3, acrescida exponencialmente de *spread* de 3,01% ao ano.

- (c) Financiamento junto à Caixa Econômica Federal (Ampliação e Melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense Construção Complexo Guandu 2)

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia assinou com a Caixa Econômica Federal a CCB nº 433.257-52 no valor de R\$1.076.596 (1ª tranche) em 23 de dezembro de 2015, a CCB nº 441.050-71 no valor de R\$1.390.817 (2ª tranche) em 30 de junho de 2017, a CCB nº 441.054-75 no valor de R\$570.087 (3ª tranche). Esses valores referem-se à totalidade da operação de crédito de R\$3.037.500, que foi captada junto à Caixa Econômica Federal, e será utilizada na ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense e na construção do Complexo Guandu 2, que consiste na implantação de uma nova estação de tratamento com produção de 12 mil litros de água por segundo, com elevatória de água tratada, linha de recalque (tubulação que abastece o reservatório) e reservatório com capacidade para armazenar 57 milhões de litros de água potável.

Esses recursos também serão usados para a construção, nos diversos municípios da baixada fluminense, de 17 novos reservatórios e reforma de outros nove que hoje estão fora de operação. Na região ainda serão construídas 16 elevatórias de grande porte e assentados 95 quilômetros de adutora para abastecer os reservatórios e outros 760 quilômetros de tronco e redes distribuidoras, além da instalação de dezenas de milhares de novas ligações domiciliares.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (c) Financiamento junto à Caixa Econômica Federal (Ampliação e Melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense Construção Complexo Guandu 2)--Continuação

No momento, essa operação encontra-se na fase de desembolso em relação a todas as tranches. O prazo para o desembolso dos recursos é de 48 meses da data da assinatura das referidas cédulas, sendo permitida a sua prorrogação.

O Financiamento (CCB nº 433.257-52 - 1ª tranche) possui carência de 48 meses, encerrados em 20 de janeiro de 2019. A amortização será feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de fevereiro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo constituído deste financiamento é de R\$418.771 (R\$358.829 em 2018). Os juros remuneratórios dessa CCB são de TR + 8,5% a.a.

A 2ª tranche (CCB nº 441.050-71) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,5% a.a. A amortização será feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo constituído desse financiamento é de R\$30.219 (R\$27.111 em 2018).

A 3ª tranche (CCB nº 441.054-75) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,7% a.a. A amortização será feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo constituído desse financiamento é de R\$3.092.

14. Tributos a recuperar e a recolher

	2019	2018
Tributos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social (i)	166.571	236.342
	166.571	236.342
Impostos, taxas e contribuições a recolher		
IRPJ e CSLL (ii)	26.528	66.121
Pasep e Cofins a recolher (iii)	25.022	21.476
ISS a recolher	1.094	1.145
	52.644	88.742

- (i) Refere-se a valores recolhidos de antecipação de IRPJ que se recupera devido à Imunidade Tributária conforme ACO nº 2.757/RJ, e CSLL e IRPJ retidos na fonte conforme Lei nº 9.430/96, conforme divulgado na Nota 17.
- (ii) Refere-se basicamente ao IRRF s/ folha de pagamento, com vencimento em 31/01/2020.
- (iii) Refere-se a valores provisionados da competência de dezembro de 2019, com vencimento em 25 de janeiro de 2020.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Parcelamentos tributários

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Refis IV (a)	163.960	191.892
Refis da Copa (b)	68.782	72.950
Paes (Sesi e Senai) (c)	-	926
	<u>232.742</u>	<u>265.768</u>
Circulante	40.937	40.563
Não circulante	191.805	225.205
	<u>232.742</u>	<u>265.768</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava em cumprimento com todas as condições exigidas para sua manutenção nos parcelamentos tributários. As parcelas que vencerão a longo prazo possuem o seguinte cronograma de pagamentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2019</u>
2021	41.125
2022	41.125
2023	41.125
2024 em diante	68.430
	<u>191.805</u>

Em julho de 2003, a Administração da Companhia optou pela adesão ao Parcelamento Especial ("Paes") instituído pela Lei Federal nº 10.684/2003 e, em 28 de dezembro de 2006, aderiu ao Parcelamento Excepcional ("Paex") instituído pela Medida Provisória nº 303/2006. Parte dos saldos desses dois programas pertencentes à Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") e INSS foram incluídos em 30 de junho de 2011 no parcelamento Programa de Recuperação Fiscal IV ("Refis IV").

(a) Refis IV

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Parcelamento - Refis IV instituído pela Lei Federal nº 11.941/2009, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento mais vantajoso para seus débitos de obrigações fiscais e previdenciárias.

Quando da opção pelo referido programa, a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil (RFB) a inclusão da totalidade dos débitos em aberto constantes da conta corrente junto à instituição, além da migração dos saldos a pagar remanescentes dos programas Paes e Paex, permanecendo os débitos junto ao Serviço Social da Indústria ("Sesi") e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial ("Senai") no parcelamento anterior.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Parcelamentos tributários--Continuação**(a) Refis IV--Continuação**

O parcelamento do Refis IV está subdividido em débitos junto à Receita Federal do Brasil (RFB), PGFN e INSS, bem como os saldos dos programas Paes e Paex.

O parcelamento foi homologado em 180 parcelas mensais, atualizadas pela SELIC, com término previsto para outubro de 2024. Os pagamentos estão regulares com a quitação da parcela de dezembro de 2019 no valor de R\$1.444, correspondente a 122ª parcela.

	2019	2018
Principal		
Valor da adesão (principal)	281.340	281.340
Juros	172.514	167.022
Amortizações	(289.894)	(256.470)
	163.960	191.892

(b) Refis da Copa

Em agosto de 2014, com o advento da Lei Federal nº 12.996/2014 ("Refis da Copa"), que possibilitou a inclusão de novos débitos no Refis, a Companhia, por ser mais vantajoso em vista da anistia de juros e multas, desistiu do parcelamento ordinário e incluiu o saldo remanescente no Refis da Copa que apresenta o seguinte saldo devedor:

	2019	2018
Saldo remanescente do parcelamento ordinário	122.230	122.230
Juros	6.511	6.511
Amortizações	(27.368)	(27.368)
	101.373	101.373
Redução por anistia de juros e multas	(14.617)	(14.617)
Principal do Refis da Copa	86.756	86.756
Juros	31.533	28.772
Amortização	(49.507)	(42.578)
	68.782	72.950

(c) Paes (Sesi e Senai)

	2019		2018	
	Sesi	Senai	Total	Total
Principal	9.235	7.284	16.519	16.519
Juros	4.339	3.446	7.785	7.785
Multa	1.574	1.331	2.905	2.905
Valor da adesão	15.148	12.061	27.209	27.209
Juros TJLP	7.988	6.163	14.151	14.177
Amortizações	(23.136)	(18.224)	(41.360)	(40.460)
	-	-	-	926

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Parcelamentos tributários--Continuação

(c) Paes (Sesi e Senai)--Continuação

No mês de julho de 2003, a Administração da Companhia optou pela adesão ao parcelamento de Paes instituído pela Lei Federal nº 10.684/2003, de Sesi do período de abril de 2000 a dezembro de 2001 e Senai no período de julho de 2000 a junho de 2002, liquidado em março de 2019.

Os pagamentos foram realizados até outubro de 2009, nas regras da Lei Federal nº 10.684/2003, enquadrados conforme segue:

- SRF - 0,75% do faturamento mensal bruto, relativo ao mês imediatamente anterior ao do pagamento, acrescido da TJLP acumulada.
- INSS, Sesi e Senai - 1/180 avos do principal acrescido da TJLP acumulada.

16. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências

a) Depósitos e bloqueios judiciais

A composição dos depósitos e bloqueios judiciais está demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Trabalhistas	769.407	837.124
Cíveis	794.052	718.975
Tributárias	96.952	52.806
	<u>1.660.411</u>	<u>1.608.905</u>

b) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, embasada nas informações remetidas pelos seus assessores internos, externos e nas análises das demandas judiciais pendentes, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis com as ações em curso, como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cíveis (i)	1.579.565	1.455.629
Trabalhistas (ii)	569.674	671.041
Tributárias (iii)	210.446	242.812
	<u>2.359.685</u>	<u>2.369.482</u>

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuaçãob) Provisão para contingências--Continuação

A movimentação das provisões relativas ao exercício de 2019 e 2018 está apresentada como segue:

Natureza da contingência	2018	Constituições (*)	Reversões (*)	Pagamentos	2019
Cíveis	1.455.629	507.345	(143.017)	(240.392)	1.579.565
Trabalhistas	671.041	261.749	(55.589)	(307.527)	569.674
Tributárias	242.812	42.566	(74.932)	-	210.446
	2.369.482	811.660	(273.538)	(547.919)	2.359.685

Natureza da contingência	2017	Constituições (*)	Reversões (*)	Pagamentos	2018
Cíveis	1.432.100	403.707	(124.004)	(256.174)	1.455.629
Trabalhistas	792.778	292.940	(174.524)	(240.153)	671.041
Tributárias	238.628	10.353	(71)	(6.098)	242.812
	2.463.506	707.000	(298.599)	(502.425)	2.369.482

(*) Contém atualização monetária.

A Companhia vem realizando revisões nos critérios de provisionamento, de forma que revelem valores mais apurados. Nesse contexto, em relação a diversos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvem questões fáticas similares, foram estabelecidas médias de condenações para fins de provisionamento, de modo a adotar critério que demonstre, tanto quanto possível, o quantitativo de futuras condenações, o que gerou aumento nos valores da contingência.

As constituições e reversões ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 apresentam o valor líquido de R\$538.122 (R\$408.401 em 2018) e tem como contrapartida a conta de "Provisão para contingências" e "Passivos fiscais" na linha de "Outras receitas operacionais" (Nota 25).

Os objetos das causas classificadas como de perda provável, segregados por natureza, estão informados abaixo:

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuaçãob) Provisão para contingências--Continuaçãoi) *Ações cíveis*

	2019	2018
Juizados Especiais Cíveis		
Questionamentos de cobrança	1.351	2.548
Demais ações	1.825	3.371
Desabastecimento	3.311	1.811
Cortes por inadimplemento	-	333
Área de Planejamento 5 - ("AP5")	10	159
Total dos Juizados Especiais Cíveis	6.497	8.222
Juizados de Fazenda Pública		
Desconstituição da tarifa diferenciada/progressiva/mínima (b)	736.644	646.411
Desconstituição da tarifa de esgoto (a)	381.165	420.265
Demais ações	120.387	263.493
Descumprimentos de contratos	90.080	37.556
Cobranças indevidas	126.443	46.176
Acidentes vazamentos/bueiro	32.502	28.913
Licitação	1.000	1.067
Cortes indevidos	84.847	3.526
Total de Varas Cíveis e de Fazenda Pública	1.573.068	1.447.407
Total das ações cíveis	1.579.565	1.455.629

- (a) A Companhia realiza constantes revisões nos critérios de provisionamento, de forma que revelem valores mais apurados. Nesse contexto, em relação a diversos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvam questões fáticas similares, foram atualizados os valores médios de condenações para fins de provisionamento, de modo a adotar critério que demonstre, tanto quanto possível, o quantitativo de futuras condenações. Também foram atualizadas as provisões naqueles processos em fase de execução, de forma a demonstrar o efetivo valor da condenação. Desses procedimentos decorreu o aumento nos valores da contingência.
- (b) A Companhia utiliza o valor histórico das condenações para atribuição do valor da contingência, realizando revisões periodicamente, de forma que os valores apurados demonstrem provisionamentos bem próximos da realidade. Nesse contexto, em relação aos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvem questões fáticas similares, em que a utilização de uma única média para todos os tipos de demandantes (pessoas físicas, jurídicas ou condomínios) se mostrou inadequada, apuraram-se valores distintos por categoria de demandante.

(ii) *Ações trabalhistas*

	2019	2018
Desvio de função	99.371	128.731
Incremento salarial	77.627	116.840
Progressão horizontal	108.254	127.190
Horas extras	103.871	103.950
Demais ações	93.882	82.902
Reintegração/reintegração aposentado	35.607	40.465
Retenção salarial	23.015	25.929
Equiparação/diferenças salariais	12.123	22.649
Enquadramento e reenquadramento	15.924	22.385
	569.674	671.041

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuação

b) Provisão para contingências--Continuação

(iii) *Ações tributárias*

As contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia, tendo como o objeto mais relevante o auto de infração.

Em 4 de dezembro de 2012, a Companhia recebeu um auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), questionando a tomada de créditos de PIS e COFINS na apuração dos tributos referentes ao período-base de 2008 a 2010, no total de R\$239.515 com aplicação de multa e juros, dando origem ao Processo Administrativo Fiscal nº 16682.721140/2012-75 (MPF 07185002011007820). Em janeiro de 2013, a Companhia solicitou ao conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) uma revisão do auto de infração com o objetivo de esclarecer a composição do montante autuado e, em dezembro de 2013, a Secretaria da Receita Federal do Brasil apresentou composição desse montante em R\$199.515 (PIS: R\$50.721 e COFINS: R\$148.794) com aplicação de multa e juros.

Consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constitui como provisão o valor de R\$75.324, acrescido de multa de aproximadamente R\$30.607 e juros atualizado de R\$82.592 totalizando R\$188.523 e concluiu como possíveis perdas cerca de R\$30.081, acrescidos de multa de aproximadamente R\$11.280 e juros de R\$25.705, totalizando R\$67.065.

c) Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2019, as causas classificadas como possíveis totalizam R\$1.381.5923 (R\$1.391.415 em 2018), sendo R\$478.607 de ações trabalhistas, R\$571.284 de ações cíveis e R\$332.032 de ações tributárias (R\$410.059, R\$652.379 e R\$328.977, respectivamente, em 2018). As principais causas possíveis estão abaixo elencadas:

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuaçãoc) Causas possíveis--Continuação

	2019	2018
Riscos trabalhistas		
Desvio de função	178.934	122.661
Progressão horizontal por antiguidade	76.265	71.568
Reintegração	25.325	27.220
Enquadramento	9.164	6.191
Isonomia salarial	5.031	4.053
	294.719	231.693
Riscos cíveis		
Esgoto	230.352	234.153
Cobrança indevida	35.602	65.109
Hidrômetro	1.117	4.682
Contratos	95.074	2.466
Posse de imóvel	28.882	630
	391.027	307.040
Riscos tributários		
Pasep e COFINS	205.562	205.612
IRPJ e CSLL	55.058	55.058
	260.620	260.670

Conforme as decisões do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em diferentes procedimentos administrativos, a Companhia poderá vir a ser titular de créditos (ativo contingente) que atingem o montante de R\$36.731 em 31 de dezembro de 2019 (R\$36.426 em 2018), referente a decisões que determinaram a devolução de valores pagos em razão de contratos celebrados mediante declaração de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Tais valores não estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, visto que não existem certezas em relação à realização desses montantes, uma vez que o processo não transitou em julgado a favor da Companhia.

c.1) *Correção dos passivos trabalhistas pelo IPCA*

Em 14 de agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Entendeu-se que dispositivo da lei da desindexação da economia (Lei nº 8.177/1991) que determinava a atualização dos valores devidos na Justiça do trabalho pela taxa referencial seria inconstitucional, pois não preservava o real valor dos créditos trabalhistas.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuaçãoc) Causas possíveis--Continuaçãoc.1) *Correção dos passivos trabalhistas pelo IPCA*--Continuação

Contudo, em decisão publicada no dia 16 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu liminar para suspender os efeitos de decisão proferida pelo TST que determinou a substituição dos índices de correção monetária aplicada aos débitos trabalhistas de forma automática e *erga omnes* (para todos). O STF entendeu que o TST extrapolara a sua competência ao determinar a utilização do IPCA abstratamente em toda a Justiça do Trabalho, de forma obrigatória.

Dessa forma, como ainda não há decisão de mérito e, portanto, definitiva acerca de qual índice deverá ser utilizado na Justiça do Trabalho, a Companhia acredita ser mais consentâneo com a realidade o provisionamento dos passivos trabalhistas corrigidos pela TR, já que é o índice previsto na Lei nº 8.177/1991 (com alterações posteriores, que substituíram a TRD pela TR) e, a princípio, presume-se constitucional.

17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	2019	2018
Impostos diferidos passivos		
Ativo intangível - CSLL (Nota 11.vii)	513.877	530.675
Depósitos judiciais - CSLL	45.573	47.138
	559.450	577.813
Impostos diferidos ativos		
Provisões para contingências - CSLL	(201.663)	(195.147)
Perda atuarial - CSLL	(339.878)	(209.483)
Outras perdas - CSLL	(36.921)	(21.272)
	(578.462)	(425.902)
Não circulante	(19.012)	151.911

A contribuição social diferida é calculada sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo da contribuição sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota desse tributo é de 9%.

Contribuição social ativa é reconhecida na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

Como divulgado na Nota 17.c, a Companhia se tornou ente imune a impostos, consequentemente os créditos e débitos diferidos sobre IRPJ foram revertidos, uma vez que não existirá base de cálculo, que possibilite a realização dos valores diferidos de IRPJ.

A partir dos recolhimentos da Contribuição Social sobre o lucro do exercício de 2019 a Companhia optou pelo regime de apuração anual. Com recolhimento apurado com base no balancete de suspensão e redução mensal.

Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 31 de dezembro de 2018	209.483	195.147	(530.675)	(47.138)	21.272	(151.911)
Perda atuarial	130.395	-	-	-	-	130.395
Provisão para contingências	-	6.516	-	-	-	6.516
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	1.565	-	1.565
Ativo intangível	-	-	16.798	-	-	16.798
Outras perdas	-	-	-	-	15.649	15.649
Em 31 de dezembro de 2019	339.878	201.663	(513.877)	(45.573)	36.921	19.012
	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 1º de janeiro de 2018	776.130	769.161	(2.068.265)	(149.823)	62.968	(609.829)
Perda atuarial	19.485	-	-	-	-	19.485
Provisão para contingências	-	(5.361)	-	-	-	(5.361)
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	(12.948)	-	(12.948)
Ativo intangível	-	-	36.270	-	-	36.270
Outras perdas	-	-	-	-	10.389	10.389
Imunidade tributária - IRPJ	(586.132)	(568.653)	1.501.320	115.633	(52.085)	410.083
Em 31 de dezembro de 2018	209.483	195.147	(530.675)	(47.138)	21.272	(151.911)

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--ContinuaçãoMovimentação dos impostos diferidos ativos e passivos--Continuaçãoa) *Reconciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)*

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.126.994	1.462.178
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social - %	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(101.429)	(131.595)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Cancelamento de contas	(23.882)	(16.419)
Outros	21.251	(1.428)
Diferença de alíquota no exercício	-	(79.030)
Reversão do IRPJ (Imunidade)	-	(401.327)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(104.060)	(629.799)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(143.912)	134.725
Imposto de renda e contribuição social diferido	39.852	(764.524)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(104.060)	(629.799)

b) *Imunidade Tributária sobre impostos federais "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ"*

Como reflexo da decisão, foram revertidos todos os ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ sendo também baixados os impostos a recuperar e a recolher em aberto até a data da obtenção da imunidade.

A CEDAE efetuou o pedido de restituição administrativa, junto à Receita Federal do Brasil, dos impostos federais recolhidos nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da ACO 2757, bem como durante o trâmite da ação, no valor de R\$2.341.135 (dois bilhões, trezentos e quarenta e um milhões, cento e trinta e cinco mil reais) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente certa.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos--Continuação

- b) *Imunidade Tributária sobre impostos federais "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ"--*
Continuação

Destacamos que no próximo reajuste tarifário o reflexo da imunidade tributária impactará diretamente o cálculo da tarifa, pois sua estrutura tarifária é constituída pelos investimentos da Companhia, seus custos operacionais e seus impostos e encargos.

- c) *Mudança da forma de Tributação do PIS e da COFINS de Não Cumulativa para Cumulativa - Processo nº 0031167-36.2018.4.02.5101 em razão da "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ"*

A CEDAE peticionou junto à Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro ação de mudança da forma de tributação do PIS e da COFINS para Cumulativa e também solicitou a repetição de Indébito Tributário solicitando devolução de valores, uma vez que foi reconhecida a imunidade tributária de R\$1.178.654 (um bilhão, cento e setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil reais) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente correta.

18. Outras contas a pagar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão para licença prêmio (a)	125.724	143.111
Outras obrigações financeiras (b)	17.011	37.049
Pasep e COFINS diferidos sobre créditos governamentais	35.297	40.661
Outras contas a pagar	8.318	1.791
	<u>186.350</u>	<u>222.612</u>

- (a) Conforme disposto no Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 1º de setembro de 2016, referente ao período de 2016 a 2018, a licença-prêmio de três meses para cada cinco anos de serviços prestados é um benefício adquirido pelos empregados que tenham sido admitidos até de 2001 pela Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2009, não serão computados novos períodos de licença-prêmio, e para aqueles empregados que não tenham cinco anos completos a licença será computada de forma proporcional. Esse valor é atualizado mensalmente considerando os períodos de direitos adquiridos completos, sendo R\$54.224 em dezembro de 2019 (R\$63.816 em 2018) registrados no passivo circulante (no grupo de contas de provisões de encargos trabalhistas) e R\$125.724 no passivo não circulante (R\$143.111 em 2018).
- (b) Trata-se de acordo firmado entre a CEDAE e os Consórcios: Módulo, Acqua-Rio e Operação Contínua, relativo ao reajustamento de contratos firmados entre as Companhias, cujo saldo será amortizado em até 60 (sessenta) meses.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial

A Prece - Previdência Complementar ("Prece") e a Cedae Saúde foram instituídas pela CEDAE como política de recursos humanos na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e com autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários e de assistência médica de seus funcionários, respectivamente. Na condição de patrocinadora, juntamente com seus empregados participantes, a CEDAE contribui mensalmente com o montante equivalente a 100% da contribuição base dos contribuintes ativos para a Prece e com 6% da folha de pagamento para a Cedae Saúde.

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é a seguinte:

	2019	2018
Plano de previdência complementar - Prece (a)	75.198	259.201
Dívida Prece	636.791	660.227
	711.989	919.428
Plano de assistência médica - Cedae Saúde (b)	2.510.426	1.187.433
Prêmio aposentadoria (c)	47.189	42.080
	3.269.604	2.148.941
Circulante	120.969	354.515
Não circulante	3.148.635	1.794.426
	3.269.604	2.148.941

(a) Prece

A Prece administra os planos de benefícios previdenciários Prece I, Prece II, Prece III e Prece CV, sendo os planos Prece I, Prece II e parcela dos optantes pela renda vitalícia que optaram pelo Prece CV estão estruturados na modalidade de benefício definido e na modalidade contribuição definida os Planos Prece III e Prece CV (demais optantes). A quantidade de participantes por plano em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Participantes	2019		
	Quantidade		
	Ativos	Pensão	Aposentadoria
Prece I	346	1.430	1.093
Prece II	303	463	174
Prece III	378	-	-
Prece CV	1.957	1.540	910

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

(a) Prece--Continuação

Participantes	2018		
	Ativos	Quantidade Pensão	Aposentadoria
Prece I	838	1.589	1.239
Prece II	731	516	201
Prece III	365	-	-
Prece CV	2.118	1.901	2.082

Plano Prece I

O Plano Prece I está determinado na modalidade benefício definido para os funcionários e diretores das patrocinadoras (Cedae Saúde, Prece e CEDAE), garantindo um benefício na aposentadoria cujo valor é 70% da diferença entre a pensão do INSS e a média dos 36 últimos salários, respeitando o salário limite expresso no regulamento.

Para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário 15 anos de filiação à Prece, 55 anos de idade e estar aposentado pela previdência oficial do INSS.

O plano garante aos participantes o benefício mínimo de 20% do salário, possuindo benefícios de risco de morte e invalidez permanente, podendo incluir como dependentes os mesmos beneficiários do INSS, e filhos até 21 anos de idade.

Este plano está fechado para novas adesões.

Em 31 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") aprovou o equacionamento do déficit do Plano Prece I (Análise Técnica nº 488/CGTA/DITEC/PREVIC), da seguinte forma:

- Criação de contribuição extraordinária de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados), de modo a proporcionar o equilíbrio do plano.
- Alteração dos regulamentos dos planos Prece I e Prece II, ambos na modalidade de benefício definido, de modo a facultar o saldamento.
- Possibilidade de migração, com incentivo de participantes ativos (que optarem pelo saldamento), aposentados e pensionistas para um novo plano "Plano Prece Contribuição Variável - CV".

Como reflexo desse processo, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2010 um ganho de R\$559.081 no resultado de 2010 e que foi apurado através de cálculos atuariais efetuados pelos atuários independentes contratados pela Companhia, sendo oriundo exclusivamente da redução do passivo atuarial da Companhia compensado pelo aumento da contribuição dos participantes.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

(a) Prece--Continuação

Plano Prece I--Continuação

Em 29 de maio de 2011, foi encerrado o período de migração dos planos de benefício definido para o novo plano de contribuição variável, com o resultado de 7.312 migrantes, representando 62,9% de optantes sendo 3.136 ativos, 2.603 aposentados e 1.573 pensionistas.

Em junho de 2011, a Prece e a CEDAE foram notificadas da ação ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região - SINTSAMA ("SINTSAMA"), para suspender a cobrança da contribuição extraordinária e, dessa forma, encontra-se suspensa a cobrança daqueles empregados remanescentes no Plano Prece I.

Como resultado da ação mencionada, a Companhia estendeu o período migratório até outubro de 2011.

Adicionalmente, para os participantes que optaram pela migração, a Companhia pagará a título de incentivo o montante equivalente ao déficit acumulado do serviço passado. O valor dos incentivos totais oferecidos pela Companhia compreendeu R\$607.015, cujo contrato financeiro foi firmado em 15 de dezembro de 2011, prevendo o pagamento em 73 parcelas mensais, tendo o ocorrido o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2012. A correção do saldo devedor é de 6% ao ano, acrescido de INPC até a data do efetivo pagamento.

Em garantia ao pagamento mencionado, a CEDAE ofereceu os recebíveis decorrentes da prestação de serviços de água e esgoto, exceto aos usuários localizados nos Municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

A Companhia utiliza como uma das premissas para mensuração do passivo atuarial, as contribuições extraordinárias de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados). As contribuições extraordinárias foram aprovadas pela PREVIC como parte do processo de equacionamento do déficit do Plano Prece I e encontram-se suspensas desde julho de 2011 em função de determinação judicial. A Companhia entrou com recurso contestando a referida decisão, no entanto, até a presente data, não houve decisão do mérito.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

(a) Prece--Continuação

Plano Prece I--Continuação

Em 2014, a PREVIC, como resultado da fiscalização das contas da Prece, determinou que a entidade de previdência efetuasse a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora. A Companhia manteve no passivo não circulante o valor de R\$177.310, que corresponde à parcela sob sua responsabilidade com relação às contribuições extraordinárias em 31 de dezembro de 2017. No exercício de 2018 houve decisão do mérito favorável a Companhia, tendo a PRECE revertido a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora, sendo que o valor das contribuições sob sua responsabilidade já se encontram incorporadas no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2019 não foram constituídas provisões atuariais, pois o saldo demonstrado no laudo atuarial conforme disposto no CPC 33 R1 (R\$295.680) está menor que os valores contabilizados nos contratos financeiros existentes entre a Companhia e a PRECE (R\$379.583).

Plano Prece II

Esse plano de benefício definido possui todas as regras idênticas ao plano Prece I e foi criado para suplementar a renda do Prece I, ultrapassando o teto seu limite. Esse plano também foi equacionado nos moldes descritos no item anterior e está fechado para novas adesões.

Plano Prece CV

O plano Prece CV está estruturado na modalidade de contribuição variável e abrange os participantes que migraram dos planos de origem (Prece I e Prece II), e tem como patrocinadoras a CEDAE, Cedae Saúde e a Prece. Os participantes podem optar pelas modalidades de recebimento do benefício: renda vitalícia, renda por prazo determinado não inferior a 10 anos, e renda por prazo indeterminado com ou sem reversão em pensão.

Nesse plano o participante possui uma conta individual (exceto a modalidade Renda Vitalícia), cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

(a) Prece--Continuação

Plano Prece CV--Continuação

O participante que migrou com opção pela Renda Vitalícia mantém o mesmo rol de dependentes do plano de origem. O participante optante pela Renda Indeterminada com Pensão pode inscrever-se como dependente a pessoa que guarde relação de dependência, observado os mesmos requisitos estabelecidos para o INSS.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal.

Este plano está fechado para novas adesões.

Plano Prece III

Criado para abranger os empregados admitidos a partir de 2006, que não possuem os outros dois planos de benefícios, sendo estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD) com benefício de risco para morte e invalidez. Esse plano é exclusivo para os funcionários da CEDAE.

Nesse tipo de plano o participante possui uma conta individual cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante poderá incluir como dependente os mesmos beneficiários reconhecidos pelo INSS, além de filhos com até 24 anos que estejam cursando o nível superior e para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário um mínimo de 10 anos de vinculação ao plano, 55 anos de idade e término do vínculo empregatício com a Companhia.

Inexiste joia, taxa de inscrição ou regresso, nem limitação máxima para o salário participação.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal, desde que o número de meses seja superior a 30.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

(b) Caixa de Assistência aos Servidores - Cedae Saúde

A Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE- Cedae Saúde administra o plano assistencial destinado aos empregados da CEDAE, Prece, Cedae Saúde e seus dependentes dos exercícios de 2019 e 2018.

Participantes	2019	
	Quantidade	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial Cedae Saúde	4.663	9.101

Participantes	2018	
	Quantidade	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial Cedae Saúde	5.111	22.900

O Estatuto da Prece e o Regulamento do Plano Cedae Saúde estão adaptados à legislação vigente.

(c) Prêmio de aposentadoria

Em 31 de dezembro de 2019, o prêmio de aposentadoria da CEDAE possui 3.081 participantes (3.332 em 2018) (Nota 2.15.a.4).

As contribuições da Companhia para o Fundo totalizaram:

	2019	2018
Plano de benefícios (Prece)	375.209	4.034
Plano de assistência (Cedae Saúde)	166.436	115.403
Prêmio aposentadoria	3.180	894
	544.825	120.331

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2019	2018
Valor presente da obrigação de benefício definido	4.017.371	2.694.211
Valor justo dos ativos do plano	(832.709)	(545.270)
Efeito do teto do ativo	1.039	704
Passivo atuarial líquido	3.185.701	2.148.941

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

A reconciliação dos ativos e passivos (valores negativos) líquidos pode ser assim demonstrada:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de Aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2018	(639.284)	(109.138)	-	(819.356)	(779.553)	(41.535)	(2.388.866)
Custo do serviço corrente	(2.024)	26	(35)	(9)	(16.477)	(1.939)	(20.458)
Custo com juros	(68.324)	(17.068)	(25)	(84.030)	(69.382)	(3.419)	(242.248)
Rendimentos esperados dos ativos	8.132	6.917	76	7.888	-	-	23.013
Benefícios pagos no ano	-	-	-	-	115.403	894	116.297
Contribuições participantes	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições da patrocinadora	3.906	48	77	80	-	-	4.111
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	400.854	58.112	(93)	333.842	(437.424)	3.919	359.210
Mudança de hipóteses	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	(296.740)	(61.103)	-	(561.585)	(1.187.433)	(42.080)	(2.148.941)
Custo do serviço corrente	1.088	(186)	(47)	53	(16.019)	(1.692)	(16.803)
Custo com juros	(35.121)	(12.503)	(35)	(76.856)	(106.707)	(3.283)	(234.505)
Rendimentos esperados dos ativos	8.209	6.954	98	26.538	-	-	41.799
Benefícios pagos no ano	-	-	-	-	166.436	3.180	169.616
Contribuições participantes	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições da patrocinadora	32.504	6.530	141	336.034	-	-	375.209
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	(5.620)	(3.620)	(157)	7.338	(1.366.703)	(3.314)	(1.372.076)
Mudança de hipóteses	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	(295.680)	(63.928)	-	(268.478)	(2.510.426)	(47.189)	(3.185.701)

A movimentação das obrigações de benefícios pós-emprego durante os exercícios de 2019 e 2018 é demonstrada a seguir:

	Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2018	1.912.344	779.553	41.535	2.733.432
Custo do serviço corrente	2.042	16.477	1.939	20.458
Juros sobre obrigações atuariais	169.447	69.382	3.419	242.248
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos	(468.440)	437.424	(3.919)	(34.935)
Contribuições dos participantes	35.950	-	-	35.950
Benefícios pagos	(186.177)	(115.403)	(894)	(302.474)
Em 31 de dezembro de 2018	1.465.166	1.187.433	42.080	2.694.679
Custo do serviço corrente	(909)	16.019	1.692	16.802
Juros sobre obrigações atuariais	124.515	106.707	3.283	234.505
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos	118.998	1.366.703	3.314	1.489.015
Contribuições dos participantes	46.476	-	-	46.476
Benefícios pagos	(294.490)	(166.436)	(3.180)	(464.106)
Em 31 de dezembro de 2019	1.459.756	2.510.426	47.189	4.017.371

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios no exercício apresentado é a seguinte:

	Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2018	345.119	-	-	345.119
Rendimento esperado dos ativos	23.012	-	-	23.012
Ganho atuarial dos ativos do plano	324.427	-	-	324.427
Contribuições da patrocinadora	4.111	-	-	4.111
Contribuições dos participantes	35.950	-	-	35.950
Benefícios pagos	(186.177)	-	-	(186.177)
Em 31 de dezembro de 2018	546.442	-	-	546.442
Rendimento esperado dos ativos	41.799	-	-	41.799
Ganho atuarial dos ativos do plano	117.272	-	-	117.272
Contribuições da patrocinadora	375.210	-	-	375.210
Contribuições dos participantes	46.476	-	-	46.476
Benefícios pagos	(294.490)	-	-	(294.490)
Em 31 de dezembro de 2019	832.709	-	-	832.709

A composição dos ativos dos planos é como segue:

	2018		
	Prece I	Prece II	Prece CV
Renda variável	27,33%	19,70%	15,47%
Renda fixa	28,42%	25,53%	47,39%
Imóveis	27,84%	19,34%	8,96%
Caixa e equivalentes de caixa	0,03%	0,20%	0,05%
Derivativos	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	16,38%	35,23%	28,13%
	100,00%	100,00%	100,00%
	2019		
	Prece I	Prece II	Prece CV
Renda variável	30,43%	33,18%	30,79%
Renda fixa	29,95%	36,72%	53,87%
Imóveis	29,46%	23,78%	9,92%
Caixa e equivalentes de caixa	0,03%	0,01%	0,01%
Derivativos	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	10,13%	6,31%	5,41%
	100,00%	100,00%	100,00%

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

Todos os planos de benefícios definidos da CEDAE possuem fundamento, ou seja, existem ativos garantindo os passivos atuariais. Dessa forma, a Companhia só possui planos com cobertura parcial ou totalmente cobertos, por isso não segregou sua análise atuarial.

Os valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes são:

	2019	2018
Custo do serviço corrente	(16.803)	(20.458)
Juros sobre obrigações atuariais	(234.505)	(242.248)
Rendimento esperado dos ativos	41.741	22.997
	(209.567)	(239.709)
	2019	2018
Saldo inicial dos ganhos (perdas) atuariais acumulado do resultado abrangente em 1º de janeiro	(734.391)	(739.733)
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - Prece	(102.678)	439.591
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - Cedae Saúde	(1.350.290)	(437.607)
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - prêmio de aposentadoria	(3.385)	3.886
Imposto de renda e contribuição social diferidos	131.071	(528)
Total dos ganhos (perdas) líquidos (as) atuariais no exercício do resultado abrangente	(1.325.282)	5.342
Total dos ganhos (perdas) atuariais acumulados do resultado abrangente em 31 de dezembro	(2.059.673)	(734.391)

Apresentamos abaixo as contribuições esperadas para o encerramento do ano fiscal de 31 de dezembro de 2020:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Total
1. Companhia	32.586	7.420	62	72.961	119.102	232.131
2. Participantes	26.985	8.151	-	12.525	-	47.661

O perfil de vencimento do pagamento de benefícios:

	Prece I	Prece II	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria	Total
2020	58.591	19.270	100.734	119.102	17.433	315.130
2021	56.972	18.855	100.076	123.291	4.410	303.604
2022	55.248	18.404	99.162	129.805	1.393	304.012
2023	53.364	17.921	98.014	139.902	5.615	314.816
2024 ou posterior	276.834	95.998	551.385	1.002.399	14.631	1.941.247
Duração (em anos)	16,54	10,55	8,58	16,10	5,44	-

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

Apresentamos abaixo a análise de sensibilidade da avaliação atuarial:

Prece I			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(27.329)	(7,39)
	Redução de 0,5%	29.518	7,98
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	22.311	6,03
	Redução de 1 ano	(22.176)	(6,00)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	(982)	(0,27)
	Redução de 0,5%	910	0,25
Prece II			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(7.125)	(5,45)
	Redução de 0,5%	6.726	5,14
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	7.551	5,78
	Redução de 1 ano	(7.404)	(5,66)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	1.049	0,80
	Redução de 0,5%	(947)	(0,72)
Prece III			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(8)	(1,69)
	Redução de 0,5%	9	1,76
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	13	2,74
	Redução de 0,5%	(12)	(2,38)
Prece CV			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(39.378)	(4,11)
	Redução de 0,5%	45.192	4,71
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	39.208	4,09
	Redução de 1 ano	(38.714)	(4,04)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	8	0,0009
	Redução de 0,5%	(7)	0,0008
Cedae Saúde			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(173.091)	(6,89)
	Redução de 0,5%	134.005	5,34
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	82.982	3,31
	Redução de 1 ano	(81.822)	(3,26)

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

Premissa	Prêmio de Aposentadoria		
	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(1.250)	(2,65)
	Redução de 0,5%	1.345	2,85

Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões dos planos: Prece, Cedae Saúde e Prêmio de Aposentadoria em 31 de dezembro de 2019 são as seguintes:

Hipóteses econômicas	Plano de benefício - Prece				Plano de assistência médica Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria
	I	II	III	CV		
Taxa de desconto ao ano - %	7,27	7,02	6,00	6,84	7,27	6,44
Taxa de retorno de ativos - %					-	-
Crescimento salarial - %	4,07	4,07	4,07	4,07	4,07	4,07
Inflação - %	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60
Fator capacidade - %	98	98	98	98	98	98
Aging Factor - %	-	-	-	-	N/A	-

Hipóteses demográficas	Plano de benefício - Prece				Plano de assistência - Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria
	I	II	III	CV		
Tábua de mortalidade	AT-83 IAM masculina	AT-2000 Basic segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 10% segregada por sexo	AT-2000 Basic masculina	AT-2000 Basic masculina	AT-2000 Basic masculina
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	MI-85 segregada por sexo	Winklevoss	Winklevoss	Não Aplicável	Não Aplicável
Tábua de entrada de invalidez	Muller	Muller	Álvaro Vindas	UP-84 modificada, suavizada 30%, por sexo	Não Aplicável	UP-84 modificada, suavizada 30%, por sexo
Rotatividade	Experiência Prece 2012/2017	Experiência Prece 2015	Experiência Prece 2012/2017	Experiência Prece 2012/2017	Experiência Prece 2012/2017	Experiência Prece 2012/2017
Composição familiar - ativos	Família Média (*)	Família Média (*)	Não Aplicável	Não Aplicável	Família Real (**)	Não Aplicável
Composição familiar - assistidos	Família Rea I(**)	Família Real (**)	Não Aplicável	Família Real (**)	Não Aplicável	Não Aplicável
Inflação Médica	-	-	-	-	2,50%	-

(*) Cônjuge masculino 4 (quatro) anos mais jovem que o titular, sendo 90% casados.

(**) Conforme base cadastral.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Outros parcelamentos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Indústria Antártica do Sudeste (a)	116.614	110.217
General Electric do Brasil (b)	48.417	45.670
Outros	14.455	15.049
	<u>179.486</u>	<u>170.936</u>
Circulante	77.279	75.126
Não circulante	102.207	95.810
	<u>179.486</u>	<u>170.936</u>

(a) Indústria Antártica do Sudeste

Refere-se ao parcelamento decorrente de acordo judicial por pagamento a maior de tarifa de tratamento de esgoto, efetuado em abril de 1999, no qual a CEDAE vem compensando as parcelas da dívida com o volume de água fornecida mensalmente a Indústria Antártica do Sudeste.

(b) General Electric do Brasil

A Companhia assinou, no ano de 2001, com a General Eletric do Brasil o Termo de Transição Geral de Direitos para encerrar definitivamente as ações cautelares e declaratórias acumuladas perante o juízo da 7ª Vara de Fazenda Pública da Capital do Rio de Janeiro de números 96.001.121535-0 e 96.001128412-8. O valor de R\$20.910, correspondente ao débito da Companhia perante a General Eletric do Brasil equivalente a 1.770.420 metros cúbicos (informação não auditada), é corrigido anualmente e amortizado com os consumos em m³ de águas das matrículas cadastradas na Companhia e de responsabilidade da General Eletric do Brasil.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$2.586.987 (R\$1.993.917 em 2018), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 629.071.608 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal (629.071.608 ações em 2018).

Durante o exercício de 2019, a Companhia aumento seu capital social em R\$593.070 mediante capitalização do excedente do lucro líquido após as destinações legais, sem alteração do número de ações.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuaçãoa) Capital social--Continuação

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2019 e 2018 por quantidade de ações está assim distribuída:

	2019		2018	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Estado do Rio de Janeiro	629.069.085	99,9996	629.069.087	99,9996
Outros	2.523	0,0004	2.521	0,0004
	629.071.608	100,0000	629.071.608	100,0000

b) Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais em 31 de dezembro de 2019 e 2018, logo o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação, naquelas datas.

As tabelas abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2019	2018
Quantidade de ações	629.071.608	629.071.608
Quantidade de ações equivalentes de ações ordinárias	629.071.608	629.071.608
Lucro atribuível (R\$)	1.022.933.610	832.378.967
Lucro por ação (R\$)	1,63	1,32

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuaçãob) Lucro por ação--Continuação

	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.022.934	832.379
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	629.072	629.072
Lucro básico por ação (R\$)	1,63	1,32

	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.022.934	832.379
Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação	1.022.934	832.379
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	629.072	629.072
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	629.072	629.072
Lucro diluído por ação (R\$)	1,63	1,32

c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em consonância com a legislação societária na ordem de 25% do lucro líquido remanescente, após a constituição da reserva legal. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9 da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação "pro rata" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administração propôs a destinação do lucro calculado como segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.022.934	832.379
Reserva legal - 5%	(51.147)	(41.619)
	971.787	790.760
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	242.947	197.690
Distribuição Proposta		
Juros sobre o capital próprio	207.615	-
Dividendos a pagar	35.332	197.690
Quantidade de ações ordinárias	629.072	629.072
Dividendos por ação	R\$0,39	R\$0,31

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva de capital

É constituída de valores aportados na Companhia a fundo perdido, originários de programas sociais da União Federal que destinam recursos para o setor de saneamento. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é composto de R\$2.037 de doações de redes de águas e esgoto, R\$3.869 do Programa Habitar Brasil e R\$8.058 do Programa Ação Social de Saneamento, compondo um total de R\$13.964.

e) Reserva legal

É constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social sendo que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social, conforme previsto no artigo 193 da Lei Federal nº 6.404/1976. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da reserva legal é de R\$183.901 (R\$132.753 em 2018).

f) Outros resultados abrangentes

A movimentação é composta pelo saldo da reserva de reavaliação, líquido das realizações do exercício que em 2019, foram de R\$169.841 (R\$150.476 em 2018), pelos ganhos líquidos atuariais que em 2019, foram de R\$1.325.282 (ganho líquido de R\$273.007 em 2018), sendo ambos os saldos líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos e pelo reflexo da Imunidade Tributária sobre impostos federais "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ" que reverteu todos os ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ no valor de R\$1.501.320.

g) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades relacionadas à distribuição de água e esgoto, em conformidade com o artigo 196 da Lei Federal nº 6.404/1976.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, está prevista uma retenção de lucros, no montante de R\$898.681 (R\$743.546 em 2018), a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionistas que ocorrerá em 30 de abril de 2020.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita operacional líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2019	2018
Serviços de distribuição de água	4.175.394	3.673.128
Serviços de coleta e tratamento de esgoto	2.186.383	1.972.582
Receita bruta de serviços	6.361.777	5.645.710
Tributos sobre faturamento	(238.770)	(212.324)
	6.123.007	5.433.386

23. Custo dos serviços prestados e despesas operacionaisa) Custo dos serviços prestados

	2019	2018
Custos com serviços de terceiros	(991.249)	(742.116)
Custos com pessoal	(876.437)	(896.919)
Custos com depreciação e amortização (Notas 11 e 12)	(278.589)	(278.010)
Custos com material	(116.666)	(110.495)
Créditos de Pasep e COFINS sobre depreciação	2.080	2.081
Outras	(6.445)	(9.205)
	(2.267.306)	(2.034.664)

b) Despesas comerciais

	2019	2018
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida (Nota 8.4)	(1.476.304)	(848.158)
Despesas com serviços de terceiros	(109.458)	(120.226)
Despesas com pessoal	(19.896)	(27.996)
Despesas com material	(413)	(7.840)
Outras	(255)	(4.978)
	(1.606.326)	(1.009.198)

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais--Continuaçãoc) Despesas gerais e administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas com pessoal	(207.925)	(188.512)
Despesas com serviços de terceiros	(161.270)	(159.922)
Repasse Extraordinário Cedae Saúde (i)	(24.792)	(43.000)
Despesas com custas legais e judiciais	(26.874)	(28.015)
Convênio e Progr. Desenv. Social e Educacional	(13.334)	(10.311)
Despesas com material	(3.399)	(1.768)
Outras	(34.667)	(10.309)
	<u>(472.261)</u>	<u>(441.837)</u>

(i) Trata-se de aporte financeiro para fins de regularização de necessidades de ativos garantidores e aporte de regularização devido a repetidos resultados deficitários deixando-o com insuficiência de capital mínimo.

24. Resultado financeiroa) Despesas financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(58.353)	(65.357)
Juros passivos e sobre parcelamentos tributários	(67.675)	(52.881)
Multas, juros e acréscimos moratórios sobre pagamento em atraso das obrigações tributárias	(589)	(483)
Outras	(1.339)	(1.482)
	<u>(127.956)</u>	<u>(120.203)</u>

b) Receitas financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Atualização monetária	114.003	107.343
Rendimentos de aplicações financeiras (Nota 7)	45.688	19.949
Juros auferidos	18.691	42.576
Multas por impontualidade	19.165	17.121
Descontos obtidos e bonificações	6.811	5.379
	<u>204.358</u>	<u>192.368</u>

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Outras despesas operacionais, líquidas

	2019	2018
Outras receitas operacionais		
Reversão de provisões	20.410	1.388
Demais receitas operacionais	7.686	19.526
Recuperação de despesas judiciais (i)	7.622	15.872
Recuperação de despesa e receita fiscais	1.260	64.213
	36.978	100.999
Outras despesas operacionais		
Constituição de provisão para contingências e passivos fiscais, líquida (Nota 16.b)	(538.122)	(408.401)
Constituição de passivo atuarial, líquida (Nota 19)	(209.567)	(239.709)
Constituição de provisão para perda de ativos, líquida	(181)	(930)
Outras	(15.630)	(9.633)
	(763.500)	(658.673)
	(726.522)	(557.674)

(i) Refere-se à receita com a recuperação de depósitos judiciais.

26. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros e importâncias seguradas:

Riscos	Data vigência		2019	2018
	De	Até		
Responsabilidade civil geral	29/08/2019	29/08/2020	20.000	20.000
Riscos operacionais (imóveis) danos materiais	12/09/2019	12/09/2020	159.877	150.182
Equipamento transformador cedido pela Ligh	29/05/2018	12/03/2019	-	1.500

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Eventos subsequentes

a) A geosmina e o desconforto de odor e sabor na água

A partir do início de janeiro de 2020 e prolongando-se por alguns dias em fevereiro, a CEDAE se deparou com o significativo desafio técnico e administrativo de enfrentar com eficiência e rapidez os transtornos que a presença da substância geosmina no manancial do Rio Guandu trouxe à produção, tratamento e distribuição de água na Capital e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A incidência desse composto orgânico, resultante da proliferação de algas na lagoa de captação do Guandu, embora não representasse qualquer risco à saúde pública, gerou um certo desconforto, por haver alterado o odor e o sabor da água distribuída para os moradores das cidades atendidas pelo macrossistema.

O problema foi registrado a partir de 6 de janeiro, quando técnicos da Companhia identificaram em amostras de análise laboratorial a presença da substância nos tanques da ETA Guandu. Tal presença não foi percebida anteriormente por que a geosmina não está relacionada na lista de substâncias de monitoramento obrigatório determinada pela Portaria de consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Essa portaria é a diretriz observada na rotina de produção e distribuição de água. Contudo, embora a geosmina tenha causado alteração no odor e no sabor, a água distribuída pela CEDAE ao longo desse período se manteve sempre dentro dos parâmetros de potabilidade exigidos pelo Ministério da Saúde.

Tão logo a substância foi identificada no sistema, a CEDAE deu a partida nas providências para resolver o problema. A questão foi discutida em reuniões com especialistas em saneamento e gestores do sistema Guandu. E, embora todos os testes realizados apontassem para o fato de que a água fornecida estava dentro dos parâmetros legais e regulamentares, e própria para o consumo, a Companhia decidiu aplicar carvão ativado pulverizado no início do tratamento da água na estação do Guandu. Também ficou decidido que esse remédio passaria a ser adotado em caráter permanente, sendo sempre acionado em caso de repetição do fenômeno.

Os equipamentos para aplicação de carvão ativado pulverizado foram encomendados e adquiridos de fornecedores em São Paulo. A instalação do novo processo de tratamento ocorreu ao longo de janeiro e permitiu à CEDAE atuar com relativa rapidez na causa do problema, de modo a minimizar o referido desconforto de odor e sabor.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Eventos subsequentes--Continuação

a) A geosmina e o desconforto de odor e sabor na água--Continuação

É importante ressaltar que o problema não é inédito, tendo acontecido nos sistemas da companhia em outras ocasiões, assim como em suas coirmãs sediadas em outros Estados. Em 2004, por exemplo, por ocasião de uma dessas incidências de geosmina na área de produção de água, a Companhia avaliou que não seria necessário adotar a aplicação de carvão ativado de forma permanente. Já em 2020, a partir da situação surgida, e da amplitude com que o fenômeno foi divulgado, a atual gestão decidiu tornar permanente a possibilidade de aplicação do carvão ativado no tratamento da água quando necessário. Tal medida ampliou o leque de iniciativas possíveis de serem adotadas no Guandu para o tratamento de água. A população começou a sentir os efeitos positivos gradualmente, a partir do momento em que o carvão ativado passou a minimizar a influência da geosmina no gosto e no odor da água.

Ainda em janeiro, a Cedae iniciou também a aplicação de argila ionicamente modificada na lagoa próxima à captação do sistema Guandu. O objetivo era impedir a proliferação excessiva de algas que pudessem interferir no tratamento da água. Essa foi mais uma medida adotada pela Cedae para assegurar a qualidade da água distribuída à população.

Em respeito aos consumidores, e também para dar pronta resposta à população, a CEDAE passou a divulgar periodicamente nas redes sociais e no site da companhia os relatórios de monitoramento da qualidade da água relativos à incidência de geosmina. A Companhia já fazia a divulgação do monitoramento da água pelos parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde para potabilidade. A ampliação dessa divulgação ao monitoramento de gosto e odor mostrou que o trabalho com carvão ativado gerou impactos positivos, já percebidos no início de fevereiro.

Ainda como resposta à população, a CEDAE anunciou um programa de investimentos em modernização das instalações e equipamentos da ETA Guandu, de modo a recolocar a estação entre as unidades de tratamento de água mais avançadas em termo de tecnologias de operação. Vale lembrar que a atual gestão encontrou a estação com equipamentos obsoletos ou inoperantes, máquinas enferrujadas /ou quebradas e infiltrações, graves problemas estruturais que serão atacados firmemente com os investimentos previstos.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Eventos subsequentes--Continuação

a) A geosmina e o desconforto de odor e sabor na água--Continuação

A Cedae foi instada pela Defensoria Pública do Estado, pelo Ministério Público, PROCON e AGENERSA, para discutir uma possível compensação financeira aos consumidores pelo período do desconforto de odor e gosto na água. À vista da iminência de judicialização, a Companhia propôs a compensação de 50% do valor da tarifa cobrada aos consumidores da área atendida pelo Guandu, o que representa cerca de 900 mil ligações domiciliares e comerciais. Como a Cedae fatura, mensalmente, R\$150 milhões com o fornecimento de água à população da área atendida pelo Guandu, a compensação de 50% do valor da tarifa cobrada a esses consumidores representaria um ressarcimento da ordem de R\$75 milhões, ou cerca de R\$83 por ligação. A proposta da CEDAE, contudo, não foi aceita pela Defensoria Pública, que, munida de cálculos próprios, judicializou a questão, pedindo tutela antecipada de bloqueio das contas da CEDAE no valor de mais de meio bilhão de reais. Considerando as graves incorreções embutidas nos cálculos, e o fato de a questão estar *sub judice*, a CEDAE se defenderá no momento processual próprio.

b) Pressão da água nos hidrantes do entorno do Museu Nacional

Ainda em fevereiro, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio (Agenera) decidiu declarar a CEDAE culpada por falha na prestação de serviço e falta de água nos hidrantes do entorno do Museu Nacional por ocasião de seu incêndio, ocorrido em 2 de setembro de 2018. O Conselho Diretor (CODIR) da Agenera multou a Companhia em 0,1% (um décimo por cento) do seu faturamento nos últimos 12 meses anteriores à suposta falha na prestação de serviço.

A decisão foi julgada dia 18/02 durante a Sessão Regulatória Ordinária de fevereiro, e entra em vigor na data da publicação da deliberação no Diário Oficial do Estado. Ainda cabe Recurso Administrativo por parte Cedae a fim de ver revista a decisão. A Agenera considerou que, apesar de haver hidrantes que poderiam atender ao Museu Nacional, eles não tinham a pressão ideal de água.

c) Sucessão na diretoria executiva

Em 2020, o Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro elegeu, Renato Lima do Espírito Santo, Presidente (DP) e os diretores Mauro Alonso Duarte Diretor Técnico de Projeto, Teresa Cristina Gonçalves Pantoja Diretora Jurídica.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Eventos subsequentes--Continuação

d) COVID-19 – Coronavírus

As economias mundiais, inclusive a brasileira, estão sendo fortemente impactadas pela pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19). A Organização Mundial de Saúde emitiu alerta sobre as doenças decorrentes de tal vírus, em particular a pneumonia, no dia 31/12/2019, tornando mundial um problema, que no primeiro momento parecia estar circunscrito a uma determinada região da China. As pesquisas realizadas em diversos países vêm permitindo aos especialistas no tema obter avanços no entendimento do comportamento do COVID-19 e em particular da sua disseminação, porém muitas perguntas ainda permanecem sem resposta.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu comunicado sobre o tema no dia 9 de Março de 2020, no qual alerta sobre os impactos nas Demonstrações Contábeis e documentos correlacionados da questão. Como as autoridades, em geral, vêm decretando medidas que têm o objetivo de reduzir a circulação das pessoas, inclusive através da interrupção de atividades econômicas consideradas não essenciais, torna-se evidente que haverá forte impacto sobre as empresas e por conseguinte nos seus registros contábeis. No Estado do Rio de Janeiro, tanto o governo estadual quanto a maioria dos governos municipais, têm sido conservadores no sentido de induzir à população a ficar em suas residências e restringir a circulação interestadual e intermunicipal. Além disso, os decretos e recomendações têm buscado preservar o funcionamento apenas das atividades consideradas essenciais.

O Coronavírus representa para a CEDAE um duplo desafio: por um lado a companhia tem a preocupação de preservar a saúde do nosso corpo funcional, dos nossos clientes e prestadores de serviço, por outro lado, como os serviços de abastecimento de água e captação e tratamento de esgoto são essenciais para a população, não existe a opção pela interrupção do seu funcionamento.

A empresa adotou um conjunto de medidas para viabilizar a continuidade de suas operações neste quadro, como a adoção do conceito de trabalho remoto (home office), ajuste das escalas de trabalhos, sistema de rodízio nos setores em que existe a necessidade de comparecimento físico, higienização mais intensa dos ambientes laborais, apoio da CEDAE-Saúde e dos seus profissionais à equipe de medicina do trabalho e antecipação do programa de vacinação contra gripe, dentre outras.

No que se refere aos aspectos econômico-financeiros, em linha com o disposto no Decreto Estadual N°46966 de 11/03/2020, a empresa interrompeu os serviços de corte para as ligações de todas as categorias, e além disso, suspendeu o faturamento pelo fornecimento de água e coleta de esgoto, prestados a seus usuários residenciais, enquadrados na tarifa social e comércio de pequeno porte, nos meses de abril, maio e junho do corrente ano.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Eventos subsequentes--Continuação

d) COVID-19 – Coronavírus--Continuação

O faturamento médio obtido pela empresa no ano de 2020 nessas categorias de clientes foi de R\$ 16,5 milhões na categoria comércio de pequeno porte e de R\$ 13,3 milhões nas matrículas enquadradas na tarifa social. Vale registrar que para os demais clientes, por ora, o faturamento continuará sendo emitido como antes.

Não obstante, o baixo grau de endividamento da empresa e o fato da posição de Caixa ser bastante confortável; como medida prudencial, a CEDAE está negociando a ampliação das suas linhas de crédito, e também deverá observar uma rigorosa análise na contratação de serviços e fornecedores, dando preferência aos que são mais importantes neste momento crítico.

A suspensão do faturamento permite que, a critério da empresa, e dependendo do impacto na economia do Rio de Janeiro da pandemia, o parcelamento no futuro dessas contas. Não se observou até o presente momento mudança relevante no perfil de inadimplência, embora seja razoável supor que ela deverá aumentar, em função da provável retração econômica porvir.

A gestão centralizada e conservadora do Caixa, aliada às negociações com os nossos principais fornecedores, por exemplo, as distribuidoras de energia elétrica, bem como as medidas supracitadas serão fundamentais caso haja aumento expressivo da inadimplência. Como a companhia hoje detém o monopólio natural de um serviço essencial, apesar de eventuais perdas no curto e talvez médio prazo, em nosso entender, o negócio em si não será afetado numa perspectiva de longo prazo.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Renato Lima do Espírito Santo
Diretor-Presidente

José Bandeira de Mello Junior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Pinheiro Filho
Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade

Carlos Henrique Coelho Braz
Diretor Técnico e de Projetos e da Região do Interior

Fernando Sergio Mancilha Neves
Diretor de Saneamento e Grande Produção

Teresa Cristina Gonçalves Pantoja
Diretor Jurídico

Mauro Alonso Duarte
Diretor Técnico e de Projeto

Renato Ferreira Coelho
Assessor de Controladoria
Contador - CRC-RJ 089799/O-3

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Conselheiros, Administradores e Acionistas da

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita a faturar

Parte das receitas reconhecidas pela Companhia referem-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas a faturar"), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de faturamento que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. No encerramento de cada mês, a Companhia determina a receita a faturar com base em estimativas de consumo para o período compreendido entre a data da leitura e o encerramento do mês, que incluem dados históricos como a média de consumo obtida da última leitura de hidrômetros. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$1.495.975 mil em 31 de dezembro de 2019 e está divulgado na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações financeiras.

O cálculo da receita não faturada é significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às subjetividades atreladas ao processo de estimativa, que requer julgamento por parte da Administração na determinação das premissas utilizadas, principalmente na estimativa de consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e a eficácia dos controles internos implementados pela Administração sobre o cálculo da receita a faturar, incluindo a compreensão e documentação do processo de estimativa e das premissas utilizadas pela Administração; (ii) recálculo do saldo de receita a faturar em 31 de dezembro de 2019, levando em consideração o número de dias não faturados em relação a data de fechamento do mês e avaliação se esses saldos não faturados estão consistentes com os saldos faturados no mês subsequente; (iii) avaliação da movimentação trimestral da receita a faturar durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento da Companhia e da indústria; (iv) comparação da estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente; e (v) avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas na Nota Explicativa anteriormente mencionada.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita a faturar, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela Administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia incluídas na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações financeiras.

Mensuração do passivo atuarial

A Companhia é patrocinadora de planos de previdência complementar na modalidade de benefício definido e apura suas obrigações atuariais de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor. Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações atuariais da Companhia estão relacionadas aos planos de previdência complementar Prece I, Prece II e Prece CV, o plano de assistência médica Caixa de Assistência dos Servidores - CAC e o prêmio aposentadoria, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19, e totalizam R\$3.269.604 mil.

O monitoramento deste assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o processo de mensuração deste passivo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade e é baseado em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas, tais como: taxa de desconto, a taxa de retorno esperada sobre os ativos de fundo de pensão; aumentos salariais futuros, tábuas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o uso de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas taxa de desconto e hipóteses biométricas e demográficas. Adicionalmente: (i) avaliamos a exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; e (ii) realizamos cálculo independente da obrigação atuarial e confrontamos com os cálculos apresentados pela Administração.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o passivo atuarial, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de mensuração deste passivo adotados pela Administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia incluídas na Nota Explicativa nº 19 às demonstrações financeiras.

Provisão para risco de crédito

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para risco de crédito, de acordo com as análises e estudos internos que indicam a recuperabilidade dos saldos em aberto junto a seus clientes. Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para risco de crédito totaliza R\$14.213.844 mil, dos quais R\$1.655.976 mil representam o incremento da provisão em 2019 tendo como contrapartida o resultado do exercício, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 8.4.

O monitoramento deste assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos montantes provisionados e demais saldos de recebíveis sujeitos à avaliação de perda, da situação econômica do Estado do Rio de Janeiro que impacta diretamente a capacidade dos consumidores em efetuar os pagamentos quando devido e do elevado grau de subjetividade envolvendo diversos fatores, tais como: idade de saldos vencidos e não pagos e histórico de inadimplência de clientes.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a análise do histórico de inadimplência; (ii) teste dos saldos a receber por idade de vencimento e análise de recebimentos subsequentes dos saldos vencidos; e (iii) o recálculo da provisão para riscos de crédito, efetuada pela Administração da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de mensuração da provisão adotados pela Administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia incluídas na Nota Explicativa nº 8.4 às demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC-1RJ090174/O-4

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES

Em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, sociedade anônima de economia mista, de capital aberto, com sede na Av. Presidente Vargas, Nº 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras em IFRS da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020.

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE PELOS DIRETORES

Em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, sociedade anônima de economia mista, de capital aberto, com sede na Av. Presidente Vargas, Nº 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras em IFRS da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020.